

Diário do Legislativo de 29/06/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÕES DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 374ª Reunião Ordinária

2.2 - 172ª Reunião Especial - Seminário Regional "Violência Urbana e Saúde Pública"

2.3 - 173ª Reunião Especial - Seminário Regional "Violência Urbana e Saúde Pública"

2.4 - 175ª Reunião Especial - Seminário Regional "Violência Urbana e Saúde Pública"

2.5 - 250ª Reunião Extraordinária

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

DELIBERAÇÕES DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.314/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Cristiano Canêdo, a vigorar a partir de 1º/7/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.283, de 24/4/2002, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39

Auxiliar Técnico Executivo I - 8 horas	AL-35
Assistente Técnico de Gabinete I - 8 horas	AL-30
Assistente Técnico de Gabinete I - 8 horas	AL-30
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 11 de junho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 11 de junho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.316/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Cabo Morais, a vigorar a partir de 1º/7/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.145, de 28/11/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete II - 8 horas	AL-31
Supervisor de Gabinete II - 8 horas	AL-27
Supervisor de Gabinete I - 8 horas	AL-26
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete I - 4 horas	AL-24
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete - 4 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Motorista - 8 horas	AL-10

Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 11 de junho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.317/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Eduardo Brandão, a vigorar a partir de 1º/7/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.176, de 28/11/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20

- 8 horas

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 11 de junho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATAS

ATA DA 374ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 27/6/2002

Presidência dos Deputados Wanderley Ávila e Álvaro Antônio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Atas - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.261 a 2.265/2002 - Requerimentos nºs 3.435 a 3.438/2002 - Comunicações: Comunicações da Comissão de Direitos Humanos e dos Deputados Mauri Torres e Marcelo Gonçalves - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Durval Ângelo, Antônio Carlos Andrada, Marcelo Gonçalves, Luiz Tadeu Leite e Márcio Cunha - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de quórum para a continuação dos trabalhos - Suspensão e reabertura da reunião - Existência de número regimental para votação - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.936/2002; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.528/2001; requerimento do Deputado Antônio Andrade; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.783/2001; requerimento do Deputado Antônio Andrade; aprovação do requerimento - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.148/2002; apresentação das Emendas nºs 1 a 3; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; rejeição; votação da Emenda nº 2; rejeição; votação da Emenda nº 3; rejeição - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.276/2000; requerimento do Deputado Chico Rafael; aprovação do requerimento - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.148/2002; aprovação - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Aduato - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Atas

- O Deputado Glycon Terra Pinto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.261/2002

Dá a denominação de Vereador Vicente Bernardes Dias ao trecho da Rodovia MG-739 que liga o Município de Guimarães à Rodovia BR-365.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Vereador Vicente Bernardes Dias o trecho da Rodovia MG-739 que liga o Município de Guimarães à Rodovia BR-365.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 27 de junho de 2002.

Antônio Andrade

Justificação: O referido trecho rodoviário se encontra sem denominação oficial, conforme estatui o "Boletim Rodoviário - 2000", elaborado pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas.

Entendemos absolutamente justa a homenagem que fazemos através deste projeto de lei, uma vez que o Vereador Vicente Bernardes Dias foi, sem sombra de dúvida, um dos grandes na política do Município de Guimarães. Foi Vereador desde 1963, tendo sido reeleito numerosas vezes até se aposentar em 1983.

O Vereador Vicente Bernardes Dias fez muito por Guimarães, pelas pessoas que lá vivem ou viveram. Foi um político incansável e sempre buscou promover o bem-estar de sua comunidade.

Reconhecer a sua importância é reforçar os ditos da história desse município, e fazer isso é cultivar a história de nosso Estado.

Pela importância do que aqui se propõe, contamos com o apoio de nossos ilustres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.262/2002

Declara de utilidade pública a Associação do Grupo Folclórico Moçambique Rosário de Maria, com sede no Município de Carmo do Paranaíba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação do Grupo Folclórico Moçambique Rosário de Maria, com sede no Município de Carmo do Paranaíba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 27 de junho de 2002.

Antônio Andrade

Justificação: A Associação do Grupo Folclórico Moçambique Rosário de Maria é uma entidade civil de direito privado sem fins lucrativos que não remunera os membros de sua diretoria nem distribui lucros, vantagens nem bonificação a seus dirigentes. Fundada em 8/12/95, encontra-se em pleno e regular funcionamento desde então, cumprindo sua finalidade principal, qual seja a divulgação do folclore e de outros movimentos culturais que visem a preservar e difundir a cultura afro-brasileira. Para isso, promove a integração de seus associados com a comunidade e com outras instituições que tenham a preservação da cultura como seu objetivo maior.

Em razão disso, contamos com o apoio de nossos ilustres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.263/2002

Declara de utilidade pública o Grupo Despertar, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Grupo Despertar, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 27 de junho de 2002.

Geraldo Rezende

Justificação: O Grupo Despertar, com sede no Município de Uberlândia, foi fundado em 1999. É uma entidade sem fins lucrativos que não oferece remuneração nem vantagens a seus Diretores, sócios, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

O objetivo maior da entidade é a prestação de serviços na área social, desenvolvendo a promoção humana e promovendo ação pública nos grupos sociais carentes de recursos e assistência. Promove também cursos profissionalizantes, gratuitamente.

A referida associação presta serviços de grande relevância social no Município de Uberlândia, sendo imperativa a aprovação deste projeto de lei por nossos ilustres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 2.264/2002

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Araporã, com sede nesse município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Araporã, com sede no Município de Araporã.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 26 de junho de 2002.

Sebastião Navarro Vieira

Justificação: São inegáveis os serviços prestados pelas associações de pais e amigos dos excepcionais em todo o Estado. Os relevantes serviços prestados por essas entidades merecem grande destaque, notadamente no interior, onde sobrevivem graças ao esforço, à abnegação e, sobretudo, ao espírito de amor ao próximo de seus dirigentes. Sem possuírem um orçamento fixo, são mantidas por subvenções, pela promoção de eventos rentáveis, por doações e gestos de pessoas caridosas.

A declaração de sua utilidade pública em nível estadual permitirá que a referida entidade se torne apta a implementar projetos maiores.

Assim sendo, espero o costumeiro apoio de meus pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.265/2002

Declara de utilidade pública a ACAS - Associação Comunitária e Assistência Social, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ACAS - Associação Comunitária e Assistência Social, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 25 de junho de 2002.

João Leite

Justificação: A ACAS - Associação Comunitária e Assistência Social é uma sociedade sem fins lucrativos, fundada em 13/5/87, que vem prestando relevantes serviços à comunidade, promovendo a assistência social, nas áreas de habitação, saúde, saneamento básico, lazer, esporte, cultura, educação e amparo à infância, à juventude e aos idosos, visando minorar os sofrimentos humanos.

O reconhecimento da entidade como sendo de utilidade pública fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado, trazendo melhorias para a população carente de nosso Estado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.435/2002, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Segurança Pública com vistas à designação de um médico-legista para a Delegacia Regional de Pedra Azul.

Nº 3.436/2002, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Presidente do Tribunal de Justiça com vistas a que seja restabelecido o funcionamento da Vara Especializada de Trânsito desta Capital.

Nº 3.437/2002, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação com

vistas a que se inclua, no currículo escolar, a disciplina Direitos Humanos.

Nº 3.438/2002, do Deputado Marco Régis, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com Rômulo Eduardo Bernardes da Silva pela posse como Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho. (- À Comissão de Educação.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Direitos Humanos e dos Deputados Mauri Torres e Marcelo Gonçalves.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Durval Ângelo, Antônio Carlos Andrada, Marcelo Gonçalves, Luiz Tadeu Leite e Márcio Cunha proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Álvaro Antônio) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa nº 9, os Requerimentos nºs 3.435 a 3.438/2002, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Direitos Humanos - aprovação, na 52ª Reunião Extraordinária, dos Requerimentos nºs 3.415 e 3.416/2002, do Deputado Alencar da Silveira Júnior (Ciente. Publique-se.)

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, como não temos quórum para votar, solicito a V. Exa. que faça a recomposição, para que tenhamos um número de Deputados suficiente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição do quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dimas Rodrigues) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 23 Deputados, que, somados aos 4 em comissões, perfazem o total de 27 Deputados, número suficiente para a continuação dos trabalhos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 30 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência verifica, de plano, que já existe "quorum" para votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.936/2002, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.437, de 30/12/99, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Microempresa do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes -, aprovado em 2º turno na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 518/99, por falta de pressupostos processuais para a sua apreciação.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para a votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar, mas que o há para a apreciação das demais matérias constantes da pauta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.528/2001, do Deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre o tratamento dos casos de hipotireoidismo congênito e de fenilcetonúria diagnosticados precocemente. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Andrade solicitando o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 1.528/2001. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.783/2001, do Governador do Estado, que revoga a Lei nº 13.162, de 20/1/99, que dispõe sobre a composição da frota de veículos oficiais do Estado e estabelece incentivo fiscal. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1 e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2. Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Andrade solicitando o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 1.783/2001. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.148/2002, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EmendaS ao Projeto de Lei nº 2.148/2002

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º - Ficam criados quinhentos e oitenta e três cargos de Assessor de Juiz, código TJ-DAS-08, padrão PJ 45, de recrutamento limitado, no quadro de pessoal a que se refere o Anexo IV da Lei nº 11.098, de 11 de maio de 1993, ficando facultado ao servidor, a qualquer momento, optar pela remuneração de seu cargo efetivo, quando o valor do padrão do cargo de Assessor for inferior ao daquele."

Sala das Reuniões, de junho de 2002.

Maria José Haueisen

Justificação: A redação original do projeto prevê a criação de 583 cargos de Assessor de Juiz, mas estabelece como forma de recrutamento o amplo, ou seja, com designação livre.

O Assessor é fundamental para tornar ágil o trabalho do magistrado e certamente poderá contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional.

O recrutamento desses cargos deverá se dar por servidores concursados.

O preenchimento do cargo por recrutamento limitado procura valorizar o concurso público, como única forma de preenchimento de cargos públicos.

Ademais, serão colocados à disposição do Juiz servidores altamente qualificados, pois, na atual estrutura do Poder Judiciário, existem milhares de servidores que preenchem facilmente qualquer critério de assessoramento.

Deve-se ressaltar que o servidor efetivo designado para acompanhar o Juiz possui certa experiência no trato do processo.

Com referência ao tópico final do artigo, tem ele a intenção de salvaguardar o servidor efetivo e seus vencimentos, o qual possui carreira própria dentro do quadro remuneratório do Poder Judiciário mineiro, com a opção de adotar a remuneração de seu cargo efetivo, para que nenhum prejuízo financeiro lhe possa sobrevir.

Emenda nº 2

Dê-se ao § 3º do art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º -

‘§ 3º - A jornada de trabalho dos cargos previstos neste artigo será correspondente a quarenta horas semanais e será exercida exclusivamente dentro dos fóruns.’"

Sala das Reuniões, de junho de 2002.

Maria José Haueisen

Justificação: Os cargos de assessoramento possuem sempre carga horária de oito horas diárias, tendo em vista a complexidade das atribuições.

Segundo o projeto, o Assessor de Juiz terá as seguintes atribuições: prestar assessoramento relacionado com trabalhos auxiliares de pesquisa,

análise e interpretação; pesquisar ementários de legislação e jurisprudência atinentes aos assuntos a ele submetidos; colher elementos informativos e referenciais para as atividades judiciais; auxiliar na obtenção de dados ou elementos necessários para estudo dos processos ou expedientes; executar atividades afins identificadas pelo superior imediato.

A fixação da jornada de quarenta horas semanais tem como finalidade atender plenamente à necessidade de criação dos referidos cargos, ou seja, à de assessorar efetivamente os magistrados em suas funções judiciais.

Por fim, deve-se estabelecer o cumprimento obrigatório da respectiva jornada nos prédios dos fóruns e assegurar que a contratação atenda aos objetivos previstos.

Emenda Nº 3

Dê-se ao § 2º do art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º -

§ 2º - Fica vedada a indicação, para os cargos mencionados neste artigo, de parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, de magistrado ou funcionário que exerça cargo de direção da comarca ou de comarca vizinha, em que deva ocorrer o provimento.". "

Sala das Reuniões, de junho de 2002.

Maria José Haueisen

Justificação: O nepotismo, prática que consiste na contratação de parentes e apadrinhados para ocuparem cargos públicos, é uma afronta ao princípio da moralidade pública. Criar mecanismo para que esse fato não ocorra é mais que salutar.

A proibição de contratar parentes consanguíneos, para ocuparem cargos de recrutamento amplo, também deverá abranger servidores que ocupem cargo de direção.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto três emendas da Deputada Maria José Haueisen, que receberam os nºs 1 a 3, e que, nos termos do § 4º, art. 189 do Regimento Interno, as emendas serão submetidas à votação, independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 2. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 3. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.148/2002 na forma do vencido no 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.276/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que torna obrigatória a afixação de placas de sinalização, informando a presença de "pardais" a partir de 200m de distância. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Chico Rafael, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1.276/2000. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 15 minutos, para aguardar que se ultime a redação final do Projeto de Lei nº 2.148/2002. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.148/2002, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, também gostaria de manifestar minha indignação. Estando hoje em Brasília, a pedido do Presidente desta Casa, representando a CPI do Leite em reunião na Câmara dos Deputados, pude, já no avião, verificar, na pág. 10 do "Estado de Minas", a indignação do jornalista com relação a essa taxa que está sendo cobrada. Sei que esse assunto foi por demais debatido aqui hoje, mas não poderia deixar de manifestar minha indignação pelos procedimentos que estão sendo adotados nesta Casa. Mais uma vez projetos tramitam em caráter de excepcionalidade, passam pelas comissões e são aprovados sem o quórum mínimo necessário. Portanto, quero pedir que, como não posso estar presente permanentemente neste Plenário, a Mesa tome os devidos cuidados para que esta Casa não seja achincalhada pela imprensa como foi neste dia de hoje. Imagino o que o povo mineiro deve estar pensando desta Assembléia Legislativa. Isso cheira muito mal. Quero parabenizar o Deputado João Leite pela observância desse aspecto. Sei que tem um acordo feito e esperamos que este seja mantido para que essa vergonha não seja de responsabilidade da Assembléia Legislativa, instituição à qual tenho orgulho de pertencer, mas sem essas manobras espúrias que muitas vezes percebemos. Obrigado.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, gostaria de me unir ao Deputado Paulo Piau por suas colocações com relação a essa matéria, que infelizmente tramitou nesta Casa de forma não muito convencional e que pode resultar em mais um aumento de taxas para o contribuinte mineiro. Por essa razão, nosso reconhecimento pelo trabalho do Deputado João Leite, que em boa hora alertou a Casa para a gravidade do problema.

Gostaríamos também, Sr. Presidente, de manifestar nosso reconhecimento ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Gudesteu, pela remessa a esta Casa do projeto que amplia os cargos do Poder Judiciário, com o objetivo de instalar novas varas no interior do Estado. Nós, que participamos como relatores da lei que alterou a estrutura do Poder Judiciário no Estado, sabemos da gravidade da situação em que se encontra tal Poder neste momento, dado o volume de serviço que chega ao Poder Judiciário, nas comarcas do interior. A aprovação desta lei - num esforço da Assembléia Legislativa, que neste momento suspendeu os trabalhos por alguns minutos, a fim de que se elabore o parecer de redação final deste projeto, que precisa ser sancionado até o dia 3 do mês seguinte vindouro resultará na instalação de grande número de varas no interior, dando, por consequência, maior assistência jurisdicional ao povo. Temos o compromisso do Presidente do Tribunal de Justiça de que, em breve, instalará mais duas varas em Pouso Alegre, dando condições do Poder Judiciário dessa comarca de julgar os processos que ali chegam com maior rapidez. Haverá também a instalação de outras varas em cidades próximas a Pouso Alegre, o que, acreditamos, deverá ocorrer brevemente. Desse modo, existe o reconhecimento deste Deputado pelo esforço que o Poder Judiciário está desenvolvendo para cumprir seu papel, que é levar a prestação jurisdicional ao povo de Minas, principalmente ao do interior do Estado. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, manifestamo-nos em relação ao projeto que, em tempo, não foi votado em redação final. Há um acordo com o Presidente da Casa para que esse projeto não retorne à votação. Apelo ao Presidente e à Mesa da Assembléia para que novamente tenhamos as reuniões do Colégio de Líderes com vistas a assumirmos uma pauta mínima para o final de nossos trabalhos. Não é possível, quando muitos Deputados estão em viagem, representando a Assembléia em Comissão, como é o caso do Deputado Paulo Piau, que se encontrava em Brasília, tratando da questão da CPI do Leite, esta Casa votar projetos polêmicos. Somos surpreendidos pela própria imprensa com projeto que cria outra taxa em Minas Gerais. O projeto contém outros artigos polêmicos, e lamentamos que tenha passado sem maior exame feito pelos Deputados. A questão de licenciar empresa por dez anos, que podem ser prorrogados por mais dez, de acordo com o interesse público, parece-me não ser norma legislativa das melhores. Vemos que em outros Estados essa proposta foi recusada pela população. Devemos comemorar o fato de não termos votado em redação final o projeto; portanto não irá à sanção do Governador. Esperamos sua retirada definitiva a fim de que não seja posto em votação. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado João Leite que levará suas considerações ao Presidente da Casa.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Faço minhas as palavras do companheiro João Leite. Não adianta fazer campanha esclarecedora do eleitorado mineiro, e depois aprovarem-se projetos dessa natureza. Estarrece-me o fato de se tratar de empresas carimbadas, que aí estão, até mesmo explorando os radares, em parceria com a União. Imaginem todos os carros existentes tendo que passar anualmente por fiscalização. Se formos verificar os contratos das empresas, notaremos que também são proprietárias dos radares que ficam escondidos, tomando o dinheiro do motorista, valendo-se da precária situação das estradas. Não adianta inspeção veicular, "blitze" constantes, se continuamos a ter estradas vexatórias. O Governo Federal nada fez, e o Governo Estadual, muito pouco. Não adianta exigirmos inspeção dos carros que estão em situação irregular e encher o bolso da iniciativa privada, porque quem vai ficar com esse dinheiro é o empresário que compra a máquina, coloca lá e vai receber R\$50,00 por carro. Isso é um absurdo. Já disseram que, se o projeto não for votado e não vier para o Estado, vai ser regulamentado e o dinheiro será repassado para a União. Esta Casa tem que protestar. Não podemos deixar a União meter a mão no bolso do taxista que sofre, em Belo Horizonte, com o Batalhão de Trânsito, com a BHTRANS, com a taxa de R\$30,00, e agora sofrerá com a taxa de R\$50,00.

Esta Casa está melhorando, mas precisa de uma melhora maior da sua imagem perante a população. Temos de fazer a nossa parte.

No jornal "Folha de S. Paulo" saiu a notícia: "Legislativo: segundo projeto de exploração pode ser autorizado pelo Governo. Atividade clandestina passa a ser crime. A comissão do Senado legaliza os jogos de azar. A legislação dos jogos de azar, como o jogo do bicho, está para ser aprovada no Senado, e essa exploração vai passar para o Estado e para os municípios". Não precisa ir a Plenário, basta o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Lembro, mais uma vez, que o discurso que sempre fazemos está sendo ouvido pelo Governo Federal. O jogo clandestino não atende a ninguém. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de logo mais, às 20 horas, e de segunda-feira, dia 1º, às 8h30min e às 14 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 172ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 20/5/2002

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Edson Rezende

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa para o primeiro Painel - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Rubens Furlan - Palavras do Sr. Elias Rassi Neto - Palavras do Deputado José Augusto - Palavras do Deputado Edson Rezende - Composição da Mesa para o segundo Painel - Registro de Presença - Palavras da Deputada Maria do Carmo Lara - Palavras do Sr. José da Silva Guedes - Palavras do Sr. Carlos Patrício Freitas Pereira - Palavras do Sr. Carlos José Cardoso - Palavras do Sr. Milton Flávio Latenschlager - Palavras do Sr. Elias Jorge - Palavras da Sra. Maria da Natividade Gomes Teixeira - Designação da Coordenadora - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Mauri Torres - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Bilac Pinto - Cristiano Canêdo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Gil Pereira - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Márcio Kangussu - Miguel Martini.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Eduardo Brandão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Locutor (José Soares Júnior) - Destina-se esta reunião à realização do Seminário Regional Violência Urbana e Saúde Pública.

Composição da Mesa para o Primeiro Painel

O Sr. Locutor - Convidamos a tomar assento à mesa para o primeiro painel os Exmos. Srs. General Carlos Patrício Freitas Pereira, Secretário da Saúde, representando o Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Desembargador Joaquim Alves de Andrade, representando o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Elias Rassi Neto, representando o Ministro da Saúde, Sr. Barjas Negri; Deputado Federal Rubens Furlan, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados; Deputada Federal Maria do Carmo Lara; Cel. Edson Ribeiro do Carmo, Secretário de Estado de Segurança Pública do Espírito Santo; Deputado Edson Rezende, primeiro signatário do requerimento que deu origem a este seminário; Deputado Adelmo Carneiro Leão, co-autor do requerimento que de origem a este seminário; Deputado José Augusto, Deputado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; José da Silva Guedes, Secretário de Estado da Saúde de São Paulo; e Carlos José Cardoso, Secretário de Estado da Saúde do Espírito Santo.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Gen. Carlos Patrício Freitas, Des. Joaquim Alves de Andrade, Elias Rassi Neto, Deputado Rubens Furlan, Deputada Maria do Carmo Lara, Cel. Edson Ribeiro do Carmo, Deputado Edson Rezende, Deputado Adelmo Carneiro Leão, colegas Deputados, participantes deste encontro, um dos temas predominantes na imprensa brasileira, nos tempos atuais, é o da violência urbana. Ela aparece sob muitas formas: assaltos a Bancos, casas lotéricas, estabelecimentos comerciais; a motoristas, passageiros em pontos de ônibus, transeuntes; seqüestros, roubo de carros, invasão de residências, acidentes de trânsito, agressões domésticas, assassinatos. Esses são apenas alguns exemplos de uma lista bem mais abrangente, na qual poderiam figurar também outras formas de violência, como a pobreza, a fome, o desemprego, a falta de oportunidades na educação e no mercado de trabalho, a discriminação, enfim, um conjunto amplo de fatores que caracterizam a exclusão social.

Chegamos a uma situação que se caracteriza pelos índices crescentes de violência e criminalidade, pela banalização da vida, pela ausência de tranqüilidade nos locais públicos, no convívio familiar, no ambiente de trabalho. Não exageram aqueles que prevêem para o Brasil, num futuro próximo, índices de violência equiparados aos da Colômbia.

Como resultado dessa realidade, vivemos hoje em uma sociedade acuada, freqüentemente confinada em apartamentos ou condomínios, recorrendo a equipamentos de segurança, impelida a comportamentos de isolamento e individualismo, em substituição à convivência comunitária e, muitas vezes, à solidariedade.

As conseqüências diretas da violência urbana podem ser constatadas pelo elevado número de ocorrências policiais, de atendimentos nos hospitais e centros de saúde, de seqüelas físicas e psicológicas, de registros de morbimortalidade.

Como se percebe, a questão da violência e da segurança está intimamente vinculada à questão da saúde pública, vista como um campo de atuação em que devem ser consideradas tanto as condições de atendimento à população, nos casos a que nos referimos, quanto os aspectos preventivos, visando à redução dos problemas nessa área.

Este seminário tem por propósito, justamente, discutir a violência urbana sob o viés da saúde pública e consiste num desdobramento do Seminário Nacional sobre Violência Urbana e Segurança Pública, promovido, em outubro do ano passado, pela Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, por meio da Subcomissão Especial de Violência Urbana e Segurança Pública.

Este evento é o primeiro de cinco seminários regionais sobre o tema que serão realizados no País, com o objetivo de aprofundar as discussões iniciadas em Brasília, abrangendo a Região Sudeste e contemplando, portanto, a realidade e as contribuições dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Sem querer nos adiantar às proposições a serem apresentadas neste encontro, o que certamente será feito com maior propriedade pelos expositores e debatedores, que nos honram com sua presença, gostaríamos de tecer mais algumas breves considerações sobre o tema.

A sustentação legal para investimentos e ações efetivas no âmbito da segurança pública é dada com clareza pela Constituição Federal de 1988, assim como pela Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989. A segurança pública, dizem as duas Cartas, é "dever do Estado, direito e responsabilidade de todos".

Diante desse amparo jurídico, dos índices crescentes de violência e criminalidade a que estamos expostos e de seus reflexos no campo da saúde, impõe-se a necessidade de um esforço conjunto dos poderes públicos, das instituições da sociedade civil e da população de modo geral, para que possamos sair dessa situação.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa de Minas vem desenvolvendo, nos últimos anos, uma série de ações com vistas a sensibilizar os meios políticos, as autoridades governamentais e o povo mineiro para esse grave problema.

Destacam-se entre essas ações a realização de debates, audiências públicas, o recebimento de queixas e denúncias, a formação de comissões parlamentares de inquérito, em situações específicas, e o lançamento, no ano 2000, do Movimento pela Segurança e Vida.

Em fevereiro desse mesmo ano, a Casa apresentou ao Conselho Estadual de Defesa Social diversas propostas, a maior parte das quais integra os Planos Nacional e Estadual de Segurança Pública, que, posteriormente, vieram a ser elaborados.

No decorrer de 2002, estamos realizando uma série de encontros, com participação de representantes da sociedade civil e de órgãos públicos, especialmente aqueles vinculados à segurança pública, com a finalidade de levantarmos propostas concretas para o setor e encaminhá-las às instâncias competentes, nos âmbitos estadual e federal.

A relevância do tema para esta Assembléia e o agravamento da situação fizeram com que apresentássemos, recentemente, projeto de resolução criando a Comissão de Segurança Pública.

Temos a certeza de que as reflexões e proposições decorrentes deste seminário constituirão subsídios valiosos para construirmos uma política de segurança pública e de saúde consistente e duradoura, que resulte em melhores condições de vida para a população.

Gostaríamos de agradecer aos expositores, debatedores e demais participantes deste encontro, bem como a todos aqueles que contribuíram para sua realização, especialmente à Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, ao Ministério da Saúde e ao Conselho Nacional de Saúde, às Assembléias Legislativas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo; e às Secretarias Estaduais de Saúde e Conselhos Estaduais de Saúde de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Que todos tenham um bom dia e façam bom proveito deste encontro.

Palavras do Deputado Rubens Furlan

Sr. Presidente, membros da mesa, senhoras e senhores, é para nós uma grande satisfação participar desta iniciativa da Comissão de Desenvolvimento Urbano, patrocinada - e aqui quero agradecer à Assembléia Legislativa do Estado de Minas - para discutir dois assuntos dos mais relevantes na sociedade brasileira.

Sabemos que a violência urbana atinge hoje níveis comparados aos grandes conflitos internacionais. Isso, em meu entender, se deve à completa falta de investimento na segurança pública. Muito mais do que qualquer consequência gerada pelas circunstâncias sociais em que vivemos. No Estado de São Paulo, os índices são assustadores. As pessoas vivem traumatizadas. Não se tem mais a tranquilidade de ir e vir, situação garantida pela Constituição a todos os cidadãos. Chega-se a dizer que o bandido está às soltas e o cidadão preso em sua casa, seu escritório ou onde quer que possa se refugiar.

Entendo que, ao longo desses sete ou oito anos, foi feito muito pouco investimento na segurança. A polícia não tem sido valorizada. Em consequência disso, o crime se organizou. Comandam-se redes criminosas em todos os setores da sociedade, com prática de todos os tipos de crimes - tráfico de drogas, seqüestros, etc. -, de dentro das casas de detenção e das cadeias públicas. Não consigo entender como podem bandidos comandar a sociedade. Em São Paulo, chega-se ao absurdo de, em determinadas regiões residenciais, haver toque de recolher. Os bandidos dizem que o cidadão tem que se recolher às 19 horas. Aqueles que trabalham e têm intenção de fazer hora extra para prover melhor o sustento de sua família não têm condições de fazê-lo, porque têm que sair do serviço às 18 horas, pois no seu bairro há toque de recolher e, se chegar depois das 19 horas, corre risco de vida.

Por que os bandidos conseguiram organizar-se dessa forma? Por que o crime se organizou assim? Será possível que o Governo não teve uma ação eficiente? Será que é apenas falta de investimento? O mesmo dinheiro que se paga a um Soldado para fazer a boa segurança de um cidadão paga-se hoje ao Soldado desestimulado a dar segurança e enfrentar um criminoso. Não existe uma política de segurança pública definida de forma organizada, que consiga desorganizar o crime. A polícia tem que estar organizada para desorganizar o crime. Infelizmente vivemos de forma sobressaltada, a ponto de essa discussão chegar ao parlamento nacional. Uma comissão mista da Câmara e do Senado discute a segurança pública nos grandes centros urbanos.

Lembro-me de propor um projeto na Câmara dos Deputados, e hoje me parece que está sendo aproveitado pela Deputada Zulaiê na comissão mista, dando poder de polícia para as guardas municipais. Na cidade de Barueri, onde fui Prefeito por duas vezes, temos 800 policiais. É um investimento brutal na tentativa de dar um pouco de tranquilidade aos cidadãos daquela cidade. No entanto, a competência da guarda municipal, é fazer segurança no próprio município, preservando os prédios da Prefeitura. Essa é a função constitucional da guarda municipal que poderia estar fazendo, camufladamente, de forma organizada, um policiamento preventivo, permitindo que o Prefeito tivesse uma política de segurança pública. É essa a situação que precisamos mudar inicialmente nesse quadro que vivemos de insegurança nacional.

Os grandes centros estão terríveis. Em São Paulo, morre uma pessoa assassinada por hora. São 24, 25, 26 pessoas assassinadas por dia, em média. São índices que não podemos permitir em nossa sociedade.

Por isso, meus amigos, Srs. Deputados, Srs. Secretários, meu caro Presidente, estamos aqui para ver se conseguimos retirar desses seminários alguma coisa que permita uma ação mais concreta, principalmente do poder público municipal. Eu prefiro que seja dada muita atenção às guardas municipais porque é muito fácil cobrar do Prefeito. Quando o Governador é teimoso e diz: "O Secretário da Segurança é meu Secretário e ninguém toca nele", aí, a coisa se complica. Durante um ano, dois anos, três anos, um Secretário - que é do Governador, mas não é do povo - acaba criando um índice de criminalidade, desrespeitando a população e sobressaltando toda a sociedade.

Sr. Presidente, agradeço todo o apoio que V. Exa. deu à iniciativa da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. Tenha a certeza de que, ao final dos debates, tanto aqui em Minas quanto nas outras regiões do País, haveremos de tirar um resultado muito bom para a população. Muito obrigado. Que Deus abençoe V. Exas. nesse trabalho importante para o Brasil!

Palavras do Sr. Elias Rassi Neto

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia de Minas Gerais, em cuja pessoa gostaria de saudar a todos os presentes. Em nome do Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Dr. Barjas Negri, gostaria de cumprimentar essa extraordinária iniciativa conduzida pela Câmara dos Deputados através de sua comissão própria, em parceria com as Assembléias Legislativas, com o Conselho Nacional de Saúde e com os Secretários da Saúde dos Estados brasileiros. O entendimento, a compreensão e a politização do olhar da saúde sobre a violência certamente vão conseguir trazer uma ampliação muito grande dos caminhos necessários e suficientes para o enfrentamento dessa grande epidemia mundial e dessa profunda e trágica epidemia que acontece no Brasil de maneira tão dramática. Aproximadamente 120 mil pessoas morrem todos os anos por causas violentas, além das outras dezenas de milhares que batem nos hospitais, nos centros de recuperação, nos centros de reabilitação e que vão apresentar seqüelas por toda a sua vida.

Certamente o olhar do planejador, o olhar do administrador apresenta uma diferença do olhar dos profissionais da área da saúde, daqueles que trabalham nos prontos-socorros, nos centros de saúde, nos centros de reabilitação, que percebem o drama cotidiano por que passam as pessoas que ultrapassam os limites de velocidade nas ruas, que banalizam a morte, que a entendem como o simples resultado de uma telenovela e que resolvem seus problemas cotidianos com uma arma nas mãos ou com uma faca. São pessoas que resolvem seu drama no trabalho, suas dificuldades financeiras e materiais andando a 100km/h em nossas vias públicas.

Nas reuniões com Secretários Estaduais e Municipais da Saúde, é possível perceber a angústia, a ansiedade e a dificuldade do enfrentamento dessa situação, exclusivamente a partir da construção de outros prontos-socorros, da aquisição de tecnologias, materiais e equipamentos, como se fosse possível resolvermos essa questão dessa maneira.

Assim sendo, só nos cabe aqui o cumprimento à Câmara dos Deputados por essa iniciativa, ou seja, a absorção do olhar da saúde na agenda política, na pauta política. Certamente, não existe outro caminho para a solução da violência, senão a construção de pactos sociais conduzidos pelos fóruns legítimos, democráticos e delegados por nossa população.

Não poderia deixar de ressaltar a relação e a ligação da violência, particularmente da violência urbana com a democracia. Nossa violência tem um centro muito bem-definido no País, que são as grandes cidades, que se avolumaram muito nos últimos 50 anos.

Cumpra lembrar que a população rural brasileira, hoje, inferior a 40 milhões de pessoas, é exatamente igual, em termos numéricos, à população que o País tinha no ano de 1940, chegando ao ano de 1950. Todo o crescimento populacional brasileiro, nos últimos 60 anos, concentrou-se nas grandes cidades, particularmente, nas décadas de 60, 70 e uma parte da década de 80, em que nosso País não podia eleger os seus Prefeitos. O comando político dos grandes municípios, aqueles que recebiam milhares de pessoas, não tinham a possibilidade da participação política de forma democrática.

Minha cidade, Goiânia, quando do golpe militar, em 1964, tinha em torno de 200 mil habitantes. Quando foi realizada a primeira eleição para Prefeito, pós-golpe, nossa cidade já contava com 800 mil pessoas, quatro vezes mais do que quando houve a interrupção democrática dos laços de construção dos caminhos da cidadania.

A solução para a violência em nosso País, na nossa forma de ver, passa necessariamente pela reconstrução da cidadania e dos canais democráticos. Dessa maneira, a presença, a participação e a liderança do Conselho Nacional de Saúde cumpre um papel extraordinário nesse processo.

Nossos cumprimentos aos organizadores, aos participantes e o sincero desejo de que os resultados deste ciclo de debates possam efetivamente colocar a violência, o olhar e a busca de solução, particularmente, o olhar da saúde na agenda política nacional. Muito obrigado.

Palavras do Deputado José Augusto

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Antônio Júlio; Srs. Deputados; Srs. Secretários; demais autoridades componentes da Mesa; representantes de associações, médicos, senhoras e senhores, é grande a alegria de estar participando deste encontro, representando o Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, o Deputado Walter Feldman, que é médico como eu.

Um ato dessa magnitude tem de ser exaltado. A estatística apresenta-nos números cada vez mais alarmantes de incidência de atos violentos nas grandes cidades. Vamos, agora, enfocá-la do ponto de vista da saúde pública. O crescimento da violência é perfeitamente sentido pelos nossos serviços de saúde, prontos-socorros, pelas Secretarias de Saúde. O custo e as dificuldades que isso traz ao SUS para responder a outras demandas são inimagináveis. A violência urbana representa, em dados preliminares, 8% dos custos das internações, e isso é muito.

São numerosas as causas da violência nos grandes centros urbanos. Uma delas é o processo migratório. O Brasil de hoje não é o mesmo de 40 anos atrás. O crescimento populacional urbano tem sido significativo: 82% da população brasileira estão nas grandes cidades, e a maioria dos que vieram do interior trouxeram, na sua viagem, a desintegração de seus laços culturais, de seus hábitos, da estrutura familiar que lhes dava garantia e equilíbrio, da possibilidade de produzir seu alimento e sua subsistência, da sua independência e da sua "liberdade". Provavelmente, essa é a grande causa do problema em torno do qual estamos aqui reunidos.

Se nos aprofundarmos nos números, veremos indicadores alarmantes. O mundo inteiro rendeu-se ao atentado do dia 11 de setembro nos Estados Unidos. Ora, o Brasil vive isso todo mês. Temos 9 mil mortos a cada 30 dias, muito mais que o número de vítimas no episódio que comoveu o mundo.

O Estado de São Paulo é responsável por 40% dos casos de violência urbana. E um dado mais grave ainda: 60% desse total são jovens, e, entre eles, 92% são homens. Nossa juventude entre 14 e 27 anos está sendo ceifada.

Estamos perdendo uma geração inteira. Esse é o retrato do nosso País. Venho aqui com uma alegria muito grande, porque essa questão sempre foi muito marcante. Como técnico da saúde e como político, sempre me preocupei muito com isso. Nenhum governo, independentemente de sigla partidária, será capaz de resolver essa situação se nós, os mais interessados, os que militam na área da saúde, os médicos, a população que viveu essa angústia e a impossibilidade de respostas, que sofreu por ter sido vítima dessa estatística que estamos levantando, não continuarmos gritando. Teremos de continuar fazendo seminários como este, porque só nos conduziremos para enfrentar essa situação quando o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos compreenderem que esses dados têm de ser um referencial epidemiológico e que suas atitudes governamentais têm de estar voltadas para essa estatística, de tal forma que a diminuição desses níveis nos permita avaliar que estamos no caminho certo.

Não podemos mais admitir um Presidente, um Governador, um Prefeito que não tenha a dimensão do que significa essa epidemiologia social. E para que isso seja possível, para que nossos prontos-socorros sejam aliviados, para que nossas famílias sejam atendidas, para que esses índices comecem a diminuir e para que possamos diminuir um pouco as grades de nossas casas, precisaremos investir na educação, na descentralização do nosso modelo produtivo, para que o homem permaneça no campo ou para que para lá possa voltar, até porque a perspectiva é cada dia pior. Existe uma estatística que avalia o crescimento e a atividade econômica no País e que aponta que, em alguns anos, as áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro concentrarão de 25% a 30% da população do Brasil.

Se pensarmos sobre o que significa essa violência dupla, a violência das agressões, dos acidentes, da desagregação, da falta de emprego, da desescolarização, da desestruturação familiar, se pensarmos sobre isso com a grandeza que representa, provavelmente sairemos daqui mais empenhados do que os que sentiram que a AIDS era um problema de saúde pública que devia ser combatido, mais empenhados do que os que acharam que o álcool também deveria ser combatido. Esse mal é muito maior do que outras patologias, do que os acidentes de trabalho e outros problemas.

Trago o pensamento daquela Assembléia Legislativa e de meus companheiros, na certeza de que essa iniciativa tem de ser reproduzida com muito mais elementos, com os seres deste País que são capazes de estar na política pensando, decidindo, governando, falando, propondo às Assembléias, às Câmaras e à sociedade. No dia em que envolvermos todo esse conjunto, em que todo governante tiver clareza quanto a esses dados e começar a governar acompanhando as estatísticas, provavelmente encontraremos o caminho de volta que percorremos até agora.

Agradeço a paciência de vocês e digo da minha satisfação, como parlamentar do Estado de São Paulo, de estar em Belo Horizonte, nesta reunião dos Estados da Região Sudeste, para pensarmos a saída para o nosso País, para o nosso povo. Obrigado.

Palavras do Deputado Edson Rezende

Na pessoa do Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio, eu e o Deputado Adelmo Carneiro Leão cumprimentamos os demais membros da Mesa, autoridades, senhores e senhoras presentes. Que este seminário seja muito frutífero para todos nós.

Eu e o Deputado Adelmo Carneiro Leão tomamos essa iniciativa a pedido da Deputada Federal Maria do Carmo Lara. Segundo ela, no ano passado houve um encontro nacional, por iniciativa da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde, o qual discutiu o problema da violência urbana e saúde. Disse-nos que queria fazer isso aqui em Minas Gerais, por consenso até da Região Sudeste. Então, na verdade, este é um encontro regional, reunindo os Estados do Sudeste para discutir esse tema tão precioso.

Em 1999 fui Presidente da Comissão de Saúde, e discutimos lá que o próximo milênio seria o milênio da epidemia do trauma e que, portanto, teríamos de debruçar-nos sobre essa questão, que já estava pungente, mas que iria aumentar ainda mais nos anos seguintes.

Em 2001 fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos e tive a oportunidade de mergulhar na questão da violência urbana. Uma violência que degrada o homem no momento em que comete o crime e que o degrada mais ainda quando está preso. Acompanhamos o noticiário dos finais de semana, que revelava o número de mortes e homicídios na Grande BH, em Belo Horizonte, em São Paulo e em outras grandes Capitais do País. Foi o momento de vermos os institutos médico-legais lotados de corpos nos finais de semana e de ouvirmos todas as quartas-feiras, às 9h30min, na nossa Comissão de Direitos Humanos, as denúncias de violências, de mortes, de lesões corporais, psíquicas, enfim, todo este contexto que traz a violência urbana para a sociedade, destruindo famílias, destruindo homens, mulheres e crianças.

O que se coloca para nós hoje é uma questão fundamental. A escalada da violência não tem sido tomada pelos Governos, em especial, como um problema grave que deveria ser avaliado. O ano de 2001 foi um ano em que a Comissão de Direitos Humanos discutiu intensamente a questão da violência, da criminalidade, do sistema prisional, que hoje está degradado. Apesar de falarmos, discutirmos e colocarmos os números, tivemos muito poucas respostas do Estado a esse respeito. Como se os ouvidos estivessem moucos para as nossas denúncias, aos números que colocamos.

Em 21/12/2001, apresentamos o diagnóstico do sistema prisional, demonstrando que os números eram claros e que a nossa juventude estava presa. Na verdade, a nossa juventude é a vítima de todo esse processo da violência urbana, não é só do problema da criminalidade, mas também do trânsito e do trabalho.

Nossa juventude, senhoras e senhores, está morta, em seus finais de semana, e está presa. Se visitarmos as cadeias públicas, estes calabouços medievais, ali veremos jovens de 18 a 25 anos; raramente encontraremos alguém de 40 a 50 anos. Quando nossos jovens não morrem nos finais de semana, vítimas do tráfico de drogas e de outras ações violentas, estão presos.

Então, hoje vamos tratar, na verdade, da nossa juventude, da razão desse estado de coisas e do porquê de esta sociedade produzir esse problema da violência. E, para além da questão das causas da violência, como a miséria, o desemprego e a falta de uma educação de melhor qualidade, temos de falar sobre o combate direto à criminalidade. E aí não se coloca somente a questão do crime organizado, mas também dos crimes comuns, pois não podemos esquecer da quantidade de vítimas que esses crimes produzem durante toda a semana e especialmente nos finais de semana. Mas é o crime organizado, realmente, o grande vitimador, e a pergunta que se faz é se o estado está instrumentalizado para combater o crime organizado ou não.

A violência no trânsito também é uma questão importante. Como nos tem sido colocada, por exemplo, a questão da educação para o trânsito? Será que tem sido por ações pontuais de alguns municípios ou tem sido um programa de governo, do Estado e dos municípios em conjunto? E a repressão àquele que, responsável pela violência no trânsito, faz a vítima? Como tem sido visto tudo isso: em uma ponta, a questão da educação para o trânsito; da outra, a questão da repressão àqueles violentos que, especialmente nos finais de semana, alcoolizados, aí estão produzindo inúmeras vítimas?

Da mesma forma, temos de prestar atenção à questão do trabalho. Para fornecer-lhes um dado de Minas Gerais, o maior vitimador de trabalhadores no Estado são as mineradoras, que estão, às vezes subterrâneas, produzindo suas vítimas. Só conseguimos ter esse conhecimento quando, na CPI da Mineração Morro Velho, pudemos trazer à tona que os maiores índices de vítimas não são da construção civil, como pensávamos, mas das mineradoras. E Minas Gerais, com 50% das mineradoras do País - cerca de 4 mil a 6 mil -, tem de refletir sobre isso e discutir sobre a questão de violência e saúde no trabalho.

Por fim, queria dizer das conseqüências à saúde. Como estão os prontos-socorros nos finais de semana? Como está o IML, que hoje não tem condições de atender adequadamente? Se forem lá, vão cair para trás, porque as condições são ruins, péssimas, dramáticas. Queria dizer também das lesões corporais e psíquicas que ficam por toda a vida, que nunca deixam aquele ser humano e sua família e do custo, dos bilhões que são gastos com isso - e o noticiário tem sido farto a esse respeito.

Então, o que se coloca hoje é um tema que envolve, no mínimo, órgãos de duas áreas: aqueles que trabalham com segurança pública e os que trabalham com saúde. A segurança pública tem tudo a ver com saúde, não somente por seu custo, mas também pelas lesões, muitas vezes indelévels, que ficam para a sociedade, a família e o próprio paciente.

Para terminar, quero dizer que esta não é uma ação exclusiva de um segmento do Estado brasileiro. Não; nela estão envolvidos os três segmentos do Governo. O Governo Federal tem de ter a sua participação, mas tem faltado a essa responsabilidade e tem fechado os olhos para a questão da segurança pública e da saúde. Também é preciso que os Governos dos Estados assumam para si a responsabilidade de ter claro o diagnóstico de que a violência mata milhões e milhões de cidadãos. E não é só colocar no orçamento; deve-se assumir de fato esse diagnóstico. Não adianta tapar o sol com a peneira e dizer que Minas Gerais é um paraíso onde não há violência. Isso não é verdade; nas grandes, nas médias e mesmo nas pequenas cidades do Estado, a violência vem crescendo cada vez mais.

Mas as soluções não dependem só da ação do Governo Federal, do Governo Estadual e dos Governos Municipais, mas, principalmente, desta que está acontecendo aqui: da ação do Governo e da sociedade.

É este conjunto de forças que poderá mudar a situação colocada e dar novo ar de esperança, uma luz no final do túnel para todos nós. Queremos paz. Mas paz se faz com justiça e com a participação de todos os cidadãos. Que este seminário seja tão rico como a esperança que temos neste início. Muito obrigado. Bom seminário a todos.

Composição da Mesa para o Segundo Painel

O locutor - Convidamos a tomarem assento à mesa, para o 2º Painel, os Exmos. Srs. Gen. Carlos Patrício Freitas Pereira, Secretário de Estado da Saúde, representando o Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Deputada Federal Maria do Carmo Lara, Deputado José Augusto, Deputado Estadual pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; José da Silva Guedes, Secretário de Estado da Saúde de São Paulo; Deputado Cristiano Canêdo, Presidente da Comissão de Saúde desta Casa; Milton Flávio Latenschlager, professor da Faculdade de Medicina da UNESP - Botucatu; Elias Jorge, professor da UFMG; Edson Ribeiro do Carmo, Secretário de Estado de Segurança Pública do Espírito Santo; e Maria da Natividade Gomes Teixeira, representante dos trabalhadores no Conselho Nacional de Saúde.

Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Dr. Evilásio, Secretário de Saúde do Município de Belo Horizonte; da ex-Deputada Maria Tereza Lara; do Dr. Manoel Conegundes, Secretário Adjunto de Direitos Humanos; e das entidades presentes.

Palavras da Deputada Maria do Carmo Lara

Bom-dia a todos os componentes da Mesa, aos Secretários de Saúde da Região Sudeste, aos nossos debatedores e ao Deputado Edson Rezende, autor, juntamente com o Deputado Adelmo Carneiro Leão, do requerimento que possibilitou este encontro.

Quero usar a palavra para agradecer à Assembléia Legislativa de Minas Gerais e ao seu Presidente, Deputado Antônio Júlio, porque, quando o procuramos para ser o nosso parceiro na Comissão de Desenvolvimento Urbano e do Conselho Nacional de Saúde aqui em Minas, a fim de sediar o seminário da Região Sudeste, ele, de pronto, se colocou à disposição, chamou o Juscelino e toda a sua equipe, nesse trabalho junto ao companheiro Almir, representando o meu mandato e através também da assessoria, chamou várias entidades de todos os Estados, principalmente de Minas, os Conselhos Estaduais de Saúde, fez contatos com as secretarias estaduais, com as Assembléias Estaduais. Todas elas e todos esses conselhos se colocaram à disposição. Uns atuaram mais, outros menos, reuniram-se e debateram o formato deste seminário.

O sucesso deste encontro já está identificado pela participação das pessoas que aqui estão. Qualquer evento só obtém sucesso quando há participantes. A participação das pessoas aqui já se deve à maneira pela qual foi feito o seminário, com debates com as entidades, com os Governos Estaduais, com a representação do Governo Federal, com a participação de entidades de governos municipais, de Vereadores.

Já foi lembrado na abertura, mas queria salientar a importância deste momento para que todos nós, que, além de estarmos ocupando cargo público, somos responsáveis por debater essa questão que está acontecendo na atual conjuntura. É importante que toda a população some esforços para que achemos saídas e resolvamos essa séria questão que hoje está inserida em nosso dia-a-dia.

Já foi dito que talvez há 20 anos a violência não fosse uma questão séria. Por que foi estabelecida essa discussão? Porque a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados trata da questão urbana, e hoje não é possível falar dos centros urbanos sem pensar nessa questão. Anteriormente, as pesquisas colocavam como maior problema do País o desemprego; hoje, a violência ganha do desemprego nas enquetes.

Mais uma vez, queria agradecer a presença de todos e o apoio da Assembléia Legislativa à nossa parceria com o Conselho Nacional de Saúde e dizer que, com certeza, a Região Sudeste dará sua contribuição para esse debate, em conjunto com as outras reuniões que ocorrerão a partir do final da semana que vem. Agradeço a cada Secretário da Saúde dos Estados presentes e digo que a contribuição de V. Exas. neste debate será importante para que a Região Sudeste possa somar-se, em nível nacional, nessa questão da violência, não aumentando-a, mas trazendo sugestões para que a diminuamos e possamos viver com tranqüilidade. Muito obrigada.

Palavras do Sr. José da Silva Guedes

Bom-dia a todos. É uma enorme satisfação estar hoje neste seminário. Queria cumprimentar, primeiramente, os Promotores da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados e o Conselho Nacional de Saúde.

Sem dúvida, o tema violência urbana domina hoje a nossa vida social. É a preocupação maior do Governo e da população nos últimos anos. Tendo múltiplas e complexas causas, de difícil análise, ele propicia com muita frequência entendimentos equivocados e exploração política. É certamente a campanha eleitoral que já está em marcha trará inúmeros exemplos dessa exploração política, porque há pessoas interessadas muito mais em explorar o fato da violência do que em queimar pestanas para que possamos encontrar soluções no conjunto da sociedade.

Se estamos falando de uma epidemia, se estamos falando de um problema social fundamental, estamos falando de alguma coisa que mobiliza a sociedade inteira e que encontrará suas causas em ação de governo, em ação de grupos organizados e em ação ou desestruturação da nossa própria rede social, da malha social e da nossa família. Este seminário regional e outros que devem acontecer envolvendo governos, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, envolvendo universidades, sindicatos, sociedade civil organizada, são fundamentais, porque resolver esse problema requer certamente um envolvimento do conjunto da sociedade. Quando se fala em violência urbana, estamos falando, certamente, de uma coisa muito complexa que inclui, pelo menos, violência doméstica, violência institucional, violência no trabalho, violência nas ruas e violência criminal, o crime que está por aí organizado.

Tentando situar isso dentro da área da saúde, gostaria de falar rapidamente sobre: impacto na saúde, a saúde como fator de violência e a contribuição da saúde para que possamos enfrentar o problema social maior, já que estamos neste seminário buscando não somente entender causas, mas também, certamente, trocar experiências, para pensar em encaminhamento de soluções.

O impacto da violência pública na saúde pode ser avaliado de diferentes maneiras. Já foram apresentados aqui vários dados. Ele pode ser avaliado pelo consumo maciço dos nossos recursos de assistência pré-hospitalar - o nosso sistema de resgate está todo montado em cima disso, para fazer esse atendimento -; pela saturação dos serviços de emergência, especialmente os serviços cirúrgicos; pelo grande número de internações hospitalares decorrentes de todas essas violências; pelo acúmulo de casos de violência sexual no serviço de atendimento ginecológico de urgência; pela interferência da violência sobre o funcionamento de serviços de saúde localizados na periferia das cidades; e pela interferência da violência, que, muitas vezes, impede a atuação de equipes do Saúde da Família que estão trabalhando nas áreas mais periféricas das cidades.

Podemos também analisar isso sob o ponto de vista da mortalidade. Em São Paulo, o conjunto das causas externas - de vez em quando, as pessoas, desavisadamente ou com má intenção, confundem quando se fala em conjunto das causas e em conjunto das mortes decorrentes dos crimes - engloba todos os nossos acidentes e violências e ocupa o 2º lugar no Estado de São Paulo, desde 1995. Quando olhamos o grupo de 5 a 39 anos de idade, vemos que o conjunto de causas externas ocupa o 1º lugar. Os próprios serviços de saúde podem, com alguma frequência, tornar-se parte ou contribuir para esse quadro geral da violência. Todas as vezes em que eles se esquecerem dos princípios fundamentais do respeito ao ser humano, todas as vezes em que o serviço de saúde não fizer um acolhimento adequado dos seus usuários, estará contribuindo realmente para a violência.

No período de 1980 a 1989, tivemos no Brasil um crescimento de 26,9% das causas externas. Em um período de 20 anos, cresceu praticamente em 27% o conjunto de mortes pelas chamadas causas externas. Em São Paulo, isso cresceu 34%. Temos, na Capital, um crescimento de 70% no mesmo período. Em 1999, temos não um óbito por violência a cada hora, como aqui foi dito por uma pessoa que me precedeu neste microfone; é um óbito pelo conjunto das causas externas que ocorre a cada hora, na nossa cidade.

Uma outra coisa são os custos, aos quais já se fez referência aqui. Nas internações do SUS, 8% são consumidas com o atendimento das chamadas causas externas. É claro que é preciso somar a isso tudo aquilo que representa o gasto com dias parados, todo o gasto com a Previdência, todo o resto, custos indiretos, que certamente somam um fábula da qual não temos, aliás, a medida adequada.

Se é verdade que o próprio serviço de saúde, dentro do que chamamos de violência institucional, pode contribuir para a violência geral, esses serviços estão dando uma grande contribuição para o entendimento e combate da violência. Exemplo disso são as nossas Unidades Comunitárias de Alcool e Droga, de São Paulo, criadas há cerca de quatro anos, que deixam de fazer apenas o tratamento clássico de seus

pacientes viciados e consumidores de droga. Essas unidades têm equipes que vão para dentro da comunidade a fim de analisá-la, juntamente com as entidades da própria comunidade, para saber que fatores existem nos diferentes locais que facilitam a chegada dos nossos jovens ao consumo de álcool e droga, que fatores há na comunidade que poderiam ser utilizados para evitar o encaminhamento cada vez maior de jovens a essas unidades.

Temos equipes do Saúde da Família que, no seu dia-a-dia, encontram em seu trabalho verdadeiros nichos de violência instalados nas periferias de nossas cidades. Essas equipes, quando trabalham adequadamente e se unem à comunidade, ajudam-na a organizar-se para que conquiste equipamentos sociais e mantenha o funcionamento deles, que são fundamentais para enfrentarmos algumas das raízes que gerarão a violência na sociedade.

Com freqüência, programas desencadeados pela área de saúde e pelo setor de segurança pública têm conseguido formar um elo importante que atrai outras esferas do Governo, como educação, meio ambiente, cultura, para que possamos ter programas que visem a combater e prevenir a violência. Um bom exemplo é o Programa Bem-me-Quer, que se volta para o atendimento da mulher que sofreu violência sexual. Alguma coisa disso será tratada em outra mesa, mas é bom lembrar que é uma violência maior fazer a mulher violentada procurar uma delegacia, apontar o autor da violência e ter de ir a um instituto médico-legal para fazer o exame de corpo de delito. Isso pode representar uma violência tão grande quanto a que sofreu. É possível organizar isso, trazer os legistas para trabalhar dentro do setor da saúde, ter um hospital onde a humanização desse atendimento contribua para conhecer e estimular as pessoas a denunciar esses fatos, para que nossos números realmente sejam cada vez melhores.

O combate à violência urbana, cujas razões são múltiplas no conjunto da sociedade, depende da distribuição de renda, do desemprego, da maneira banalizada com que a nossa mídia trata o assunto. É preciso que tenhamos mudanças sociais, uma série de ações gerais na política do nosso País. Mas as diferentes causas que levam à violência crescente se exteriorizam localmente. Em determinadas áreas das nossas cidades, em áreas de exclusão social, é preciso que tenhamos uma equipe governamental, que freqüentemente é um equipamento de saúde e escolar, que podem fazer uma ligação com o conjunto de outros equipamentos sociais, envolvendo a comunidade para que haja uma resposta local. É nessas áreas periféricas de exclusão social que se somam os diferentes fatores provocadores de violência. Enquanto não se consegue mais justiça social no País e desenvolvimento sustentável voltado para o cidadão, é preciso haver envolvimento governamental junto à sociedade, para que haja saídas emergenciais para a população.

O que se encontra nessas áreas - esse assunto será tratado por outra Mesa - é a necessidade de oferecer à população chances de participação, lazer, atividades esportivas, ou seja, uma série de equipamentos sociais voltados para a periferia, os quais podem ser instalados a partir de um trabalho conjunto entre o governo, a população e entidades da sociedade, para que possamos fazer esse enfrentamento.

Queria apenas chamar atenção para três aspectos. A repercussão da violência em geral, em todos os seus componentes, na área da saúde é extremamente grande e sobrecarrega o serviço. Com relação ao próprio serviço de saúde, se não houver uma preocupação fundamental de humanização do seu trabalho, pode ser um foco de violência. Mas os serviços de saúde têm chance de dar a melhor contribuição, principalmente no seu trabalho, em nível local e periférico, integrando esse equipamento do Governo para dar combate à violência.

Espero que estes dois dias de debates realmente permitam troca de experiência e maior esclarecimento levando o nosso Legislativo a propostas importantes e o nosso Executivo a medidas mais efetivas. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Carlos Patrício Freitas Pereira

Inicialmente, bom dia a todos. Saúdo em particular a Deputada Maria do Carmo Lara, que, na área federal, é grande promotora desses debates, particularmente do Seminário Nacional sobre Violência Urbana e Segurança Pública; o Deputado Edson Rezende, que dirige os trabalhos; o nosso Secretário de Estado de São Paulo, Dr. José Guedes, que me precedeu, que tem apenas oito anos como Secretário da Saúde. Lamentavelmente, o tempo o limitou, mas, nos debates, caso cheguemos a ele antes de seu vôo de retorno a São Paulo, poderá mostrar o grande conhecimento que tem neste setor. Constitui, sem dúvida, uma liderança no Conselho Nacional de Secretários da Saúde, que integro em Brasília. Cumprimento ainda o Dr. Cardoso, Secretário da Saúde do Espírito Santo, o Cel. Edson, Secretário da Segurança Pública do Espírito Santo, então formando o contexto do nosso Sudeste, o Promotor Milton, de Botucatu, o Prof. Elias Jorge, da UFMG, a Sra. Maria Teixeira, que representa os trabalhadores, os Conselheiros aqui presentes. Vejo muitas fisionomias conhecidas, o que demonstra o atento acompanhamento das coisas da saúde por esses Conselheiros. Saúdo também os líderes sindicais e as organizações não governamentais presentes.

Lembraria que, daquela conjunção de esforços da Câmara dos Deputados, do Conselho Nacional de Saúde e, agora, da Assembléia Legislativa, estamos neste seminário regional, que dá continuação, como vimos, ao seminário nacional sobre violência urbana. Está mais do que dito que as políticas públicas, no caso, têm que ser intersetoriais. A saúde entra em um contexto muito grande, porque envolve a parte da justiça, da segurança, a violência criminal, a educação. Deve-se atentar para o fato de que tudo passa por ela: o embasamento da sociedade, a parte do lazer, porque quem tem acesso a ele, em princípio, está fora da criminalidade.

Os órgãos de comunicação têm estimulado a violência, quando dão ênfase a situações em que se comete algum crime. Há discriminações, migração, que conduzem às desigualdades sociais odiosas no País. Há tráfico de armas, acidentes, de maneira geral, não só os de trânsito, mas também os do trabalho - e aqui temos a nossa Coordenadora Estadual do Trabalho, Dr. Jandira, da parte de saúde do trabalhador. Não podemos planejar sem que tenhamos informações.

Finalmente, em todo o contexto, há a comunidade. Se ela não se agitar e fizer sua parte, os órgãos públicos não vão dar solução a esse problema que se faz crescente em todo o mundo e, em particular, no nosso País.

Existe uma política nacional de redução de morbimortalidade por acidentes e violências. Ela exige, em linhas gerais, para que se efetive - o que colide com a crônica insuficiência de recursos na área da saúde -, mediante o trabalho conjunto Estado-sociedade, a capacitação do pessoal da nossa área de saúde e o desenvolvimento do sistema de informações, de maneira a termos uma noção da distribuição dos acidentes e de causas de violência e uma caracterização mais detalhada de cada tipo de ocorrência - locais mais freqüentes, etc. -, para que possamos planejar.

Agora, vamos entrar na área de saúde em Minas Gerais. Nossas estatísticas são deficientes. Temos as estatísticas do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM -, com alguns dados tabelares que depois poderei distribuir. Em grandes traços, para os nossos mais ou menos 17 milhões de habitantes, temos anualmente 100 mil óbitos, 10 mil dos quais, ou seja, 10%, devidos a causas externas. Isso dá um índice de 50 para cada 100 mil habitantes. Não tenho dados comparativos com outros Estados, mas é de esperar que nossos dados sejam "menos piores".

Com relação a acidentes de trânsito, no ano de 1999, causaram cerca de 3 mil óbitos, o que nos dá um percentual de 3% do número de óbitos no contexto do Estado. Temos que conduzir estratégias visando à melhoria das informações não somente no campo federal, mas também no estadual, o que já estamos fazendo.

Com relação a outros dados, aqueles obtidos por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, o tempo não vai me permitir apresentá-los. Prefiro, em função da exiguidade de tempo, comentar dados que constituem uma amostragem do nosso João XXIII, nosso principal pronto-socorro de âmbito estadual. No ano de 2001, tivemos cerca de 15 mil pacientes originários de acidentes de trânsito; 9 mil, de agressões, envolvendo arma branca, arma de fogo e outras, e 60 mil, de outros acidentes, o que não define muito e mostra a fragilidade do nosso sistema de informações. Este seminário está sendo muito bom para mim, porque acordei para esse aspecto. Vamos, dentro do Estado, buscar tornar mais objetivas essas informações. Em termos de estatística, elas são pouco confiáveis, mas nos dão uma idéia.

Vejamos a parte relacionada a ações, que talvez constitua a que desperta mais curiosidade. Estamos trabalhando no chamado Plano Estadual de Urgência e Emergência. Esse plano envolve uma sucessão de medidas. Começa pelo resgate, obviamente. Mas ainda não temos uma definição de como vamos agir, se vamos usar o sistema dito "norte-americano", em que temos na ambulância de resgate paramédicos, ou se o sistema dito "francês", onde temos um médico.

Discute-se muito o assunto, e certamente conduziremos um seminário para essa definição. É lógico que nacionalmente já deve existir algum estudo a respeito que eu nem conheço. A participação do Corpo de Bombeiros, no resgate, é desejável. Alguns Estados que têm Corpos de Bombeiros instituídos desde o período imperial têm essa tradição e trabalham com muita eficiência. No nosso caso, a instituição é nova e ainda opera em número reduzido. É algo a pensar, e, desde já, estimulamos aquelas cidades onde já temos unidades do Corpo de Bombeiros a assumir o resgate. Normalmente, eles se mostram muito responsáveis e muito eficientes.

Centrais de regulação - eis outra medida importante. Porque é evidente que, uma vez resgatada a vítima de trauma ou violência, é necessário conduzi-la a uma unidade hospitalar. Então, essas centrais de regulação estão em fase de instalação no Estado. Temos uma unidade-piloto em Montes Claros e já temos a de Belo Horizonte, que ainda não oferece todos os serviços próprios de uma central de regulação, a saber: central de leitos, central de diagnóstico, central de transplantes e por aí fora. É uma sucessão de providências em uma verdadeira sala de comando que interage com as unidades de resgate e com as unidades de assistência nos hospitais de pronto-socorro. Então, estamos caminhando, vagarosamente, nesse sentido. Já temos recursos, os estudos estão feitos, o pessoal já está capacitado, e estamos entrando na fase de implantação das centrais de regulação.

Obviamente, o plano ainda envolve a seleção - e isso já foi feito - de unidades hospitalares que possuam CTI, unidade de cuidados intermediários e enfermarias. Essas unidades já estão selecionadas em todo o Estado. Ainda temos algumas áreas de sombra. Considerando nossa rede de estradas - o Estado de Minas é muito "vascularizado" -, o número de acidentes, como vimos, é bastante grande. Então, esse sistema tem que atentar para esse aspecto.

A capacitação de pessoal também é fundamental e, como disse, já a efetuamos. E os centros de reabilitação seriam o último estágio nesse contexto todo, com o resgate, o direcionamento dos acidentados para as unidades hospitalares vocacionadas para isso e já selecionadas, como dissemos, e o treinamento do pessoal, não somente para pensar esses problemas, essas urgências, mas também para informar convenientemente.

Chegamos a alguns pontos que foram levantados aqui nas intervenções anteriores. O nosso Instituto Médico Legal constitui um problema? Sim. Precisamos de um serviço de vigilância de óbitos na área da saúde? Sim. Então, coloco que já estamos trabalhando, tanto com recursos federais quanto estaduais, para a construção da nossa central de vigilância de óbitos junto ao IML. Estamos na fase de aproximação entre a Secretaria da Segurança Pública, a Secretaria da Saúde e o Município de Belo Horizonte para iniciar as obras ainda este ano. Esse serviço de vigilância de óbitos vai nos servir, e muito, quando houver epidemias. Sentimos essa necessidade. Não sei se São Paulo já tem esse serviço; possivelmente, sim. Minas não tem. Poucos Estados do País detêm uma central de vigilância de óbitos. É uma pena que o Dr. Evilásio, Secretário Municipal, que aqui estava, não tenha ficado para os debates. Poderíamos levar avante a discussão de algumas idéias sobre essa central.

Concluo lembrando que a ação integrada, intersetorial, não só da nossa Secretaria, mas de todas, é fundamental. Não foi dito aqui, mas a educação também é muito importante. Vejam o que acontece quando há um acidente em nosso País, em qualquer Estado: é uma multidão de curiosos, de observadores. Agora, olhem o que aparece na televisão, particularmente naqueles países que vivenciaram a guerra, que tinham defesa civil e que educaram sua população convenientemente, ou que estão enfrentando situação de guerrilha, como é o caso de Israel e área da Palestina. De pronto, equipes, ou mesmo populares, atendem os feridos, porque eles conhecem, desde os bancos escolares, aqueles procedimentos de primeiros-socorros. Nós ficamos como curiosos. Não conhecemos essas práticas. Somente em comunidades menores, como Forças Armadas, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros e unidades de saúde, é que observamos esse conhecimento, que devia ser de todos, minimizando problemas que possam ocorrer em função do retardo de socorro, só para citar um exemplo da necessidade de resolvermos esses problemas de forma integrada.

A saúde não foge da sua parte de responsabilidade nesse setor. Muito nos honra termos sido chamados aqui para tratar de violência e saúde pública. Lembro-lhes, porém, que a nossa parcela de participação é importante, mas tem de estar integrada a uma série de outras. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Carlos José Cardoso

Bom dia. Quero agradecer e parabenizar a Assembléia Legislativa, os Secretários de Estado presentes, da Segurança e da Saúde, e, em particular, as entidades aqui presentes. Acho que a discussão sobre segurança e saúde, sem a participação da sociedade civil, torna-se ineficaz. Estou vendo aqui líderes comunitários, entidades civis, organizações não governamentais; a todos, meus parabéns. Fico muito feliz em saber que a sociedade civil ainda tem esperanças de mudar esse quadro. Acho que o mais importante de tudo isso é a presença dos senhores e senhoras.

Estou de acordo com todos os Secretários da Saúde e parlamentares estaduais e federais que falaram sobre todas as questões: a educação, o resgate. Não serei repetitivo, mas vou enfatizar três pontos principais em relação à violência urbana e à saúde. O primeiro deles é o crime organizado.

O que tenho aprendido, até agora, é que o crime compensa. A prova disso é que, por dados da ONU, o crime de drogas cresce 60% no mundo todo, e 5% do PIB mundial está deslocado para as drogas. Atrás da droga vêm os armamentos, os delitos de pequeno porte. É um problema mundial, pois a cocaína vem da Colômbia, a arma vem de Israel, algumas drogas injetáveis vêm da Holanda, outras da Suécia. Há um envolvimento mundial.

O Estado tem sido ineficaz em combater e encontrar as soluções para isso. Vários crimes são resolvidos por denúncias: pelo sistema Denúncia ou outras formas. O crime compensa porque tem seguro. Hoje o tráfico de drogas tem seguro. É feita uma denúncia, resgata-se uma quantidade de drogas, e esse traficante tem seguro, ele é compensado por outro traficante. Mas tem solução.

Os órgãos estaduais estão deficientes, mas, se a sociedade se envolver nesse processo, com certeza, surgirão soluções.

O sobrinho do Governador do Espírito Santo foi seqüestrado recentemente. O Secretário da Segurança desse Estado, Cel. Edson do Carmo, com sua inteligência e capacidade profissional, e de posse da correta informação, conseguiu resgatar a vítima, prender todos os seqüestradores, sem que ocorresse nenhuma morte. Mas esse foi um caso heróico particular.

O crime organizado vai do jogo do bicho até o garoto que sobe o morro e vai entregar a droga ao adolescente. Daí, vêm os assaltos para comprar a droga, para fazer o transporte e também a agressão física e emocional. O crime organizado tem de fazer parte do debate, e sua solução, sair de nossas fronteiras e atingir o mundo. A discussão que estamos iniciando nesta Casa aponta para essa possibilidade.

Na Idade da Pedra, era poderoso o homem que tinha mais força, aquele que atingia a cabeça do inimigo com instrumentos rudimentares feitos de pedra ou de madeira. Na Primeira e na Segunda Guerras, eram mais fortes as nações que possuíam mais armamento. Hoje, a arma mais poderosa é a informação. Somente com ela conseguiremos nos sobrepor às dificuldades, sobretudo à violência.

O Estado tem muitos dados, mas pouca informação. Na Secretaria da Saúde do Espírito Santo, tenho todos os dados que se possa imaginar, mas pouca informação. As redes têm de estar interligadas, os dados têm de se cruzar, para que as informações cheguem rapidamente. Bem informados, estaremos nos adiantando ao crime e à violência. Como já disse, a solução do seqüestro do sobrinho do Governador deu-se graças a informações precisas e eficazes. O importante é que a informação esteja em todos os locais, para que nos adiantemos ao crime. O Secretário da Saúde de Minas Gerais referiu-se à questão dos óbitos. Estamos providenciando a instalação das mesmas unidades no Espírito Santo.

A solução para a violência não é uma providência isolada. É uma cadeia de ações, cujos elos têm de funcionar bem e igualmente: educação, trabalho, prevenção e, até mesmo, resgate das vítimas da violência.

O Secretário de São Paulo falou em humanização. Esse é o enfoque principal de nossa administração na Secretaria da Saúde do Espírito Santo. A pessoa que chega ao serviço de saúde, vítima de violência, tem de ter seu problema físico resolvido, ser abrigada, cativada, compreendida, bem tratada, reconfortada emocionalmente e reintegrada socialmente, para que se torne um elemento a mais a favor do Estado.

Nossa esperança de transformação da sociedade reside na educação da juventude. A violência nasce na cabeça dos homens, e é na cabeça dos homens que temos de começar a resolver o problema.

Hoje vivemos uma crise moral, que é do caráter, da formação de cada um. O trabalho com jovens e crianças é fundamental. É na cabeça deles que devem ser fomentados os atos humanitários, a igualdade, a luta por direitos. Outra proposta de discussão é como trabalharíamos isso, tanto com crianças quanto com jovens. Embora esteja presente aqui uma grande parcela da sociedade, há uma parcela muito maior não engajada no processo. Se a um traficante é oferecida a opção de lavar um carro ou de criar uma atitude de trabalho, e ele opta pelo crime, é da formação de cada um.

A educação é um ponto importante desse trabalho. No dia-a-dia, todos temos muitas tarefas a cumprir. Este encontro me trouxe esta reflexão. As Secretarias da Segurança Pública e da Educação estão trabalhando conjuntamente na informação e na questão do resgate, extremamente importante. No Brasil, se acontece um acidente, todo o mundo pára para assistir, não por não se sensibilizar, mas por não saber o que fazer. As escolas e a sociedade civil, aqui presentes, têm uma participação importante nesse processo. Basicamente, eram estes os pontos principais que gostaria de abordar.

No Estado do Espírito Santo, a violência tem diminuído. O principal enfoque do Governo é na segurança pública e na saúde. Temos melhorado muito, principalmente na urgência e emergência, que têm a ver com a violência urbana. Nossos hospitais de urgência e emergência estão no "ranking" dos melhores do País. Temos investido tanto no ser humano quanto na formação do profissional. Na segurança, nossos índices não são os melhores do País, mas têm sofrido drástica redução.

Enfatizando a questão social e a participação da sociedade civil, deixo o abraço do Estado do Espírito Santo a todos os senhores. Nosso desejo é que, durante o dia, nós nos envolvamos nos debates mais profundamente e estejamos alertas para resolver nossos problemas. Deus abençoe todos vocês. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Milton Flávio Latenschlager

Bom-dia. Por meio da Sra. Maria do Carmo Lara, cumprimento os componentes da Mesa. Antes, porém, abraço especialmente nosso colega de São Paulo, o médico e Deputado José Augusto, representando o Presidente e médico Walter Feldman. É um privilégio participar de um seminário desta magnitude, em que procuramos fazer um cruzamento nem sempre fácil entre a violência e a saúde. É importante ressaltar que o momento de violência que vivemos, não apenas nos Estados do Sudeste, como também em todo o País, provavelmente não decorre de uma ação equivocada ou de inação dos atuais governantes.

Os jovens que são vítimas da violência ou que a praticam representam uma geração perdida, completamente abandonada e desassistida por Governos que deveriam ter tido essa responsabilidade há 10 ou 12 anos. Nós, que temos a responsabilidade de governar São Paulo nos últimos anos, sentimo-nos, apenas e tão-somente, responsáveis por uma juventude marginalizada por governantes que priorizaram a locupletação e o desvio do recurso público, em vez de educar as gerações que, na idade adulta, penalizam e são penalizadas pela violência.

Falo agora como professor de Medicina, mas poderia falar como ex-Diretor do Hospital das Clínicas, como ex-Secretário da Saúde, como Deputado Estadual, como Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia de São Paulo ou como Presidente da União Parlamentar do MERCOSUL. O problema da violência não é exclusivo nem dos nossos Estados, nem do nosso País, é exatamente igual nos países da América Latina, que viveram a mesma fase, o mesmo domínio do medo, no período ditatorial, que muitos já esqueceram.

Ao encarar a violência como epidemia, é muito importante termos a preocupação de fazer um diagnóstico epidemiológico adequado. Nesse sentido, o nosso Estado e os demais Estados que participam deste seminário devemos dedicar uma grande atenção à violência, como fazemos com as demais causas de doenças que, no passado, eram objeto da nossa preocupação.

A violência não é exclusividade de nenhum dos nossos Poderes, é uma preocupação que deve permear tanto o Executivo, que tem, mais freqüentemente, sido associado à geração ou à não-solução do problema da violência, quanto o Legislativo, até porque somos nós, legisladores, que estabelecemos os percentuais e os valores por meio da destinação orçamentária dos recursos que o Estado arrecada. Acho que o Legislativo se acovardou, se apequenou e, muitas vezes, se curvou a essas vontades, não destinando, de forma concreta e apropriada, os recursos necessários para se fazer o combate à exclusão, à violência e um atendimento adequado à saúde.

Da mesma maneira, não podemos excluir o Judiciário dessa responsabilidade. Ao contrário, parece-me que aí está uma área muito pouco vista, pouco valorizada, talvez a grande responsável, que é a inação ou a protelação das decisões do Judiciário. Continuo achando que a grande dificuldade que o nosso País vive não é na área do Legislativo, nem do Executivo, mas do Judiciário. Há uma inação, uma inadequação das nossas leis judiciárias, um Judiciário capenga, que é incapaz, inclusive, de cumprir a ação ou a legislação que ainda hoje resiste no nosso

código judiciário.

Ficou muito claro que é impossível uma ação adequada nessa questão da violência se não tivermos uma participação concreta das Forças Armadas, porque são elas que têm a responsabilidade de impedir a ação e o tráfico de armas no nosso País e, também, um sistema de informação completo.

A participação da sociedade é fundamental, por meio das chamadas organizações não governamentais, mas, sobretudo, pela participação no controle da nossa sociedade e dos nossos governos. E esse controle social se faz não apenas pela participação nos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, mas também nos conselhos de unidade, uma ação que nem sempre tem sido valorizada. Exatamente nessas unidades, que, muitas vezes, nos dificultam a atuação e, ao mesmo tempo, a sociedade, em muitos momentos, desvaloriza, quando, na verdade, a sua participação poderia fazer uma adequação mais rápida da atuação dessas unidades no combate e na minimização da violência. Essas dificuldades extrapolam esse controle social. Deveríamos estar muito preocupados com a dificuldade que temos enfrentado na composição das nossas equipes.

No Estado de São Paulo, particularmente na Capital, encontramos dificuldade em recrutar profissionais da área de saúde que queiram trabalhar nesses bolsões de violência. Esse é um problema tão sério quanto a incapacidade ou a falta de qualificação das equipes formadas, que, por despreparo ou por falta de uma atuação mais consistente, acabam não tendo resultados eficientes nos locais onde atuam.

Também acho fundamental, por conta da violência, que nos preocupemos com a reformulação dos currículos das escolas médicas e de todas as escolas de profissionais que atuam na área da saúde. Nesse sentido, acho muito importante que trabalhemos para a ampliação das equipes de saúde, que devem ser multidisciplinares. E, se efetivamente pretendemos entender e combater a violência com essas equipes - que podem ser, por exemplo, as do Programa de Saúde da Família -, é muito importante a inclusão, embora tenha sido pouco valorizada, de assistentes sociais nas equipes, que possam entender o que está acontecendo na comunidade onde as equipes pretendem atuar.

Insisto em dizer que esses programas que nossos Governos praticam e propõem precisam ser integrados. Particularmente, tenho defendido há muito tempo que um fator de integração, até levando em conta a epidemiologia da violência - que vítima especialmente jovens entre 14 e 29 anos -, poderia ser a inclusão, na coordenação dessas ações, das chamadas secretarias da juventude, que foram implantadas em São Paulo ainda recentemente, no Governo Mário Covas, por sugestão do Presidente da Assembléia de São Paulo, Walter Feldman, e deste parlamentar, ao tempo em que ocupávamos nossa cadeira naquela Casa.

Em nosso entendimento, diferentemente do que temos ouvido, a resposta adequada não se faz pela destinação cada vez mais crescente de recursos para o tratamento dos efeitos daquilo que pretendemos evitar. Acho que podemos até destinar mais verbas aos setores da segurança, mas prefiro que continuemos acreditando que o que precisamos é de mais educação: educação no trânsito, educação na escola, mas, sobretudo, de propostas educacionais que sejam voltadas para a qualificação de nossos jovens, que ainda não chegaram ao primeiro emprego, e para a requalificação dos mais idosos, que, tendo experiência e sabedoria, persistem marginalizados pela nossa sociedade.

Outro aspecto que me parece importante é que cobremos um pouco mais de coerência, não no discurso, que é fácil de ser construído, mas na prática dos políticos e dos partidos. Ainda recentemente, vimos, em São Paulo, uma prefeita de um partido que, ao longo da vida, sempre criticou aqueles que não investiam em educação ter, como primeira atitude, a premiação daqueles que não foram contratados - sobretudo, tiveram a preocupação que nem os menos democráticos e os mais reacionários tiveram no passado: tivemos, em São Paulo, uma redução da verba da educação de 30% para 25%, a pretexto do atendimento das chamadas áreas sociais.

Não faço campanha aqui, até porque não tenho nenhum voto em Minas Gerais, mas quero concluir dizendo que acho muito importante que os parlamentares que se dizem preocupados com a saúde dêem a seu mandato uma conformação de atuação condizente com o discurso. Nesse sentido, queria dizer aos senhores que toda a minha atuação como parlamentar, professor e Secretário tem sido na busca desses objetivos.

Quero ressaltar que, entre várias das atitudes e leis que apresentamos em São Paulo, temos o programa de vacinação do idoso, o diagnóstico precoce do câncer de próstata, o programa de combate ao uso de drogas e entorpecentes, a descentralização dos serviços do INSPÍ, a destinação do remédio popular a preço de custo às populações idosas, o atendimento didático e pedagógico a crianças internadas com doenças crônicas em hospitais públicos e, finalmente, dois projetos ainda não votados: voluntariado para o idoso e o selo de imprensa "Amiga do Estado de São Paulo" àquelas empresas que efetivamente tiverem comprometimento com programas sociais que venham a ser implantados pelas várias Secretarias do nosso Estado e do nosso Governo.

Palavras do Sr. Elias Jorge

Bom-dia a todos. Quero cumprimentar o Sr. Evaristo, militante histórico das questões sociais, e saudar o plenário e a Mesa.

Fiz uma retrospectiva das intervenções que me antecederam, destacando o que achei mais relevante em cada uma delas. O Deputado Antônio Júlio falou sobre a importância da vinculação do Estado à sociedade; o Furlan, sobre a inversão uma inversão perversa, em que a população está prisioneira, e o bandido está solto. O José Augusto fez referência a um problema fundamental, o problema da migração e da ruptura com as raízes culturais das pessoas e o desarrajo que essas pessoas têm nos grandes centros. O Rassi comentou a questão da concentração urbana e a necessidade de colocar a saúde na agenda nacional. O Guedes tratou do tópico prevenir e combater, mas chamou a atenção para o custo econômico da violência. O Carlos Patrício falou da crônica insuficiência de recursos da saúde, e o Edson tocou no tema de que saúde é direito humano fundamental. É direito à vida, evidentemente precisa ter um tratamento privilegiado. O Carlos falou do crime organizado como fator globalizado e da importância da informação e da articulação do Estado com a sociedade civil para encontrar alternativas; o Milton, sobre uma geração perdida e o desvio de recursos de outros Governos.

Todos tocaram, de uma forma ou outra, na necessidade de recursos, e vou conduzir a minha intervenção com duas preliminares. A primeira é que recebi um telefonema de um grande jornal nacional. Não estava, e a minha filha caçula atendeu à jornalista, que queria me entrevistar sobre este debate.

Minha filha disse que eu era formado em Matemática, e a jornalista perguntou o que eu iria fazer no debate. Minha filha disse que eu iria participar porque era um cidadão. Não poderia causar espanto algum um matemático, um engenheiro, um físico ou químico discutir violência, sobretudo violência urbana. Espanta-me que a imprensa tenha se assustado com o fato de um matemático discutir violência. Achei ótima a reação da minha filha. Ela ficou injuriada com a abordagem da jornalista.

Na segunda preliminar, refiro-me ao filósofo mineiro que também jogou futebol: o Dadá, Peito de Aço. Na década de 80, ele disse que não queria saber de problemática, estava interessado na solucionática.

O Dadá e a Camila serão brindados na abordagem que tentarei fazer, mostrando o que entendo como hipótese de abordagem do ponto de vista do controle social e como tratar essa questão.

Aliás, fazendo uma tabelinha de matemática, destaquei algumas hipóteses de abordagem. Poderia tratar da violência do indivíduo contra o indivíduo, que é mais explícita, mais corriqueira. O Guedes também chamou a atenção para isso, e essa violência se dá no lar, entre homem e mulher, pai e filho; na escola, na empresa, na rua. É um corte de violência que poderíamos fazer.

Usando uma tabelinha lógica criada pelos gregos, uma outra é a violência do indivíduo "versus" o Estado. Por exemplo, Lalau, o Luís Estêvão, o butim das coisas públicas, a apropriação privada do patrimônio público, da "res" pública para benefício próprio. Estamos vendo os dossiês que estão surgindo na campanha, mas não é só nela. Essa é uma forma de violência enorme.

Há uma terceira violência, que é a de Estado contra Estado, por exemplo, os países centrais "versus" os periféricos; a violência dos Estados Unidos contra toda a América Latina e contra o mundo inteiro, na verdade; as barreiras comerciais, a barreira do aço, a não-assinatura do Protocolo de Kyoto de ecologia e uma série de outras formas de manifestação brutais e violentas de Estados contra Estados. Mas não é só dos países centrais. Temos a violência da União contra Estados e a de Estados contra municípios, quer dizer, é violência no sentido da forma da relação. Esta seria uma outra abordagem que poderia ser feita.

Finalmente, na divisão lógica das quatro hipóteses, a quarta é a violência do Estado contra o indivíduo. Um dos marcos dessa violência, por exemplo, é o comportamento do INSS em relação a seus segurados. Não estou falando do valor da aposentadoria, mas, por exemplo, quando um aposentado entra com uma reclamatória na justiça, o Procurador do INSS, que é pago com recursos da contribuição do segurado, atua contra este, não age em defesa do corpo que o compõe. A Maria, que foi Presidente da ACOBATO(?), não está presente, e é comum, quando se chega à decisão final da justiça, acontecer como o Milton contou. Tivemos um caso em Minas de dez querelantes, e, quando se chegou à decisão final da justiça, sete estavam mortos. Não considero isso uma violência trivial, é uma violência bárbara do Estado contra o indivíduo.

As políticas econômicas que levam ao desemprego: embora hoje a violência esteja mais preocupante do que o desemprego, não há violência maior para o cidadão que estar desempregado, porque desencadeia todo o resto. Uma política econômica inadequada comete esse tipo de violência do Estado contra o cidadão. O tratamento equivocado - na escola, no posto de saúde, na repartição pública -, o desprezo à população por aquele que sustenta o serviço é uma outra forma de violência do Estado sobre o cidadão.

Mas vou falar de uma outra, que destaquei como a mãe de todas as violências. Na época da Guerra do Golfo, Sadam dizia que haveria um dia a mãe de todas as batalhas, todos ouviram isso. E vou tratar do que chamo de a mãe de todas as violências, analisando o contexto brasileiro. Nesse sentido, destaco algo que perpassou a fala de todos que me antecederam, que é a questão orçamentária, o tratamento orçamentário. É importante que analisemos e vejamos, no quadro dos privilégios entre as políticas públicas, o que não se investiu na educação, na requalificação, porque há uma escolha, que foi política e está sendo mantida, que é eleger uma política pública como prioritária. Todas as demais políticas operam em caráter secundário. É como se uma política pública fosse a imperatriz, e as demais, bobos da corte.

Que política pública imperatriz é essa? É a política da estabilidade da moeda. Essa foi a escolha feita a partir de 1994, de 1995. Como isso se expressa claramente? Isso se expressa claramente por meio do orçamento público, em que há a última instância da expressão da vontade política daquele que tem a gerência da coisa pública, aquele que foi eleito sob mandato para gerir a coisa pública.

Trouxe alguns dados. Eles não são novos, porque foram apresentados no Fórum Social Mundial, em janeiro, em Porto Alegre, mas estão absolutamente atualizados do ponto de vista da reflexão que precisamos fazer sobre esse estado de violência desencadeador de todas as outras violências. Não resolvendo essa preliminar, nenhuma das alternativas ou "solucionáticas" daqui extraídas e de outros seminários sobre outras políticas públicas poderá ser conduzida. Deixarei depois uma cópia desta tabelinha que trouxe com a organização da Mesa. Na verdade, ela também foi apresentada no ano passado, nesta Assembléia, quando estávamos fazendo a preparação do Fórum Social Mundial.

Na verdade, o que fizemos foi uma evolução analisando o orçamento da União de 1995 para cá: quanto pesava a despesa de pessoal no orçamento da União. Em 1995, a despesa era de R\$37.900.000.000,00. No ano de 2001, fechado, foram R\$65.000.000.000,00. Os juros em 1995 eram R\$16.800.000.000,00. Isso foi executado no orçamento da União. Em 2001, R\$52.800.000.000,00, ou seja, durante esses sete anos foram pagos de juros R\$224.000.000.000,00.

Peço 2 minutos para concluir, com uma proposta que trago para reflexão.

Então, pagamos R\$224.000.000.000,00 de juros e amortização da dívida, nesses mesmos anos - coletamos sempre a informação que sai publicada no "Diário Oficial da União", sobre execução do Governo Federal - R\$180.000.000.000,00.

Então, até o dia 31/12/2001, no período do real - estou falando só de orçamento em real, em preços correntes, sem correção nem nada -, gastamos R\$404.300.000.000,00 com encargos financeiros da União: a junção de juros mais amortização da dívida. A suposição é: se pagamos isso, melhoramos o nosso quadro, a nossa situação. Acompanhem no "Diário Oficial" uma publicação que sairá - ela também está disponível na Internet - sobre o primeiro quadrimestre deste ano. Sairá no dia 31 de maio. A dívida consolidada da União pulou de R\$646.000.000.000,00 (...). No dia 31 de dezembro, ela fechou em R\$998.000.000.000,00, tendo sido pagos juros e feita amortização da dívida.

Essa dívida consolidada é toda dívida que é publicada. É claro que a União tem créditos em relação aos Estados. Mas, por exemplo, Minas Gerais está estrangulada, porque tem R\$130.000.000,00 por mês de (...). São Paulo deve estar estrangulado também, porque fez uma renegociação de R\$60.000.000.000,00. Só do BANESPA foram consumidos mais de R\$30.000.000.000,00.

Farei só um paralelo e concluirei. Estamos vendo hoje um drama político; a base do Governo rachou, e há um problema sério porque, em cada semana de arrecadação da CPMF, o Governo deixa de arrecadar R\$360.000.000,00, aproximadamente. Ele está dizendo que haverá problema para a saúde, etc.

De R\$646.000.000.000,00 para R\$998.000.000.000,00, em 24 meses, foi de R\$352.000.000.000,00 o crescimento da dívida consolidada. Ora, isso significa que, em dois anos, a dívida consolidada cresceu o correspondente a mil semanas de arrecadação da CPMF, ou seja, 20 anos de arrecadação é o crescimento da dívida nesses 2 anos.

Dado esse quadro, chamo a atenção para a maior violência de todas, que está sendo cometida contra a sociedade. Se, no passado, tivemos uma política econômica que nos confiscou a poupança, a permanência dessa situação atual vai confiscar o nosso futuro. Estamos com o futuro comprometido, hipotecado. Só há uma saída para resolvermos os problemas da política social como um todo, seja ela a violência urbana, a rural, a aérea, a terrestre: a ruptura com esse quadro. Essa ruptura vai permitir que saíamos de um quadro que é um círculo vicioso e degenerativo para entrarmos em um quadro de regeneração, com a possibilidade de pensarmos um projeto de nação, ou seja, transformar este País numa nação. Sem essa ruptura, tudo que discutirmos será inviabilizado. Obrigado. Bom dia.

Palavras da Sra. Maria da Natividade Gomes Teixeira

Cumprimento as autoridades presentes na pessoa da Deputada Federal Maria do Carmo Lara, cumprimento todos vocês em nome do Conselho

Nacional de Saúde, cumprimento os membros dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e a sociedade civil organizada aqui presente. Vou relatar bem rapidamente, num primeiro momento, o recado que trouxe em nome do Conselho. Falar após o Prof. Elias e demais autoridades é algo muito difícil. Serei bem sucinta e centrarei a minha fala em alguns pontos que consegui apreender - não tão sistematicamente quanto o Prof. Elias Jorge - e que me atingiram.

Inicialmente, fui incumbida pelo Conselheiro Noronha de dizer a todas as autoridades presentes, à Mesa e ao Plenário da necessidade de discutirmos, ainda neste seminário, a Carta de Brasília, porque ela nos trouxe muitas contribuições e soluções importantes, que já poderiam estar sendo implementadas.

Fica aqui a sugestão para que neste seminário façamos a discussão da Carta de Brasília. Destaquei que os pontos 15 e 16 trazem aspectos importantes das falas aqui proferidas, principalmente no que se refere à intersectorialidade. Começando por este ponto em que todos os palestrantes se centram, vimos que o problema da violência não pode ser resolvido a não ser com o esforço conjunto da sociedade.

A Deputada Maria do Carmo disse que talvez a violência do passado não tivesse aparecido muito ou não fosse tão grave como é agora. Mas sabemos que a violência sempre foi grave e existiu de forma oculta e pouco aparente, pelos motivos que a determinaram historicamente. A escolha dos governantes do País sempre foi feita pelas elites. Como raríssimas exceções, temos escolhas que foram feitas pela sociedade. No decorrer da história, sempre tivemos modelos agrários de latifúndio que expulsam o homem do campo e o trazem para a periferia, motivo da fala de vários dos debatedores.

Esta é uma grande violência que ocorreu ao longo da história e ainda ocorre. Precisamos, atendendo à Carta de Brasília, combatê-la com um modelo de distribuição de terra, um modelo de distribuição agrária que contemple os trabalhadores rurais e, conseqüentemente, diminua a possibilidade de violência.

Terceiro, todo o mundo levantou a questão do modelo de gestão do Estado. Ora, sabemos que todas as questões que perpassaram, relativamente aos trabalhadores, a exclusão social e a distribuição de orçamento - temos que o Prof. Elias não teve muito tempo para abordar, mas acho interessante encontrar um momento para isso -, todas essas questões têm a sua gênese no modelo de Estado neoliberal. A Carta de Brasília recomenda que devemos intervir nesse modelo de gestão de Estado. Então, sabemos que a violência existe e tem causas que precisam ser combatidas.

Passando rapidamente pelas falas que me chamaram a atenção, quero falar sobre os recursos humanos, nos pontos nºs 15 e 16 da Carta de Brasília. Todos falaram a respeito, especialmente o Dr. José da Silva Guedes, que disse que o acolhimento adequado contribui para minimizar a violência. Sub-repticiamente, vimos que novamente a culpa está sendo colocada nos trabalhadores.

Ora, quem faz o acolhimento no serviço são os trabalhadores. Quanto às políticas públicas de recursos humanos para capacitar trabalhadores, pela primeira vez, temos um conjunto de diretrizes que foi aprovado na 11ª Conferência e que agora está sendo elaborado pela tripartite, diretrizes para a norma operacional básica de recursos humanos, conseguidas num momento de contramão na história. Quando temos as políticas liberais discutindo a flexibilização do trabalho, a desregulamentação do trabalho, conseguimos o consenso de fazer um pacto com a sociedade, com os gestores dos trabalhadores, de fazermos no País uma política de recursos humanos, por meio da norma operacional básica que se encontra em vias de ser aprovada e encaminhada para as tripartites e bipartites.

Essa questão dos recursos humanos e da falta de acolhimento, um problema grave na área de saúde, foi abordada por todos. Ora, a violência traz conseqüências graves também para os trabalhadores da área de saúde.

Esses trabalhadores estão diariamente convivendo com todas as violências simbólicas, principalmente as mulheres, que são as maiores vítimas porque, além de passarem por todas as formas de violência no trabalho e no lar, ainda têm aquela relativa ao gênero, que nós, mulheres, sabemos como nos atinge.

Com relação ao que foi apresentado sobre as equipes de saúde, estas são uma necessidade. Um palestrante falou que a equipe do Programa de Saúde da Família tem a oportunidade e a possibilidade de melhor trabalhar essas questões porque tem um contato mais direto com a comunidade. Todos nós estamos em contato direto com a comunidade. Toda vez que a violência vitima qualquer um dos cidadãos, atinge primeiro o trabalhador da área de saúde. Lá, vamos passar por todos os sofrimentos e verificar que a violência que está atingindo esse cidadão não é apenas a violência do trânsito, das causas externas, do assassinato. A violência simbólica também está por trás do resultado das políticas neoliberais.

A falta de emprego. Aqui foi apresentada uma série de idéias que resolveriam o problema da violência. Alguns sugeriram a possibilidade de emprego. Criar postos de trabalho faz parte do combate à violência. Está escrito na carta de Brasília. Não podemos duvidar de que a grande maioria dos trabalhadores se encontra hoje sem a possibilidade de sequer trabalhar. Essa é a pior violência, é não ter trabalho, não ter a possibilidade de sustentar sua família. Nós, trabalhadores, temos que nos aliar à sociedade, aos governantes, à comunidade, no intuito de transformar esse sistema a que estamos submetidos. Precisamos trabalhar para mudar o modelo de gestão do Estado a fim de que todos nós tenhamos emprego.

A equipe tem que ser, segundo as normas constitucionais, completa. Por quê? O usuário do SUS não é um cidadão pela metade, é um cidadão completo. Um dos palestrantes pediu que profissionais do serviço social fossem acrescidos às equipes. Precisamos transformar esses programas em estratégias de atendimento ao usuário do SUS como um ser biopsicossocial. Para isso, precisamos que as equipes sejam multidisciplinares, não apenas com o assistente social, mas também com médico, enfermeiro, dentista, psicólogo e todos os outros que cuidam do bem-estar biopsicamental dos indivíduos.

O Dr. José Carlos Cardoso falou que o crime compensa. O crime compensa novamente para a elite dona do capital, que está se locupletando à custa do sofrimento do povo brasileiro. O Prof. Elias nos trouxe dados sobre orçamento, e eu gostaria de lembrar que, em 2001, houve R\$23.900.000.000,00 só de encargos de financiamentos da dívida externa. Pagamos R\$82.000.000.000,00 em 2000 e R\$107.000.000.000,00 em 2001. O crime compensa para quem vende armas, para quem faz guerra, para quem possibilita os meios de a violência grassar neste País.

Na fala do Dr. Milton Flávio, professor da USP, gostaria de destacar sua colocação sobre os jovens da geração perdida de 10 a 12 anos.

Vocês se lembram do que aconteceu há 12 anos? Foi exatamente a época em que o famigerado liberalismo se firmou neste País, no Governo Collor. Então, doutor, esses jovens da geração perdida são fruto dessas políticas. Esse é o resultado das políticas neoliberais. São 10, 12 anos de sofrimento, de falta de emprego, de desestruturação do modelo de gestão do Estado. É por isso que esses jovens são alvo do nosso trabalho.

Ele falou também sobre o processo de colonização, sobre o qual já tínhamos falado, e enfocou a falência da ética do Estado. Precisamos sair daqui com esse ponto resolvido. A falência da ética do Estado precisa ser tratada de forma especial por nós. Não podemos mais conviver com

isso. Há uma necessidade de retomada da ética. Precisamos de uma nova ética para todos nós, para nossos filhos, para os trabalhadores, para os usuários do SUS e para as vítimas da violência.

Então, não podemos ter medo de ser felizes. Precisamos de mudar o modelo de gestão do Estado. Esse será o primeiro passo para a mudança da ética reinante não somente neste País, mas também em toda a América do Sul, que é o resultado a que fomos submetidos nesses 500 anos de colonização. Precisamos de nos alforriar de verdade. Obrigada.

Designação da Coordenadora

O Sr. Presidente - Daremos continuidade aos trabalhos passando a coordenação dos debates à Deputada Federal Maria do Carmo Lara, Presidente da Subcomissão de Violência Urbana da Câmara dos Deputados.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Coordenadora - Neste instante, vamos dar início aos debates com a participação dos presentes. Ressalto que daremos 3 minutos para cada participante. Proponho à Mesa que as perguntas sejam feitas em bloco, ouvindo várias pessoas, para facilitar o debate.

Debates

A Sra. Coordenadora - Vamos iniciar com as perguntas feitas por escrito. Depois, teremos as perguntas feitas oralmente. Ao Prof. Milton Flávio, de Maria Imaculada Barbosa, do Centro de Saúde Maria Goretti: "Fineza reforçar a importância da assistente social no Plano de Saúde da Família, com a qual concordo plenamente, pois é essencial trabalhar as condições socioeconômicas, a infra-estrutura e a família 'versus' violência e saúde".

Outra pergunta dirigida ao Prof. Milton Flávio: "O envio das Forças Armadas para combater a violência nos bolsões de pobreza não lhe parece que cheira a limpeza étnica, visto que 90% dos jovens são afrodescendentes?".

Do Núcleo de Sabará, da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, Alberto Antônio de Almeida, Sabará, Secretaria da Saúde: "Dr. Milton Flávio, V. Sa. sugere a inclusão da assistente social no PSF. Em alguns municípios da região metropolitana, as Secretarias de Assistência Social não entendem que suas ações são conjuntas. Não seria hora de capacitar essas Secretarias para melhorar as ações de saúde e acabar com a violência social?".

Pergunta dirigida ao Prof. Elias Jorge: "O que vocês acham de policiais em geral serem candidatos a cargos eletivos? Como vou prender um marginal se ele é eleitor e sua família também?".

Darei a palavra para os dois responderem, de preferência por 3 minutos, para depois passarmos para as perguntas feitas oralmente.

O Sr. Milton Flávio Latenschlager - Em relação à inclusão do assistente social, continuo insistindo, até porque semana passada participei, em São Paulo, de um seminário ou de uma reunião dos assistentes sociais em que essa posição foi defendida e me pareceu muito adequada. A inclusão do assistente social na equipe me parece fundamental. É muito difícil imaginar que, numa situação como a que foi apresentada e todos nós conhecemos, possa haver atuação efetiva de uma equipe de saúde sem que esse profissional esteja dela participando. Parece-me adequado que isso seja perseguido, embora saibamos que, eventualmente, possa haver dificuldade na composição, do ponto de vista orçamentário. Mas estamos discutindo aqui o que é bom, o que seria adequado e necessário.

Em relação à segunda pergunta que me foi formulada, sobre a atuação das forças militares, não sugeri, em nenhum momento, que elas tivessem de ter uma atuação, eventualmente, em comunidades localizadas. Só quis mostrar que, quando discutimos violência, não podemos excluir ou marginalizar nenhum dos setores da sociedade. Mais que isso, quis deixar claro que não podemos prescindir de uma participação efetiva das Forças Armadas, porque a elas compete o controle do tráfico e da entrada de armas em nosso País. Quando se discute violência, sabemos que esses itens são fundamentais, precisamos também incluir a participação das Forças Armadas nesse tipo de controle.

Uma das revoluções que o País ainda exige, a mais importante, na minha visão, é a revolução que ainda não foi feita no Judiciário.

O Sr. Elias Jorge - Acho positiva a participação de policiais como candidatos a cargo eletivo. Imaginar que ele não vai prender é imaginar que toda a sociedade é marginal e não votaria nele. O voto tem uma característica corporativa. Mas, na questão da segurança, é fundamental que cada vez mais o aparelho de repressão do Estado tenha uma articulação com a sociedade civil. Lembro-me da época em que a radiopatrulha, em Belo Horizonte, fazia parte, tinha vinculação, o policial almoçava na casa das pessoas. Só vai funcionar o combate a esse tipo de violência mais localizada se houver uma grande articulação do aparato estatal com a sociedade civil. Fora isso, não há alternativa.

Aproveito para chamar a atenção para o último toque que estava dando em minha fala, sobretudo olhando para Carlos Patrício quando ele disse que há insuficiência crônica de recursos na saúde.

A saúde tem hoje uma emenda à Constituição e é fundamental que a sociedade civil exerça o controle para que ela seja efetivamente cumprida. Acabamos de descobrir que a União deixou de cumpri-la em 2001, e já está sendo providenciado pedido de suplementação. Aqui, no Estado, é fundamental uma articulação com o Executivo para poder assegurar isso.

De fato, a área econômica sempre tenta sabotar a saúde e a educação, que têm recursos vinculados. Tem de haver um controle efetivo para o cumprimento da emenda à Constituição, pois, sem recurso, nada do que discutirmos será realizado. Por isso, temos de romper com a sangria dos encargos financeiros e garantir a integralidade do cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, sem nenhum tipo de manobra.

A Sra. Coordenadora - Antes que o Secretário Carlos Patrício responda à primeira pergunta, deixo-lhe outra, de Guilherme Washington, estudante da UFMG, estagiário na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais: "Que medidas práticas estão sendo tomadas para a viabilização do banco de dados de informações em saúde, tão necessárias para a formulação das políticas públicas?".

O Sr. Carlos Patrício Freitas Pereira - Responderei, primeiramente, ao Guilherme. É muito bom que os jovens se agitem.

Temos os bancos de dados relativos à saúde, que são monitorados com programas de informática pelo Ministério, e os nossos. Tem de haver interação entre eles. Convido o Guilherme a visitar a Secretaria, para conhecer nosso centro de processamento de dados. A resposta será mais objetiva, mas posso lhe adiantar que estamos caminhando.

A outra pergunta, respondo como militar que, hoje, na reserva, passou 46 anos nas Forças Armadas. A Constituição é clara ao dizer que o emprego das Forças Armadas no campo interno só deve ocorrer quando o Estado perde o controle da situação. A nós, militares, repugna-nos sermos desviados para dar segurança aos bolsões de pobreza.

O Exército brasileiro não se constitui de um exército de ocupação de seu próprio País. Sabemos, pela história, que o Exército brasileiro sempre se posicionou do lado da comunidade. Se é nacional, representa a Nação. Caso contrário, deixa de ser nacional. Negou-se, no tempo do Império, a perseguir os negros fugitivos, e, no período revolucionário para os militares e ditatorial para a Oposição, quando os militares sentiram que a população pedia que se mudasse, o regime mudou-se pacificamente, num fenômeno tipicamente brasileiro. O Exército sempre esteve atento aos conceitos da população.

Não agrada aos militares a possibilidade de combater a violência nos bolsões de pobreza.

O Sr. Renato Barros - Peço ao Prof. Elias Jorge que fale sobre as causas do aumento da violência. É importante que nos aprofundemos nesse tema, principalmente nos trabalhos de grupo.

É de extrema importância para os trabalhadores de cada Estado a implementação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, que foi aprovada recentemente pelo Conselho Nacional de Saúde. É preciso mudar o modelo. O modelo atual do Estado descumpra totalmente a estrutura organizativa dos recursos humanos.

A saúde deveria estar organizada em uma equipe multiprofissional, mas aqui se separam os trabalhadores da atividade-fim e da atividade-meio, trazendo desestímulo total aos servidores na execução das políticas públicas.

É importante trabalharmos em nível nacional, principalmente em Minas Gerais, o cumprimento exemplar da norma operacional básica de recursos humanos.

Outro ponto importante abordado pelo Prof. Elias Jorge é o cumprimento da Emenda à Constituição nº 29. O Estado deixou de investir R\$315.000.000,00 que colocou no orçamento, mas não teve a garantia desses recursos na prática para a execução das políticas.

O Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, em medida adotada na última reunião ordinária, não aprovou as contas de 2001, mas está exigindo que o Estado garanta quando colocará esses recursos, ainda este ano, porque sabemos que terá de cumprir 9,5%. O Estado terá de aplicar R\$1.200.000.000,00. Precisamos tanto do apoio desta Casa quanto do apoio da sociedade civil organizada. Gostaria que o Prof. Elias Jorge abordasse o que representa não somente para o Estado, mas também para os convênios assinados pelos municípios, deixar de colocar R\$315.000.000,00 no orçamento.

O Sr. Evaristo Garcia de Mattos - Em 1994, a dívida era 31% do PIB. Hoje, é 61% do PIB. Se colocarem 19% sobre isso, em 2003 chegaremos a 100% do PIB para pagar a dívida, não é isso? O que vai acontecer é que 80% da população vai cair na exclusão social. Desses 80%, a metade será violenta e enlouquecida. Não há outro caminho, se medidas não forem adotadas agora.

Depois de votado o orçamento da União para a saúde, a educação, a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento agrário, o meio ambiente, a cultura, etc., é remetido para o Tesouro Nacional, em que sofre cortes dos valores votados pelo Congresso? FHC disse: "Se não votar a CPMF, vou cortar o combate à pobreza". Pode fazer assim? Não sei. Se puder, é o Consenso de Washington que está mandando no País. Colocaram lá o Armínio Fraga, executor do Consenso de Washington. Isso, se for confirmada a minha dúvida.

Ontem, com 86 anos, fui eleito Presidente da União da Juventude Socialista. Então, tenho de dar uma satisfação. Embora os auxiliares do Governador não divulguem, no orçamento de 2001, foram cortados R\$8.000.000.000,00, que a Federação dos Professores está correndo na justiça para repor. Desses, R\$800.000.000,00 são destinados a Minas. Por quê? Minas está sendo mais bloqueado do que Cuba. Se tomarmos um livro chamado "Os Homens do Presidente", os senhores verão que sofremos muito mais do que Cuba. Mandamos para o Ministério da Saúde e para o Ministério da Educação, que mandam para o Banco Mundial, em que está registrado: "Não destinar nada para o Governo do Estado de Minas Gerais, porque é inadimplente. Foi à justiça e reouve a CEMIG". Por isso passou a ser inadimplente. Então, não vem nenhum recurso. E tudo o que pode fazer para cortar, corta.

A Sra. Coordenadora - Obrigada, Sr. Evaristo. Esta Coordenadoria sugere aos participantes que falem em 3 minutos, porque ainda temos várias perguntas e é importante que todos possam se manifestar. Com a palavra, a Sra. Terezinha dos Santos.

A Sra. Terezinha dos Santos - Componentes da Mesa, demais presentes, boa-dia.

Síntese sobre a violência. Nos tempos atuais, em que o homem tem a capacidade de ir à Lua e a Marte, é como se estivéssemos em outro país, quando, em pleno século XXI, convivemos com a mortalidade materno-infantil e, principalmente, a fome, sendo estas uma das maiores injustiças da atualidade, uma questão de calamidade pública. São riquezas concentradas nas mãos de poucos, sabemos que caixão tem gaveta.

Prescrição: violência se cura com uma dose de direito à educação, com três doses completas de ensinos fundamental, médio e superior, com uma dose certa de saúde, lazer, segurança, trabalho, não-pagamento da dívida externa, que já foi paga há muito tempo. Só a violência da época da escravidão perdura até hoje, já está paga a revisão da dívida externa. Violência nas ruas, nas residências, no seio do próprio lar, é consequência de uma política feita para poucos. A questão da Amazônia é uma prova mais recente, é uma agressão. Motivo de maior preocupação se nota no fato de o Governo Federal ter a coragem de gastar R\$200.000.000,00 em propaganda e somente R\$30.000.000,00 em segurança pública. Isto é extremamente preocupante, e quem sofre certamente são as pessoas menos abastadas.

O Sr. Roges Carvalho - Quero cumprimentar os Deputados pela realização deste evento. Não resta a menor dúvida de que a maior violência são o desemprego, o aviltamento do trabalho e do salário e o cerceamento dos direitos humanos.

Todos os participantes falaram na questão da interssetorialidade. Hoje, acho fundamental que o Brasil entenda as políticas públicas. Para mim, é de cabal importância não só falar, mas também fazer. Ouvimos muito falar sobre a questão da interssetorialidade, mas, em momento algum, observamos a efetividade, a eficácia, o entrosamento da interssetorialidade das políticas públicas.

Quando me expresso desse jeito, vejo uma instância que está dentro da interssetorialidade, que é a questão da multiprofissionalidade.

Pincelamos muitos pontos, mas entendo que temos de ter uma grande teoria sobre a questão da violência. Endosso a fala da Natividade, que se expressou muito bem, ao apontar uma série de questões, mas precisamos de uma teoria que esteja assentada no cotidiano, que parta do cotidiano. Que a sociedade civil, a sociedade como um todo, faça uma grande teoria, pensando em como solucionar o problema. É a partir de

uma grande teoria sobre a questão da violência que poderemos pensar em uma política pública de segurança, para pensarmos, em seguida, em uma política de segurança pública. Acho que temos de rever também esses conceitos, de redefini-los, para que, daí, possamos pensar em um controle social em cima dessa política de segurança pública, mas vindo, primeiro, uma política pública de segurança, voltada para uma grande teoria sobre a questão da violência.

Aproveitando o tempo que me resta, quero parabenizar o Elias por seu exemplo. Já pensaram se os nossos Presidentes da República tivessem de saber de todas as profissões, inclusive a de engenheiro, para construir ponte? Acho que essa jornalista foi infeliz, mas parabéns por ter citado esse exemplo, pois realmente é a vida de cidadão que se coloca aqui.

A Sra. Jovina Gomes Vieira - Boa-tarde a todos. Peço que tenham a paciência de me tolerarem um pouco, para que possa exercer o meu direito democrático à fala, pois quero fazer uma rápida análise sobre o que seja a violência.

Estamos mergulhados em um universo de violência; estamos angustiados, aflitos, apreensivos, desorientados, confinados, amedrontados, espantados e revoltados. Famílias sofrem a perda de entes queridos de maneira cruel e horripilante. A violência, essa bola-de-neve, sempre existiu, mas se paramos para analisar o problema, quem sabe poderemos perceber que pode ter raiz na família, essa célula "mater" da sociedade, da mais rica à mais pobre. Por isso, todos temos o dever de contribuir para um mundo de justiça e de amor. A família que educa os seus filhos para o respeito ao próximo educará os governantes para respeitar e lutar pelo direito do próximo, não para a ganância, o poder e o assalto. Mas vejamos alguns outros elementos afetos a essa questão.

O FMI, esse monstro terrível, esse poder diabólico, que come o nosso dinheiro há séculos, matando-nos de fome e nos deixando incapazes de qualquer atitude.

A mídia, outro veículo de violência, em uma manobra diabólica, não educa; muito pelo contrário, tem trazido deseducação e fomentado terríveis erros e crimes.

As religiões que não são religião são outro abuso, outro desrespeito em nome de Deus, sendo muitas delas usadas para tirar dinheiro do povo inocente.

Quanto à saúde, como trabalhadora do pronto-socorro há 23 anos, vejo que os políticos falam bonito, mas, na hora de cumprirem o seu dever com relação às verbas para a saúde, não o cumprem integralmente, como deveriam, e nos levam a culpar os usuários. Somos assaltados e violentados pelos usuários, mas o funcionário público às vezes não é bem-preparado para entender a situação daquele usuário que ali chega sofrido e cheio de dor, sem condição de diálogo.

Os planos de saúde são outra violência, o absurdo dos absurdos; são exploradores inescrupulosos, que abusam da saúde do povo. E saber que tantos médicos fazem parte dessa máfia...

Nos coletivos, andamos em carros velhos, com o sol na cara; andamos uma hora com o sol no rosto, sem ter direito a uma cortina, e, em pé, esperamos muito, e pagamos caro.

O subemprego não nos dá condição de levantarmos o nosso moral e de termos dignidade, porque somos escravos quando trabalhamos em subempregos que não nos dão condição de sobrevivência sadia.

O desemprego nos leva à miséria, à revolta, à fome e à desavença no lar. Sabendo que o ócio é a mãe de todos os vícios, onde o Brasil vai parar com os jovens de braços cruzados?

E a nossa polícia truculenta? Cada um que faça a análise do que seja essa polícia truculenta. Colocar mais carros e policiais nas ruas não vai curar a violência.

E os grandes salários que os políticos recebem? Será que qualquer político estaria tão afoito para ganhar as eleições se lhe fossem oferecidos R\$1.200,00? Duvido. Esses políticos covardes, especialmente os do Nordeste. Desde que me entendo por gente, usam a seca, mas nenhum até hoje solucionou o problema. Precisam dessa bandeira para manter seus iates e seu dinheiro.

A reforma agrária é necessária; quer maior violência do que não fazê-la? O povo sai do campo, superlota as cidades e contribui para aumentar o crime.

Não temos estradas. Temos carros possantes, mas não temos estradas. O sistema carcerário não pode deixar de ser citado. Apontamos o criminoso como fezes da sociedade, mas a violência gera a violência. Contribuímos para isso, porque a família não educa seu filho para ser um Presidente, para ser um Deputado, para ser um faxineiro honesto. E enchemos as cadeias, jogando seres humanos, como bostas, dentro do fosso, sem dar-lhes condições de recuperação. Com tanta terra, por que não criar cadeias em que o preso possa trabalhar e exercer a sua tendência profissional? São gastos R\$800,00 com cada preso. Façamos o que tanto ansiamos, cadeias reformatórias, em que a pessoa tenha a dignidade de trabalhar. Quem não trabalha perde a dignidade.

As drogas geram violência. Por que não buscamos solução através da educação? Onde está o dinheiro para a educação? Onde está o trabalho para o jovem? Cadê o lazer e o esporte tão necessários?

Por que o Brasil sempre esteve entregue aos políticos - não precisa da resposta, a consciência de cada um que a dê -, desde que o D. João VI levou todo o dinheiro do Banco do Brasil? Eles sabem dos problemas, das soluções e têm a coragem de vir à televisão e dizer o que foram: fui Deputado, Secretário, Vereador. Foi um sem-vergonha, porque foi tudo, mas ajudou o País a piorar. Seria melhor ficar calado e dizer que não participou. Foi Deputado, foi Secretário, mas não ajudou em nada? Muito obrigada.

A Sra. Coordenadora - Todos os temas relacionados pela Jovina são fundamentais e serão debatidos durante o seminário. Na parte da tarde haverá grupos menores, em que as pessoas poderão debater melhor. Amanhã haverá uma plenária. É democrático dividir o tempo para que todos possam participar.

A Sra. Maria da Natividade Gomes Teixeira - O que o povo fala é o que devemos registrar. Estou muito feliz em ouvir as colocações feitas, porque não adianta ficarmos debatendo violência e as suas conseqüências na saúde sem discutirmos as suas causas.

Não sou muito boa na questão do orçamento porque sempre tenho ao meu lado o Prof. Elias, que me ensina, e queria, então, que ele comentasse essa questão do orçamento levantada pelo nosso companheiro, porque há alguns aspectos importantes a serem ditos. Queria, Prof.

Elias, que o senhor tratasse da questão da capacidade de endividamento, da possibilidade de se diminuir os juros porque temos capacidade de endividamento.

Com relação ao que o Roger falou, que o importante é fazer e não só falar, considero-me uma das pessoas que faz. E dissemos todas essas coisas porque temos experiência de militância no controle social e no nosso próprio trabalho. Sou enfermeira e professora na Universidade de Brasília e tenho trabalhado muito com violência. A reflexão nos leva a compreender que a ação é importantíssima. Não adianta ficar lamentando e dando receita sem fazer. Temos que dedicar grande parte do nosso tempo a essa luta contra a violência para que não acabemos pessoalmente sendo vítimas dela, pois sabemos que as nossas famílias, nossos filhos, esposos, etc. já sofreram algum tipo de violência. É preciso trabalhar mesmo.

Quanto ao que foi dito sobre mudança de modelo de gestão do Estado, há necessidade de, nas eleições, observarmos quais são as propostas que realmente visam à transformação do modelo. Há que haver uma inversão de lógica. Em vez da lógica de mercado, de capital, temos de ter um programa de governo centrado no social; não neste social chavão, mas no cidadão, no emprego, na renda, na possibilidade de se diminuir a violência. A transformação do modelo de gestão tem que ser de acordo com o programa do candidato, do partido. Temos que analisar isso e encontrar uma saída; não é mais possível continuar convivendo com esse tipo de gestão que nos leva cada vez mais para o buraco.

Com relação à implantação da NOB de recursos humanos, temos que caminhar pelo caminho da pactuação. Na NOB está prevista a instalação das mesas de negociação nas esferas de gestão estadual e municipal, e os trabalhadores têm de participar delas para fazer a negociação desses tópicos que estão na NOB. Obrigada.

O Sr. Carlos Patrício Freitas Pereira - Com relação ao que o Renato Barros colocou - ele que pertence à mesa de negociação permanente do SUS no Estado, a que aludiu aqui a Natividade -, é exatamente isso que está sendo feito. Estamos pactuando, discutindo. A posição do Secretário da Saúde é favorável a que o pessoal de atividade-meio fique dentro da saúde, rotulado como saúde. Entretanto, na Secretaria de Administração, que tem caráter central, isso não está sendo visto dessa maneira, pela necessidade que tem o Estado de fazer a rotatividade entre os agentes administrativos, motoristas, etc., que trabalham na atividade-meio. Então, é algo que não está decidido e que será exatamente como se colocou. A posição do Secretário é favorável, mas tenho de entender que estou no contexto maior do Estado.

Com relação ao orçamento, é verdadeiro que nós, no Estado, contabilmente, atendemos à Emenda à Constituição nº 29.

Alocamos 8,8% no ano passado para saúde. Mas também é verdadeiro que, financeiramente, isso não foi repassado na sua integralidade. Os números colocados aqui estão corretos: R\$315.000.000,00 que o Estado ainda deve do ano passado, mais R\$900.000.000,00 do orçamento deste ano, para atender aos 9% previstos neste ano. Temos até 31 de dezembro para atender a isso. Como o Estado atenderá isso? Hoje há condições? Resposta: não. Poderá atender? Poderá, porque a União nos deve - e a imprensa tem reproduzido isso - de R\$1.000.000.000,00 a R\$3.000.000.000,00. Então, se a União pagar, o Estado atenderá a essa parte. É evidente que a saúde é um fato real, não pode ser atendida com um orçamento virtual. Sabemos disso. O Secretário de Estado gosta dessa posição em que envolvemos a Assembléia Legislativa como um instrumento de pressão normal, democrático, junto às nossas áreas econômicas e financeiras do Estado.

Com relação ao que nos disse o Evaristo - estou em outra resposta -, de que 80% da população cairá na exclusão social, isso não ocorrerá, Evaristo. Não sejamos oráculos da desgraça! Foi-se o tempo das décadas de 40 e de 50, em que não tínhamos orçamento para resolver os próprios problemas. Temos que nos organizar para resolvê-los. Então, renegociar a dívida, não partir para não pagar a dívida, como disse a Teresinha. Uma renegociação é válida. O Brasil deve ser maior, autônomo. Enfim, teria outras coisas a dizer, mas já me cassaram a palavra. Aquilo que era mais importante foi dito. Sobre os dois levantamentos feitos por Renato Barros sobre o programa de carreira, cargo e salários, esse problema foi levantado porque estamos resolvendo isso. O Estado responderá com esse programa, o que nunca tivemos para a área de saúde. Sobre essa resposta do orçamento, também comungo com a opinião de todos: quero ver o orçamento para a saúde realmente honrado pelo Estado, que, no momento, não tem condições para fazê-lo.

O Sr. Milton Flávio Latenschlager - Tenho a impressão de que, sobre aquilo que foi dito, possuo uma concordância quase completa com a manifestação feita pela comunidade e pelos representantes. Entendo que, em algumas circunstâncias - e o Elias fará melhor do que eu, porque é um especialista em orçamento -, embora haja um protesto, parece-me que, com relação à CPMF, há razão. Não estou dizendo isso do ponto de vista ideológico, mas do ponto de vista prático, porque existe uma vinculação de receita com o fundo de pobreza. Portanto, como o fundo de pobreza depende da arrecadação da CPMF, na verdade haverá uma relação quer queiramos, quer gostemos, quer não. De qualquer maneira, penso que é importante a manifestação.

Não sei se essa questão foi dita para nós particularmente, mas, como fiz uma certa apresentação da minha atividade... Vi que uma companheira perguntou como um político ainda continua se apresentando como tal. Continuo não tendo vergonha de ser político. Sou um professor de medicina que, há oito anos, faz política e acha que faz bem. Continuarei fazendo política, até porque acredito que, se eu não estivesse aqui, estaria um outro no meu lugar. Não existe outra maneira de corrigir as mazelas do País a não ser fazendo política com responsabilidade. Como diz o caboclo, estou na trajetória, na caminhada, há 30 anos. Como estudante, enfrentei, em muito momentos, aquilo que entendia como ditadura. Acabei sendo preso por isso e não desisti de fazer aquilo que me parece correto. Sou um cidadão como outro qualquer. Como Deputado, tenho procurando fazer e continuarei fazendo aquilo em que acredito, com muita competência.

O Sr. Elias Jorge - Começo considerando a abordagem do Evaristo. Depois que aprovar o orçamento, pode ou não? A receita do Fundo de Pobreza é 0,08 da CPMF, ou seja, ela arrecada 0,38, e aquele pedacinho é do fundo de pobreza. Se não arrecadar a CPMF, o Governo pode perfeitamente cortar. Mas, no caso da saúde, é curioso, Evaristo.

Em Minas, se não se arrecadar imposto, não se tem de aplicar na saúde. Por isso é bom que haja uma articulação do Secretário da Saúde com a Assembléia, porque o que se aplica é o que foi arrecadado, que é uma parcela da receita de impostos. No caso da União, não. Ficou uma quantidade de recursos por causa da variação nominal do PIB, que não depende de fonte alguma. Então, no caso da União, não pode haver corte algum na destinação de recursos para a saúde. Nos Estados e nos municípios, se não houver receita de impostos, há a desculpa de não se aplicar.

Os R\$315.000.000,00 que estão registrados para 2001 são dinheiro que foi arrecadado - senão não estava contabilizado - e deixou de ser aplicado. Isso é sério, porque configura uma dívida formal com relação à saúde. O Cristiano chamou a atenção para os municípios que também não estão cumprindo. Temos de ficar atentos para as três esferas. Por quê? Porque o peso da área econômica é muito forte em cada uma delas, e a tendência é não deixar passar os recursos para a área social.

Carlos Patrício, gostei muito da sua intervenção, ao dizer que não pode atender a problemas reais com recursos virtuais. Não há somente o problema de estar alocado orçamentariamente. Existe um grande golpe para o qual precisamos nos prevenir: o dinheiro está lá, fazem um convênio com um município, por exemplo, no dia 31 de dezembro. O recurso está somente empenhado, não foi aplicado. Então, enquanto esse dinheiro não for aplicado, não podemos considerar que foi realizado. Solução: toda vez que houver destinação de recursos para a saúde, é preciso tirar o dinheiro do Tesouro e alocá-lo no fundo de saúde. Se cancelarem, o dinheiro já estará na saúde. É uma questão de honra e necessidade colocarmos isso na regulamentação da emenda à Constituição. Vocês podem começar a fazer esse serviço em Minas, para dar o exemplo: alocuem no fundo, porque não haverá maneira de recuar e devolver para o Tesouro.

Evaristo, o grande problema não é o percentual da dívida em relação ao PIB. A Itália deve 80% do PIB, mas rola a dívida a 5% ao ano. Temos o juro básico da economia em 18,5%. Quando falo de uma dívida de R\$1.000.000.000,00 a 18,5%, falo de R\$185.000.000.000,00 por ano. Como parte dessa dívida se refere à que os Estados devem à União, temos de raciocinar da seguinte maneira. No Fórum Social Mundial, não provamos que somos inviáveis, mas exatamente o contrário: somos viáveis, porque conseguimos pagar R\$50.000.000,00 de juros por ano. Se tirássemos 10% disso, conseguiríamos investir R\$1.000.000,00 em cada município brasileiro, o que mudaria a cara do município e da violência.

Temos muitas alternativas, mas a responsabilidade de mudar para uma nova perspectiva está nas mãos de cada um de nós, na principal arma que temos: o voto no dia 6 de outubro.

O Sr. José Guilherme - Quero fazer uma intervenção bem rápida. Estamos aqui, oficialmente - eu e o companheiro Hélber, como Conselheiros -, em nome do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo.

Acho que agora vamos comentar e instigar mesmo a participação. Achei brilhante a participação da representante dos trabalhadores. Represento os trabalhadores no Conselho Estadual de Saúde, e é extremamente importante quando uma voz não contrária apenas, mas uma voz contrária com argumento se apresenta para debate. Não podemos ficar apenas nessa lenga-lenga. Venho - e a Mesa diz isso, impacto da violência na saúde - de São Paulo, uma cidade extremamente violenta. Na minha cidade, a gente sai com medo durante o dia. Os trabalhadores saem para trabalhar com medo.

No entanto, no serviço público, não temos política para acabar com essa situação. Aí vêm as soluções milagrosas para a violência, que, sinceramente, não existem. A solução está em mudar necessariamente o modelo econômico e as estruturas de poder do País. Não há soluções milagrosas. Vamos sempre estar em contato com a violência, quanto mais um centro urbano de 10 milhões de habitantes.

Vou louvar a iniciativa, porque acho que, na parte da tarde, nos grupos que serão formados, vamos poder racionar melhor e debater sobre o problema neste seminário. É extremamente importante continuar esse trabalho.

O crime de seqüestro é extremamente ruim para as pessoas. No entanto, vimos que, no caso da filha do Sílvio Santos, o Governador foi lá para libertá-la. Como fica a filha da empregada doméstica de Higienópolis, também seqüestrada, que o bandido devolveu, dizendo que não lhe interessava? Qual a função do Estado nessa situação? Não tem função nenhuma. Hoje, somos pessoas inseguras.

Com relação à saúde pública, estamos vendo o que tem acontecido, em especial com o controle social. Há muitos Conselheiros aqui que sabem que o controle social no País não é encarado seriamente. Esse controle social é encarado para se conseguir verba no Ministério da Saúde, em que se fala que o Conselho existe legalmente, mas, nas decisões políticas de peso, os Conselhos não deliberam sobre ela, apenas são informados, quando são. Se os Conselhos de Saúde querem discutir violência urbana, têm que exercer seu papel deliberativo, senão sempre serem marionetes nas mãos dos governantes. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A Sra. Lenyr Souza - Quero saudar a Mesa e todo o povo de Quilombola presente a este seminário. "Axé" para todos nós. Vai ser difícil não referenciar a última fala da Deputada, quando vimos que a qualificação deste seminário vai perpassar pela falta de trabalho e de condições da nossa população, por essa violência existente no Brasil. O Governo, por meio de uma medida provisória, demitiu 5.670 trabalhadores da Fundação Nacional de Saúde. No ano seguinte, ocorreu uma epidemia de dengue. Quem são os responsáveis? A mídia vem, junto com o Governo, e diz que a responsabilidade é do cidadão, que deixou água dentro de casa.

Esse é o processo de violência que todos vivemos no País, quando somos responsabilizados pelas mazelas que nos impõe o Governo. Nós, do Movimento Negro, negros, não temos uma política específica para a nossa saúde. Hoje, temos a anemia falciforme, mas não temos uma política para nossa saúde. E somos abatidos. Somos maioria nos cárceres. Que política damos para os nossos companheiros negros que estão encarcerados? É a política global, da exclusão, de falta do Ministério Público e de saúde. Sou uma profissional da área da saúde, trabalho em uma área de risco e vivo dias e mais dias sofrendo a pressão existente da marginalidade, a política de pressão e, até mesmo, de opressão, com o cidadão que vem, porque não tenho condições de exercer a minha função com dignidade e de ter o remédio para entregar à população.

Não tenho condições de ter o remédio para entregar à população, não tenho condições de dar a atenção necessária e que a população quer.

O debate será inserido nos grupos, e temos que tirar da violência urbana na saúde a realidade existente no nosso País. Com os Deputados, com os Prefeitos, com os Governadores, com os seminaristas, poderemos levar para nossa comunidade um trabalho feito com base na nossa realidade.

Nós, o povo negro, queremos resgatar nossa história, nossa saúde e nossa vida.

Parabéns, Elias. Estivemos juntos no Fórum Social Mundial, mas temos que ter, estatisticamente, que saúde temos para o povo negro e como inserimos essa saúde nesse Governo.

O Sr. Paulo Carvalho - Bom-dia a todos. Quero apenas dizer para o Secretário que não é que vai um dia colocar o dinheiro na saúde. Como os municípios enfrentam as cobranças pelos seus gestores municipais no dia-a-dia, Estado também tem que ver quando e como isso será aplicado, porque senão estoura nos municípios.

A grande violência que vemos hoje em todas as políticas públicas é a seguinte: não temos indicadores. Não temos uma avaliação se a política que está sendo levada na segurança, na educação, na saúde está tendo um impacto na qualidade de vida de cada cidadão. Essa, talvez, seja a maior violência cotidiana que se comete. É o que o Roges bem colocou: a distância entre a fala e a prática. Será que essas políticas, na realidade, estão funcionando?

Esses dias, estávamos discutindo, na Conferência Municipal de Saúde de Belo Horizonte, a questão do controle social no terceiro milênio e, pegando um gancho na fala do professor, temos um controle social só da problemática. Temos que avançar agora no controle social da "solucionática". Temos que partir para o conselho estadual das finanças, o conselho nacional das finanças, os conselhos estaduais das finanças, porque senão vamos discutir o quê? Detectamos os problemas, mas, entre nós e a solução, existe um poço ilimitado e inavergável.

Para terminar, a precariedade do contrato de trabalho. Como podemos, nós, da saúde pública, não avaliar essa violência que nos é colocada? Nós, que fazemos parte da seguridade social, cada vez mais terceirizados, cada vez mais com contratos precários, cada vez mais na base do QI, do "quem indica". Temos que enfrentar esse tipo de violência contra todos os trabalhadores, porque existe uma proposta de tornar precário esse contrato de trabalho, tirando esses direitos. Obrigado.

A Sra. Fátima Oliveira - Fiquei muito preocupada quando li esse programa, até porque a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos

Reprodutivos faz parte de um grupo de trabalho nacional que está trabalhando esses seminários. Preocupa-me muito o fato de que não há, nesse programa, as palavras "mulher" e "negro". Isso é abusivo e desrespeitoso. Estamos tratando de 52% da população brasileira, que são as mulheres, e de 45% da população brasileira, que são os negros. A abordagem generalista da questão da violência não serve para absolutamente nada. Ou os formuladores de políticas públicas aprendem a recortar a violência por classe, por gênero ou por raça, ou vamos usar de forma irresponsável o dinheiro público. As políticas públicas têm que ser pensadas na alocação de recursos onde precisamos mais. É evidente que a violência consome recursos públicos na saúde, na justiça, na segurança. Já gastamos dinheiro nisso. Precisamos nos conscientizar desses recortes e de onde eles precisam ser feitos para não jogarmos dinheiro fora.

Eu também acho que as pessoas que participam deste seminário sabem, embora ele não tenha contemplado violência de gênero e violência racial, que são duas coisas diferentes. Todos sabem que os efeitos deletérios dessas duas violências na saúde da população são enormes. Temos que considerar a violência de gênero e a violência racial como uma transversal a todas as propostas que vamos fazer aqui. Isso é absolutamente simples. Quando você não recorta, você "invisibiliza".

Gosto muito de lembrar o genocídio que se faz com as crianças negras do País. O Ministério da Saúde dá um rio de dinheiro para D. Zilda; o Governo de Minas Gerais dá um rio de dinheiro para D. Zilda, deu R\$2.000.000,00 no ano passado, em que pese ao fato de ela fazer um trabalho importante. Aliás, nem é ela quem faz esse trabalho, ela só representa a CNBB. Todos os dados dizem que a mortalidade infantil no Brasil vem caindo nos últimos 20 anos. Notamos que isso é verdade, quando não é recortado por raça. Parece que estamos bem. Mas estamos bem mal. Basta lembrar por que é preciso focalizar o recorte racial na saúde pública. Em 1990, as crianças negras morriam 21% mais do que as brancas. A mortalidade infantil continuou caindo, e, no final da década de 90, as crianças negras morrem 40% mais do que as brancas. Isso significa que precisamos focalizar as políticas de saúde e injetar recursos nos lugares onde precisamos mais.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Quero começar minha intervenção em uma posição de inconformismo com a fala do Prof. Milton Flávio, quando tratou da questão do Governo de Marta Suplicy em São Paulo em relação à redução de recursos para a educação. Talvez, em um primeiro momento, eu até me aliasse a ele para dizer que estava perplexo com a redução de recursos para a saúde. Mas acho que qualquer ângulo que enfocássemos para tratar dessa questão neste fórum seria desrespeitoso para com o Governo de São Paulo, uma vez que estaríamos discutindo algo que não está em pauta e não estaríamos dando àquele Governo a oportunidade de se defender. Poderíamos tomar outros ângulos de análise e dizer que essa redução dos recursos aplicados em educação talvez fosse para sustentar outras políticas sociais tão agravadas pelo projeto neoliberal e sustentadas no Governo de São Paulo por governos sucessivos.

Mas não vou tratar dessa questão. Apenas reclamo porque acho injusta uma intervenção dessa natureza. Poderia até, nesse mesmo contexto, contrapor essa afirmação citando a situação dramática de aplicação de recursos da saúde no Estado de Minas Gerais, que está vinculada, em parte, à sonegação sistemática e continuada do projeto neoliberal a partir do Governo Federal.

Mas também não vou defender o Governo, nem justificá-lo, porque acho que ele não merece defesa pela não-aplicação de recursos no Estado de Minas Gerais. O Secretário da Saúde sabe muito bem disso, e temos cobrado com veemência.

Quero terminar minha intervenção querendo que o Estado de Minas ouse mais, faça mais, cumpra mais do que a lei que obriga o Estado a pagar a sua dívida à ordem constitucional vigente, que obriga o Estado a aplicar recursos na saúde. Acho que não é possível o Estado reclamar da retenção de recursos em razão de acordos, de lei, e sonegar a aplicação de recursos na saúde. Dizer que os recursos serão aplicados este ano é um grave sofisma, porque temos para aplicar este ano mais de R\$900.000.000,00 na saúde, que sabemos serem insuficientes. As pessoas que estão esperando por cirurgias, medicamentos, atenção básica de saúde, medicina preventiva não podem esperar para este ano, na lógica do que também o General chamou da saúde virtual. Os recursos foram arrecadados ano passado, e cumpria ao Estado de Minas determinar aos Secretários da Saúde e da Fazenda que colocassem no Fundo Estadual de Saúde os recursos que são para promover a vida, a dignidade humana e combater a violência que estamos vivendo. Esta é uma forma grave de violência que o Estado está praticando contra o povo.

A Sra. Valquíria - Muitas pessoas que me antecederam fizeram várias perguntas para as quais eu gostaria de obter a resposta. Para não ser repetitiva, farei uma pergunta ao Sr. Carlos Patrício, que trouxe a proposta de uma central de vigilância de óbitos. Quero fazer essa pergunta porque há, no Estado de São Paulo e no Governo Federal, uma proposta semelhante, que é o quesito cor. Percebemos, em todos os levantamentos, que, nos atendimentos, os médicos não preenchem o quesito cor se a pessoa se pronuncia. Nos óbitos também. Hoje, há um problema sério de não ter, na mortalidade materna, o quesito cor.

Na carta que recebemos do seminário nacional, a Carta de Brasília, vemos a presença de vários Estados, entidades e organizações, mas noto que há falta de participação da população nesse encontro nacional.

Queria colocar que o item 14, tópico 3, traz o seguinte: "criação de uma rede informatizada de apoio às minorias". Gostaria que alguém da Mesa que esteve neste seminário colocasse quem são as minorias que precisam ser informatizadas no Brasil.

O Sr. Milton falou sobre a questão da educação e do mercado de trabalho. Quando se fala em educação, volto a falar sobre a questão racial; nós, negros e negras, sabemos que somos a maioria de analfabetos neste País. A criação de cotas no Governo FHC não elimina as desigualdades raciais no Brasil, passando pela educação, levando-se em consideração que a educação começa na base. Temos de trabalhar a questão racial na base, pois sabemos que o racismo é estrutural no Brasil e em algumas partes do mundo. Para que mercado de trabalho se você começou sua fala dizendo que a geração de seus filhos e netos está perdida?

A Sra. Coordenadora - Obrigada, Valquíria. Como estamos uma hora adiantados, há mais perguntas escritas, e vou pedir licença aos debatedores para fazê-las. Depois, darei um tempo maior para vocês responderem ao conjunto delas e encerraremos. Perguntas dirigidas ao Secretário Carlos Patrício: "Qual o orçamento do Estado de Minas para a saúde em valores e percentual para o ano de 2002?".

Pergunta da Associação Mineira de Paraplégicos para o Secretário de Minas, de Terezinha Oliveira: "Estado, município e União, qual a medida que está sendo tomada para reverter a violência à pessoa portadora de deficiência, usuária de prótese e órtese quando foi cortada a verba, que já era deficitária?".

Pergunta ao Secretário, de Eliana Gonçalves, do Unicentro Isabela Hendrix: "Por que as campanhas de prevenção, como a contra a AIDS, somente são enfatizadas por períodos determinados, quando, na verdade, deveriam ter apoio constante da mídia e de setores da saúde?".

Perguntas ao Prof. Elias Jorge: "Como o senhor disse, a mãe de todas as violências é o modelo econômico atual. Se esse modelo perdurar, nossa situação ficará igual à da Argentina, porque aquele país cumpriu à risca a receita neoliberal".

De Joana Paranhos, de Vespasiano: "O que o senhor acha de os sindicatos brasileiros incentivarem os associados a fazer convênios particulares, embora saibamos que tais convênios, quase sempre, não cobrem nada, parando todos os SUS? No Reino Unido, os sindicatos e o povo têm vergonha de ter convênios particulares. Como se explica isso?" Perguntas à Natividade: de Joana Paranhos: "O que tem a ver com as eleições a Conferência de Farmácia, que, este ano, não tem data marcada? Democracia não é obedecer às deliberações das plenárias? Por que

isso não aconteceu este ano?"; de José de Garcia Sobrinho, da Associação dos Aposentados de Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas: "Por que não se falar sobre a saúde e a violência contra os cidadãos da terceira idade? Sofremos as maiores violências possíveis em relação à saúde, à situação financeira e à integridade física"; do Conselho Municipal de Saúde, de Vespasiano: "Por que não se muda o Código Penal Civil? Demos procuração aos Deputados quando votamos. Por que não revisar a dívida externa? Por que, no Brasil, apenas a classe alta tem segurança?".

O Sr. Elias Jorge - A propósito, amanhã, às 19 horas, terei um programa na Rede Minas, em que será tratado o assunto Brasil-Argentina: como estamos caminhando para o mesmo destino e o que pode ser feito.

Há fatos marcantes nessa comparação. O salário mínimo na Argentina foi US\$250,00 até agora, em que o peso foi desvalorizado em 300%. Só, então, voltou ao nível do salário mínimo brasileiro. A verdade é que já vivíamos situações que a Argentina só está experimentando agora, e, com o esgarçamento do tecido social no Brasil, nossa situação é até pior.

Como ainda temos o que privatizar: a Amazônia, o Banco do Brasil, o Seguro da Caixa Federal, a PETROBRÁS, a BR Distribuidora, enfim, uma série de petiscos para os sistemas financeiros nacional e internacional, é possível fagocitar essa lenta letargia a que a sociedade brasileira está sendo submetida em razão de uma política econômica equivocada.

Evidentemente, se nada for feito, vamos caminhar na mesma direção que a Argentina seguiu, mas tenho absoluta certeza de que algo vai ser feito, até porque, este ano, teremos eleições gerais para as Assembléias Legislativas, para 2/3 do Senado e para a Presidência da República.

É absolutamente impossível que a sociedade brasileira não reaja politicamente à aprovação de determinado tipo de candidatura que represente a ruptura, com todas essas violências que estão aí, mais ou menos explícitas.

Evidentemente, minha conversa é de alerta, é de preocupação, é de radicalidade: temos de ir à raiz do problema, não só da violência, mas também de outras mazelas de nossa sociedade. Mas é sobretudo uma conversa de esperança. Por intermédio do processo político, podemos buscar caminhos para construir a ruptura com esse Estado que está aí. Na continuação desse caminho, nos daremos muito mal, ou seja, estamos condenados a um quadro igual, ou pior, ao da Argentina, porque o tecido social brasileiro já apresenta graus de esgarçamento muito superiores ao que o tecido social da Argentina representava. Não estou tentando fazer maus augúrios. Entretanto, faço um alerta, fundamentalmente como cidadão: estou realmente preocupado com a ausência de futuro para meus filhos e netos. Se continuarmos nessa sistemática, há a hipótese de, no futuro, sermos confiscados.

Uma outra questão exposta aqui foi a dos sindicatos brasileiros e dos convênios. Por que sindicato brasileiro faz convênio privado e os da Inglaterra não o fazem? Com toda a virulência com que a Margaret Thatcher tentou implantar o supra-sumo do neoliberalismo na Inglaterra, um setor resistiu: a medicina socializada não foi quebrada, por maior radicalidade que houvesse no processo de neoliberalismo na Inglaterra. Essa é a hipótese que encontramos no Brasil também, já que o SUS é a principal proposta de reforma do Estado que apareceu e que começou a ser concretizada. É tão caro porque propõe a inclusão, propõe a descentralização com responsabilidade. Na verdade, é uma reforma que tira do centralismo e inclui a participação não do segurado, mas do cidadão, em sua rede de atendimento, constrói a revolução. Acho lamentável que os sindicatos de trabalhadores tenham de fazer convênios privados em vez de reforçar o Sistema Único de Saúde, que deve ser o grande convênio que devemos ter.

Para concluir, há 12 anos apresentamos resultado primário, ou seja, gastamos menos do que arrecadamos, o que garante que somos absolutamente viáveis. Até o Estado de Minas Gerais tem conseguido pagar os R\$130.000.000,00 todo mês. Evidentemente, está em dificuldade, mas estamos submetidos a esse tipo de macroviolência, que acaba se dispersando por todas as outras políticas. Está na hora de reagirmos. Este ano é fundamentalmente importante para reagirmos. Se não formos capazes de montar essa reação dentro do ordenamento político e do Estado de direito, mereceremos o futuro que está delineado. Então, mãos à obra para tentar romper o destino que está traçado para nós, porque temos competência para fazer isso este ano, por meio do processo político e da mobilização popular. Muito obrigado.

O Sr. Milton Flávio Latenschlager - Foi um privilégio participar deste debate. A Valquíria ficou preocupada quando me referi à geração perdida. Na verdade, o que quis ressaltar é que, em muitos momentos, atualizamos a violência como sendo consequência de fenômenos que observamos neste momento. Na verdade, a violência é o produto de uma causa que nem sempre podemos medir no tempo. Falo isso sustentando-me em um estudo feito recentemente em Cuba. Durante muito tempo, um pesquisador acompanhou o índice de inteligência das crianças e descobriu que os filhos de pais de classes sociais mais baixas nasciam com inteligência um pouco mais limitada, o que todos sabíamos na medicina. O que fez? Se você disser que ele alimentou melhor essas crianças e suas gerações sucessivas tiveram inteligências melhores é verdade.

Mas ele fez uma coisa mais surpreendente: educou o pai dessas crianças e constatou que os novos filhos desses pais tinham inteligência melhor. Na verdade, isso mostra que as consequências da violência não se apresentam apenas e tão-somente nas crianças nascidas agora. Elas podem ser corrigidas se dermos melhores condições mesmo para os pais que foram deseducados num passado mais ou menos remoto.

É importante que fique claro que muito do que está acontecendo agora é resquício de algo que, infelizmente, não fomos capazes de corrigir no passado.

Outra coisa importante, que foi e tem sido abordada erradamente, é que sempre estamos preocupados com as chamadas minorias, quando, na verdade, a grande desigualdade tem sido praticada contra as maiorias. No nosso País, mulher e negro são maioria. A primeira mudança é parar de falar dessas minorias. Temos de começar a nos preocupar com essas maiorias que há muito tempo não têm sido consideradas, até porque são - ou vinham sendo - tratadas como minoria. Precisamos ter a clareza de que branco e homem são minoria e não o negro e a mulher.

Finalmente, Adelmo, quero dizer que não coloquei nada fora do prumo nem da discussão. Pelo contrário, estou aqui convivendo muito bem com o Prof. Elias, que o tempo todo critica o modelo neoliberal. Sei que essa fala tem endereço certo e que, seguramente, resvala em mim, um social-democrata. Nem por isso deixei de discutir questões que me parecem fundamentais. Acho que o PT vai ter de aprender a discutir questões que no passado eram de retórica, mas que, agora, infelizmente, não estão sendo cumpridas na prática. Não sou eu quem reclama das mudanças que aconteceram na educação em São Paulo. Entendo que as deficiências na área de educação vão acabar causando a violência. Lá, em São Paulo, quem reclama da mudança de política é o Janadzi, um Vereador do PT que foi expulso do partido num primeiro momento, porque não abre mão dessa postura. Não estou aqui partidariando, estou procurando debater com clareza, em um fórum que me parece público, que é comunitário, questões fundamentais, que não são mais retóricas e sim práticas.

Tenho a certeza de que quando vier para a Mesa, o Deputado José Augusto irá falar, como ex-petista, de problemas que enfrentamos em São Paulo na área de saúde pelo descumprimento, na prática, de discursos que, no passado, eram muito claros, porque eram retóricos. Muito mais do que defender as nossas siglas, temos de começar a cobrar dos companheiros uma coerência entre o discurso e a prática. Até porque, Elias, vamos enfrentar um problema muito sério, ou seja, teremos de saber se o discurso dos candidatos que se apresentam agora é coerente, e se as pessoas que fazem esse discurso têm, efetivamente, algum compromisso de realizá-lo na prática.

O Sr. Carlos Patrício Freitas Pereira - Inicialmente, vou responder à Eliana, que pergunta por que as campanhas de prevenção não têm continuação. Fundamentalmente, porque não há recursos, as campanhas são muito caras. Então, há uma distância entre o dever-ser e o ser. Sabemos que essas campanhas ligadas à AIDS, aos transplantes, deveriam ser contínuas, mas faltam-nos recursos.

Alguém perguntou sobre o orçamento do Estado para o ano em curso. De nossa receita líquida, considerando o percentual previsto na Emenda à Constituição nº 29, que é de pouco mais de 9%, este ano teríamos de destinar à saúde uma quantia da ordem de R\$900.000.000,00, e, o que é pior, teremos de empenhar esse recurso até julho próximo, o que muito nos preocupa.

Com relação aos portadores de deficiência, houve quem perguntasse se a verba para órteses e próteses teria sido cortada. Se foi feito, isso é um absurdo, mas não é do meu conhecimento; vou verificar.

Vamos ao que nos disse o Deputado Adelmo Carneiro Leão sobre a sonegação - aliás, acho melhor para o Estado que chamemos de um retardamento no repasse dos recursos financeiros, não para consolo, mas para que todos saibam como isso se processou, de maneira geral, em todos os Estados e na União. Em Minas Gerais, como todos já sabem, ficamos devedores de R\$300.000.000,00 a R\$315.000.000,00, que foram empenhados. Devemos e vamos pagar quando pudermos. Na União, foram R\$3.000.000.000,00, que é quanto o Ministério da Saúde está buscando na área econômica e financeira. Vejam que, como Minas normalmente representa 10% ou um pouco mais do peso específico da Nação, por nossa população etc., há aí uma certa compatibilidade negativa, porque não gostaríamos que isso ocorresse: enquanto a União deve ao Ministério da Saúde R\$3.000.000.000,00, que ficaram em restos a pagar e não foram honrados até hoje, o Estado deve R\$300.000.000,00.

À Valquíria, que falou na central de vigilância de óbitos, talvez fosse melhor dizer se no Instituto Médico Legal o quesito "cor" é preenchido. Não sei; vou mandar verificar.

À Joana, que comentou sobre conferência sobre assistência farmacêutica, quero dizer que vamos conduzir a nossa, como temos conduzido nas macrorregiões, porque a política de assistência farmacêutica é fundamental no contexto da saúde no Estado. Vamos debater livremente, com os Conselhos e com todos aqueles que se interessem por essa área tão importante.

Finalmente, quero dizer da grande satisfação que tive em estar aqui. Aprendi muito no decurso das apresentações e dos debates; foi um prazer estar aqui com as senhoras e os senhores. Daqui levo algumas indagações, que vou procurar responder - aliás, o nosso estudante está convidado a ir lá; pode dizer que é ordem minha. Agradeço a todos. Muito obrigado.

O Sr. Carlos José Cardoso - Como disse o Secretário do Estado de Minas Gerais, este seminário nos dá um alerta muito grande, e todos os que aqui se manifestam estão de parabéns. Não vou-me prolongar muito, mas o que tiro de importante do debate de hoje é que se mostra que o Brasil tem jeito, enquanto a representação das pessoas, a sociedade civil e as entidades estiverem inteligentes, como vocês estão, questionando, sabendo identificar onde está o problema e buscando solução das autoridades. O Brasil tem jeito; temos de caminhar nesse sentido. Obrigado.

O Sr. Edson Ribeiro do Carmo - Boa tarde a todos. É interessante participarmos junto com a comunidade de uma discussão sobre a segurança pública. Há alguns anos, o Estado impunha a segurança pública ao cidadão; hoje, o cidadão cobra do Estado o que quer para a segurança pública.

Minha formação profissional foi em Minas Gerais - formei-me em Belo Horizonte, em 1975, e fui da turma do Comandante-Geral -, e entendo que a segurança pública tem de ser de responsabilidade compartilhada de todos.

A segurança pública começa por uma política nacional de segurança, por uma política estadual de segurança e por uma política municipal de segurança. Sem essas políticas, todos os demais setores da sociedade, como saúde, educação e a própria segurança, não terão êxito, principalmente nos problemas sociais.

A segurança pública começa com o respeito às leis. Todo cidadão deve respeitar as suas leis, para respeitar o ordenamento jurídico do Estado. Tanto o cidadão deve respeitar as autoridades, como as autoridades devem respeitá-lo, fazendo cumprir o que prometem em campanha. Não se faz segurança pública sem respeito ao cidadão.

A segurança pública começa na intervenção precoce. Todos sabemos que a melhor segurança pública é a educação de berço. É a intervenção precoce até os 7 anos; a formação da criança, para se ter uma boa formação na adolescência e uma sociedade pacífica.

Uma sociedade que não dá formação adequada à criança, município que deixa crianças abandonadas nas ruas, município que prega guardas armadas, em vez da intervenção precoce, gasta mais. Aparato policial é necessário, mas é muito caro. Gastaríamos menos se tirássemos as crianças das ruas e investíssemos na intervenção precoce.

Não se faz segurança pública, sem medidas curativas. Devemos investir na cura do nosso delinqüente, na cura do viciado em droga lícita e em droga ilícita. Hoje cuidamos somente do alcoólatra; e o drogado? É justo colocar um drogado na cadeia porque é viciado?

Prefiro pensar na medida curativa e investir na intervenção precoce. Quando colocamos um viciado na cadeia, perdemos mão-de-obra. São dois prejuízos: um para mantê-lo na cadeia, e outro por perder a mão-de-obra desse cidadão que poderia produzir para o País.

A inserção social é outro problema. Por que um cidadão que comete um crime tem de ser jogado às masmorras? Por que não ressocializá-lo?

Os órgãos públicos de todos os Poderes devem estar integrados na sociedade. A verdadeira violência está na desorganização social. Se não organizarmos a sociedade com o comprometimento da autoridade pública, nunca teremos segurança pública.

A Sra. Maria da Natividade Gomes Teixeira - Houve três questões relativas à transversalidade dos temas. O Conselho Nacional da Saúde, no documento "Diretrizes para a Realização de Seminários sobre Violência Urbana e Saúde" colocou, no item 4, que ao tratar os temas propostos deverão ser consideradas as dimensões de gênero, etnia, raça, idade, condições de desempenho físico e mental, trabalho, bem como as crenças e ideologias dos indivíduos e sua relação, combinando violência e saúde.

Obviamente, há muitas dificuldades quando se trata de realizar um evento desse porte, e acho que a coordenação poderá de alguma forma dar um acerto nesse viés que ficou faltando.

Com relação à pergunta sobre a conferência de farmácia deste ano, é preciso que vocês compreendam o problema de correlação de forças que

temos no Conselho Nacional de Saúde. Não é toda vez que todas as coisas que os Conselheiros querem são aceitas pelos gestores. Então, temos que negociar. E o máximo que conseguimos foi a convocação, da forma que saiu. Cabe a todos nós tentarmos viabilizar a conferência da melhor forma possível, para que tenhamos mais esse ganho no controle social.

Com relação à pergunta sobre a mudança do código e da questão da segurança, queria relembrar que, via de regra, as mudanças se dão por conta das pressões populares. Se não tivermos uma correlação de forças capaz de provocar essas mudanças, obviamente elas não ocorrerão. O Código Penal está bastante velho porque não contemplou todas as necessidades que a sociedade civil veio colocando. E nós, sociedade, não tivemos força suficiente para fazer as modificações necessárias nesse novo código.

Para finalizar, nós do Conselho Nacional de Saúde - e estou vendo poucos Conselheiros aqui, vejo a Dra. Cláudia, coordenadora técnica da questão da violência -, vimos aqui reafirmar aos parlamentares, às autoridades e à população que o Conselho Nacional de Saúde está unido nessa luta. Nós, Conselheiros da Comissão Intersetorial, entendemos que a nossa função, pela prerrogativa de Conselheiros, é ajudar ao máximo que pudermos, para que possamos ter uma política pública intersetorial de combate à violência, porque já temos uma, de violência e saúde. E o caminho que encontramos é fazer uma política intersetorial. Viemos aqui reafirmar o nosso compromisso de trabalhar enquanto as nossas forças permitirem para conseguirmos levar adiante essa meta a que nos propusemos quando começamos a trabalhar com o controle da violência.

Agradeço a oportunidade que nos foi dada de estarmos aqui, parabeno as pessoas que falaram, pelo brilho de seu discurso e deixo a todos vocês, trabalhadores, usuários do SUS, profissionais, convidados, autoridades, todos que aqui estão, meu abraço fraterno. Saímos daqui com a consciência de que todos juntos seremos capazes de alterar esse estado de coisas que tanto aflige a nossa sociedade. Merecemos ser felizes. Obrigada.

A coordenadora - Quero agradecer a todos que participaram desta mesa. Antes de passar a palavra ao Presidente Edson Rezende, queria dizer que a iniciativa da Comissão de Desenvolvimento Urbano, junto com o Conselho Nacional de Saúde, contou com a parceria e o trabalho de todos os Deputados de todos os partidos. Sou do PT e vejo que só vamos fazer uma mudança neste País no dia em que participarmos efetivamente, independentemente do partido que estiver no Governo Municipal, Estadual ou Federal. O PT tem dado uma contribuição no debate, na participação popular, no orçamento participativo, para ouvir as críticas. Isso é importante, e que sempre possamos realizar esse debate aberto. Todos que estamos nesta mesa e que estamos aqui já escolhemos ou já defendemos algum candidato às eleições deste ano. É natural que possamos discutir isso, e que o debate permaneça em todas as áreas, para contribuímos com a mudança neste País, porque ela não acontecerá apenas elegendo A ou B.

Quando o Governo que está em exercício, seja municipal, estadual ou federal, é criticado e questionado, isso ocorre com base no que foi proposto. Então, quando questionamos qualquer Governo, isso é importante. Vamos questionar e torcer para que, estando um Governo diferente do que está hoje na esfera nacional, a população continue participando, dando a sua sugestão, fazendo crescer o nosso País. Acho que esse é o propósito deste seminário, que está sendo realizado por todos os partidos e, principalmente, por uma visão de que a questão de segurança não se resolve apenas por um viés. Ela se resolve, principalmente, por meio dos membros do poder público municipal, estadual e federal que atuam no momento e que têm uma responsabilidade grande e por meio de todos nós que estamos ocupando algum cargo de poder ou que estamos em alguma entidade, em algum espaço da sociedade em que fazemos a nossa intervenção. Por isso a participação do Conselho Nacional de Saúde é fundamental. Descendo aos Estados, temos os conselhos estaduais, os conselhos municipais. Esperamos realmente que eles se tornem efetivos, participativos para fazer o controle social, aquilo que tanto desejamos em todos os sentidos, especialmente na questão da saúde. Esperamos estar, como cidadãos brasileiros, fazendo o controle social das políticas exercitadas em cada espaço do poder público, cobrando o que é de nosso direito, o que está colocado nas Constituições Estaduais e na Federal, cobrando o que é de nosso direito como ser humano, como pessoa.

Então, quero agradecer, porque acredito que esse espaço colocado, hoje, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, um espaço da Região Sudeste, iniciou-se com uma grande contribuição para que possamos efetivamente ter uma sociedade diferente, em que o ser humano, o cidadão seja respeitado. Esperamos que ele tenha direito de ir e vir, exercitando a sua vida no dia-a-dia sem medo. Agradeço, mais uma vez, aos Deputados Edson Rezende e Adeldo Carneiro Leão, parceiros nesse requerimento; ao Conselho Nacional de Saúde; à Assembléia Legislativa, que nos deu todo o suporte para que realizássemos este seminário; a cada Secretário e a cada Deputado presente. Com certeza, vocês contribuíram com esse processo do debate.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputada Maria do Carmo Lara. O Otaviano Lopes pede que seja respondida a sua pergunta. Parcialmente, a Jovina e o Prof. Milton falaram sobre ela. Ele encaminha ao Elias Jorge o seguinte: "Em seu último livro, 'Antropologia ou (...) para Reinventar a Humanidade', Juvenal (...) diz que a grande preocupação deve ser o homem, e não o tempo. Diante de todas as colocações apresentadas, não foi colocada a preocupação com a reestruturação do homem ou da família, o primeiro ambiente de formação humana, partindo do princípio de que o ser humano é mistura de eros e tânatos, bem e mal".

O Sr. Elias Jorge - Eros e tânatos, bem e mal. Na verdade, o objetivo de toda essa conversa é o homem. Há um filósofo do século passado que disse que o homem estava condenado a ser feliz. Acredito piamente nisso. Temos que fazer política com uma direção de construção, perseguindo a felicidade.

Com relação à família, hoje não dá mais para trabalhar com o conceito clássico de família: pai, mãe e filhos. As famílias brasileiras estão absolutamente alteradas. Há famílias em que a mulher é cabeça do casal, em que a mulher é o pai e a mãe, em que o pai é a mãe e o pai, em que os avós são os grandes responsáveis. Há também a produção independente. Então, a análise de família hoje tem que mudar radicalmente. Temos várias formas de organização das famílias, mas não tenho nenhuma dúvida de que toda a conversa deste seminário, dos outros, da saúde, das políticas públicas, da economia tem que objetivar o homem e a sua felicidade. Você tem toda a razão: o homem deve ser o centro das construções que fazemos. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Elias. A riqueza dos debates, principalmente com a participação ativa do público, foi fundamental. O nosso tempo é muito curto e dificulta a continuação dos trabalhos, mas, à tarde, continuaremos. A intersetorialidade é um tema fundamental que passou todas as falas. E a troca de experiência regional - já passamos por inúmeros seminários - é muito interessante; precisamos aproveitá-la. A união das forças políticas e sociais é essencial para a questão complexa da violência e da saúde. Neste momento, estamos exercitando a melhor forma de controle social: a participação da sociedade, porque é ela que irá mudar os destinos desta Nação.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos expositores e às demais autoridades participantes, bem como ao público em geral, e encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de logo mais, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Realização de oração - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Maria Cecília de Souza Minayo - Palavras do Sr. Helder Rogério Santana Ferreira - Palavras do Sr. Daniel Cerqueira - Palavras da Sra. Vanda de Aguiar Valadão - Palavras do Sr. Eduardo Cerqueira Batitucci - Palavras da Sra. Fátima Oliveira - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Mauri Torres - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Antônio Genaro - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Edson Rezende - Eduardo Brandão - João Paulo - Maria José Hauelsen - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Eduardo Brandão) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Adelmo Carneiro Leão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Nilmário Miranda; Maria Cecília de Souza Minayo, Coordenadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde; Helder Rogério Santana Ferreira, membro do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade do Estado de São Paulo; Daniel Cerqueira, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA -; Vanda de Aguiar Valadão, coordenadora do Curso Integrado de Especialização em Segurança Pública da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES -; Eduardo Cerqueira Batitucci, pesquisador da Fundação João Pinheiro, e Fátima Oliveira, Coordenadora da Regional Minas Gerais da Rede Saúde.

Realização de Oração

- Procede-se à realização de oração.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao prosseguimento do Seminário Regional Violência Urbana e Saúde Pública. Nesta tarde, será discutido o tema "Violência Urbana: Diagnóstico e Perspectivas de Solução".

Palavras do Sr. Presidente

Senhores e senhoras, dando prosseguimento aos trabalhos iniciados neste Plenário, na manhã de hoje, estamos reunidos neste fórum para debater acerca da violência urbana e saúde pública, tema central deste seminário.

Todos temos conhecimento ou, na pior das hipóteses, noção de quanto a violência urbana vem crescendo, dia após dia, fazendo-nos reféns de um caos incontrolável em todos os sentidos.

Quando falamos em violência, não nos referimos apenas à questão física. A violência social, que promove o desemprego, o desespero daqueles que precisam e querem trabalhar, a falta de acesso à educação, à saúde, ao lazer, ao esporte, a uma vida digna, enfim, tudo isso é violência, é exclusão.

A nossa expectativa é a de que, ao final deste seminário, possamos apontar soluções para essa grave questão.

Temos certeza de que, ao aprofundar este debate, reunindo a participação e a contribuição de cada um, estaremos construindo um projeto viável, apontando soluções para o problema da violência urbana e da saúde pública.

Costumamos dizer que nada do que fazemos conseguimos fazer sós. Portanto, é do esforço coletivo, é do trabalho conjunto que iremos construir os caminhos de que precisamos para resolver os grandes problemas que nos afligem.

Um bom encontro para todos nós e, desde já, os nossos agradecimentos a cada um de vocês pela presença nesta Casa Legislativa. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Maria Cecília de Souza Minayo

Boa-tarde. Estou com muito medo de me enrolar um pouco, porque esse ambiente é muito grandioso para mim. De qualquer forma, gostaria de me descontraír para conseguir passar para vocês um pouco das preocupações, experiências e estudos que temos sobre a questão da violência e da saúde no Brasil.

Antes de mostrar os dados, vou falar o que, do ponto de vista da saúde, é chamado de violência. A área da saúde usa um termo: causas externas. Geralmente, traduzimos como violência e acidente. São dois termos diferentes, mas, ao mesmo tempo, indicam ações que não são exatamente doenças, assuntos com os quais a área médica está muito mais familiarizada. Para terem uma idéia, morre-se no Brasil mais de violência que de AIDS. A violência e os acidentes geram quase 120 mil mortes no País, constituindo a segunda causa de mortalidade. De AIDS, morre-se menos. No entanto, não nos causa tanto pavor essa violência que mata.

O que na saúde chamamos de violência? Homicídios, suicídios e acidentes em geral. É muito difícil falarmos que alguma coisa é acidente. Raramente um acidente não está ligado à violência. Por exemplo, a pessoa no trânsito que mata outra, quase sempre, está embriagada ou em

alta velocidade. Mesmo que essa pessoa não tenha matado o seu próximo de causa pensada, isso não significa que não tenha sido violência, porque houve atos anteriores de banalização da vida e desvalorização do próximo. Na verdade, acidentes e violências não são exatamente fatos do setor da saúde. A saúde tem de se importar com eles, porque são causas de mortalidade muito relacionadas a problemas sociais, a conflitos sociais ou a comportamentos humanos. Como dizia, temos de 117 mil a 120 mil pessoas mortas por ano, devido à violência. Na década de 90, o Brasil perdeu mais de um milhão de pessoas para a violência.

Gostaria de passar para vocês alguns dados desse gráfico. Se olharmos no geral, nos últimos 20 anos, tivemos um aumento de quase 36% da violência no País. De 1979 a 1999, configurando 20 anos, tivemos esse crescimento. Podem notar que estamos trabalhando com a cor amarela, que são as taxas de acidentes de trânsito, uma das maiores causas de mortalidade no País. A cor vermelha é a taxa de homicídios. Com o aumento de 36% da violência, vamos verificar que os acidentes de trânsito cresceram 6% nos últimos 20 anos. Nos últimos dois anos, depois do Código de Trânsito, embora ele não esteja perfeitamente aplicado, temos já uma diminuição na mortalidade por acidentes de trânsito.

A grande questão da violência hoje, sobretudo com relação à mortalidade, são os homicídios. Nesse mesmo período, enquanto os acidentes de trânsito cresceram 6%, com tendência a baixar, os homicídios cresceram 115%, ou seja, hoje esse é o grande problema que a sociedade brasileira está vivendo: agressões entre nós, seres humanos, as quais, em grande medida, levam à morte. Também levam à hospitalização, mas em nível menor, porque a situação está chegando a tal ponto, que quem agride o outro com arma agride para matar; raramente alguém que é agredido com arma vai para o hospital.

Vamos ver como isso se configura nas regiões. Se olharmos o quadro, veremos que a maioria das causas externas da violência e dos acidentes se concentram nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Outro dado impressionante refere-se às Capitais: poucas pessoas sabem que Roraima, Pernambuco e Espírito Santo têm as três Capitais onde é mais alto o índice de violência.

Os acidentes de transporte, ao contrário, estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul, sobretudo, o que está absolutamente relacionado à existência da estrada BR-116, apelidada pelos moradores da região como Estrada da Morte.

Os acidentes de trânsito se concentram também em Roraima; quer dizer, ali é um território sem lei, pois ali se concentram tanto homicídios quanto acidentes de trânsito.

As taxas de internação por acidentes de transporte também são maiores em parte da região Sul e em parte da região Sudeste. As internações por transporte não especificado também são freqüentes na região Centro-Oeste - incluindo-se Brasília -, onde, aliás, o trânsito é uma coisa de louco. E sabemos que aí está uma causa de violência perfeitamente possível de ser prevenida, com políticas públicas eficientes e, sobretudo, com regulação de trânsito.

Não quero ficar falando só de números, porque acho que isso não nos leva a nada, mas quero chamar a atenção dos senhores para o fato de que a maioria dos homicídios, que, hoje, no Brasil, somam 42 mil mortes por ano - muito mais do que o que se vê em muitas guerras -, estão concentrados, sobretudo, na região Sudeste.

Ao olhar esses mapas e dados, podemos chegar a algumas conclusões muito importantes para trabalhar com prevenção. Hoje, sabemos que a mortalidade por violência é, sobretudo, um fato masculino. Em relação à população feminina, a média da população masculina que morre por violência é de 6 para 1. Em determinados lugares, principalmente nas grandes Capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória - Belo Horizonte ainda não aparece nessa estatística de forma muito grave -, chegamos a uma mulher para dez homens.

Também poderíamos dizer que a maioria das pessoas que morrem por violência são jovens. Gostaria que vocês prestassem atenção neste gráfico, que é muito elucidativo, sobre morte de jovens por causas externas. Observem que toda esta parte em azul indica mortalidade por violência. Depois vamos ter as cardiovasculares, respiratórias, doenças do coração e doenças endócrinas, ou seja, a maioria, quase 80% dos jovens estão morrendo não por doenças, mas por violência.

Poderíamos perguntar por que será que esses jovens estão morrendo por violência, que é do trânsito, mas, sobretudo, por homicídios. Veremos que essas mortes estão concentradas em grandes centros, em cidades de economia dinâmica, em cidades onde há crime organizado, onde há tráfico de drogas, de armas, combinado com uma alta possibilidade de consumo, uma alta chamada dos meios de comunicação para o consumo e um desemprego estrutural muito forte. Não quero dizer que aquele jovem que está desempregado vai diretamente para a droga, mas, por exemplo, entre os jovens de 18 anos, cerca de 10% hoje conseguem emprego no mercado de trabalho. Então, 90% "vira-se" como pode. E parte desses 90% é aliciada para o crime organizado.

Estou falando de coisas muito gerais, mas é muito importante ver como se configura essa violência na minha cidade, quais são as maiores vítimas, se são os jovens. E hoje qualquer política pública que se fizer visando aos jovens é capaz de interferir nas taxas de violência. Mas isso não basta, porque significa pensar no peixe pequeno, naquele jovem cujo caminho é responder ao estímulo do dinheiro fácil e das possibilidades de uma aventura que a idade lhe proporciona, como proporcionou a todos nós, quando jovens. Todos nós quisemos viver aventuras, mas fizemos aventuras mais sadias.

É preciso ter em conta que essa violência que hoje está matando os nossos jovens não é a violência política da década de 60, não é a violência do ideal que tivemos ao lutar por uma sociedade melhor. É uma violência infrapolítica, que se escuda na fraqueza do Estado, na falta de políticas públicas, na falta de articulação da área da segurança pública nos seus graus mais intensos, na falta de perspectiva desse jovem, para o qual estamos deixando muito poucas possibilidades.

Não estou falando nem de morbidade, porque o tempo não permite, seria um outro capítulo a trabalhar. Precisamos ver que temos de fazer macropolíticas, que dependem do Poder Executivo, que dependem do Poder Legislativo em todas as suas esferas. Mas temos de atuar também como sociedade, temos de trabalhar a nossa subjetividade e a de nossos filhos, pensando numa sociedade que valoriza a vida.

Hoje a grande questão que temos é a da infrapolítica social, é a da incapacidade que nós, como Estado e sociedade, estamos demonstrando frente ao crime organizado, aos apelos de consumo e à possibilidade de criar condições para uma vida melhor nessa sociedade. É possível? É. Costumo dizer que a violência não foi trazida por um demônio, não foi trazida por um extraterrestre. A violência foi construída, é construída. Esse crescimento que estamos vivendo hoje começou no final da década de 70, e hoje estamos recebendo o troco de uma profunda desigualdade, de um Estado leniente, que permite a entrada dos mais diferentes tipos de crime, porque não tem controle, porque tem corrupção.

Como dizia um companheiro estudioso da violência, hoje o crime organizado tem como sócio o Estado: corrompe juizes, policiais, advogados, Deputados, Senadores, governantes, etc. Então, temos de dissociar esses sócios. Temos de começar a colocar luz na possibilidade de uma sociedade que não esconda o crime, puna e, por outro lado, olhe para os nossos jovens com amor, com vontade de lhes dar um futuro que hoje 90% deles não vislumbram na sociedade brasileira, da forma como estamos vivendo.

Boa-tarde. Gostaria de agradecer o convite feito pela organização do seminário, em nome, talvez, da Deputada Maria do Carmo, e de parabenizar os colegas da Mesa. Fiquei muito feliz com a primeira apresentação, que colocou a questão das causas da violência e discutiu muito a questão dos jovens e a do desemprego. Não são o desemprego e a pobreza que criam a violência: o desemprego diminui a possibilidade de as pessoas "se virarem", terem alguma condição de vida e aumenta a atração que o tráfico de drogas, por exemplo, exerce sobre essas pessoas. Falarei sobre a violência urbana em São Paulo, como me foi pedido. Tentarei também apresentar algumas proposições.

Falarei um pouquinho sobre os homicídios no Brasil, a violência e o crime em São Paulo, a crise do sistema penal e algumas proposições. Sobre o homicídio no Brasil, referendando um pouco os dados apresentados aqui, ele passou de uma taxa, em 1979, de 9,44 homicídios por 100 mil habitantes para, em 1997, uma taxa de 24,91 homicídios para 100 mil habitantes. Então, houve um aumento de 250% nessa taxa, nessa fonte de dados. Os homicídios em relação às mortes passaram de 1,57% das mortes para mais de 4% de todas as mortes. Referendando novamente os dados já mostrados, Roraima se apresenta como um dos Estados com maior taxa de homicídios, seguido de Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo, todos com taxas acima de 50 por 100 mil habitantes. Depois, temos São Paulo e Amapá: acima de 40 homicídios por 100 mil, no ano de 1999. Depois, Mato Grosso, Distrito Federal, Rondônia, acima de 30. Pelo menos o Estado de Minas Gerais está em uma situação um pouco melhor nesse aspecto.

A violência se concentra, de certa forma, nas regiões metropolitanas. Pode-se notar que as médias das regiões metropolitanas são maiores que as taxas dos Estados. Então, temos um problema seriíssimo, em Vitória, principalmente: uma taxa acima de 80 por 100 mil. Depois vem Recife, São Paulo, Baixada Santista, Rio de Janeiro, Região Metropolitana de Campinas. Temos, depois, São Paulo, onde não há violência só na região metropolitana da Capital, mas também na Baixada Santista e em Campinas.

Falarei um pouco mais detidamente sobre violência e crime em São Paulo, mostrando um pouco a situação nos últimos cinco, seis anos, a evolução das ocorrências criminais registradas pela polícia e pela Secretaria da Segurança Pública. Começarei pelos crimes contra a pessoa. Temos, em relação aos homicídios dolosos, neste gráfico, uma evolução de 1996 a 2001. Então, podemos ver que o que se destaca é o crescimento dos homicídios no interior, chegando à taxa de 20 homicídios dolosos por 100 mil. Neste gráfico, não estão todos os homicídios, porque há uma divisão entre homicídios dolosos e homicídios culposos. Homicídios dolosos são aqueles em que há dolo, a pessoa tem vontade de causar o homicídio. Os homicídios culposos têm mais relação com acidentes ou ocorrem quando não há intenção de causar a morte. Temos também um leve crescimento das taxas de homicídios dolosos no Estado, na Capital e na região metropolitana, se olharmos apenas 1996 e 2001. Os homicídios culposos, na taxa por 100 mil - isso não são números absolutos, não quer dizer que os homicídios em números estejam caindo... De certa forma, podemos até estar perdendo um pouco mais de vidas, mas, como aumentaram a população e a taxa por habitantes, houve uma pequena queda dos homicídios culposos nesses anos, na taxa de homicídios por 100 mil, tanto no interior como na Capital e na região metropolitana.

Nas tentativas de homicídio, principalmente na Capital, nota-se que houve um crescimento, passando de 20 para quase 25 casos por 100 mil habitantes. Na região metropolitana e no interior do Estado, houve uma certa estabilização.

Sobre as lesões corporais, temos um aumento considerável tanto na região metropolitana quanto na Capital, passando de cerca de 250, 300 casos para cerca de 500 casos de lesões corporais por 100 mil habitantes. Há um leve aumento tanto na média do Estado quanto no interior.

Em latrocínios, roubos seguidos de morte, tivemos uma leve queda, se considerarmos apenas 1996 e 2001. Há uma tendência de queda na Capital e na região metropolitana. No interior, há um leve aumento. Isso, talvez, seja causado por uma maior penetração de armas no interior, nos últimos anos. Embora esse crime pareça pouco, pensamos em 2 casos por 100 mil habitantes; no caso da Capital de São Paulo, teríamos 200 casos por ano, "apenas", entre aspas. O roubo seguido de morte é uma das violências que mais aterroriza a população, o medo de ser roubado e morto em seguida. Os estupros, em relação à taxa por 100 mil habitantes, estão, de certa forma, estabilizados, o que não quer dizer que seja bom, pois gostaríamos que sofresse redução. Na Capital, a taxa por 100 mil habitantes vem crescendo levemente, em torno de 10 ou 12 por 100 mil habitantes.

Em relação aos crimes contra a propriedade, apresentarei apenas os furtos e roubos de veículos, para não demorar muito. Há uma tendência de crescimento em todo o Estado. O interior, em amarelo, atinge menos de 50 roubos de veículos por 100 mil habitantes. Em 2001, passou de 300. Principalmente no interior, esse aumento é proporcionalmente considerável, mas aumentou em todo o Estado.

É interessante notar também que a taxa de roubos de veículos na Capital é acima de 1.000 por 100 mil habitantes, e os furtos estão por volta de 600. Hoje em dia, há mais roubos do que furtos de veículos. A diferença é que o roubo se dá por meio de violência. Pode-se apontar uma arma, não necessariamente atirar ou agredir. O roubo efetiva-se mediante uso de violência ou ameaça de violência. Essa pode ser uma das interpretações. Outra interpretação é que algumas pessoas cujos carros tenham sido furtados talvez não registrem os casos. Geralmente as pessoas têm seguro. E essas registram o furto.

No que diz respeito ao tráfico de entorpecentes, houve crescimento no interior do Estado e uma certa estabilização na Capital. É interessante notar que, de acordo com dados da polícia, a apreensão por tráfico de drogas no interior tem sido maior do que na Capital.

No tocante à extorsão mediante seqüestro, os números absolutos apontam que essa prática cresceu nos últimos dois anos, chegando a 300 casos no Estado. Não há tantos casos de homicídio, mas o alto crescimento desperta grande preocupação na sociedade.

Agora, gostaria de abordar a crise no sistema penal. Há a questão da "vitimização". A fonte dessa pesquisa foi o CEAD. Em 1998, 6% dos indivíduos declararam ter sido vítimas de roubo ou furto nos últimos 12 meses, e 20% disseram que pelo menos uma pessoa na família já havia sido vítima de roubo ou furto.

Este gráfico registra a taxa de vítimas de agressão física. Quase 2% das pessoas afirmaram ter sido vítimas de agressão física nos últimos 12 meses, e 5% das pessoas, em 1998, disseram haver na família alguma vítima de agressão física nos últimos 12 meses.

Outro problema que envolve o sistema de justiça penal é a questão da subnotificação, ou seja, nem todos os crimes são registrados. Logo, temos de nos deter em dois crimes. No que tange à questão do roubo ou furto, em nível estadual, 54,5% das pessoas não recorreram à polícia por causa de roubo ou furto. Portanto, o sistema não registra. Como o sistema não tem conhecimento, não tem como agir nesses casos, porque, sem o boletim de ocorrência, não é possível abrir inquérito policial. Sem denúncia, não haverá condenação e prisão.

Nos casos de agressão física, a taxa no Estado é maior. Em 1998, 61,8% das pessoas não recorreram à polícia.

Em relação à ação da polícia, esse texto foi retirado da Internet, do "site" de segurança pública da Polícia Militar. Aqui há a descrição de dois casos de ação policial. Não vou me deter em detalhes, mas gostaria de ler um pequeno trecho. Sem denúncia específica, e motivados apenas pelo tirocínio, os policiais militares da viatura tal desconfiaram da atitude dos ocupantes de um veículo e decidiram abordá-lo. Foram recebidos

à bala e, no revide técnica e legalmente correto, após rápida perseguição, prenderam os infratores. Após a prisão, tomaram conhecimento de que havia um refém no interior do veículo, baleado e morto durante a troca de tiros.

A seguir, o segundo caso. Chegando ao local, indignados pela presença policial levada pelo comparsa - o infrator, que já havia sido pego pela polícia -, o denunciante foi friamente assassinado pelos companheiros, ocasião em que se travou intenso tiroteio, culminando com a morte dos integrantes do bando. Não a justificamos, tampouco abrimos mão de uma investigação rigorosa. Porém, afiançamos que o ocorrido não pode ser resumido como brutal fuzilamento.

O que quis mostrar com essas duas matérias é que a polícia defende que o tiroteio é legítimo e que, em casos como esses, é a melhor forma de ação policial.

Atuei como consultor de um curso de direitos humanos para a Polícia Militar, ministrado pela Cruz Vermelha. Um dos pontos ensinados aos policiais é que a ação policial requer proporcionalidade, necessidade e legitimidade. Uma das coisas a respeito disso é que, no momento de uma prisão, o tiroteio deveria ser evitado. O criminoso deveria ser cercado para ser detido. Se a questão é no trânsito, a polícia deveria priorizar a perseguição do automóvel e proceder ao cerco com a ajuda de outras viaturas policiais, impedindo que um tiroteio vitime transeuntes, policiais e o infrator.

Em 2001, foram registradas quase 400 mortes em confrontos com a Polícia Militar, das quais cerca de 20 foram de policiais. No caso da Polícia Civil, há em torno de 40 mortos em confronto. Mortos em conflitos, possíveis suspeitos, agressores e policiais, há algo em torno de 10 a 15 policiais.

Quanto à forma do confronto policial, perde-se a vida tanto de infratores como de policiais, se a estratégia for uma atitude direta de confronto, e não de negociação. Temos também os feridos em confronto. Não vou me deter nisso, pois já falei dos mortos.

Aqui, temos um pouco sobre a ação da polícia no Estado de São Paulo. No final do ano passado, a imprensa trazia muitas críticas à forma como a Secretaria da Segurança Pública conduzia o combate e a prevenção contra a violência. Criticaram dizendo que a Secretaria era muito fraca, que o Governador não estava atuando. Daí, houve os casos das mortes dos Prefeitos do PT e vários de seqüestro.

De certa forma, a resposta da polícia e da Secretaria da Segurança Pública acabou vindo com o caso de Sorocaba, em que 12 infratores foram mortos. A população de São Paulo, em sua maioria, apoiou essa ação, dando-lhe conotação de legítima defesa. A crítica que houve no momento foi que, como a polícia e a secretaria sabiam que aquela ação criminosa estava sendo preparada, que pessoas armadas, em um carro, dirigiam-se ao aeroporto para cometer um grande assalto, a ação policial deveria ter sido feita antes. Em vez de ter sido realizada na rodovia, deviam ter tentado prender os infratores antes e impedi-los de cometer aquele crime, evitando com isso, talvez, a morte dos 12 infratores. A crítica não teve muita força, porque boa parte da população achou importante, achou que era uma forma de a polícia responder à criminalidade. Sabemos que isso não tem um efeito grande sobre a mente de infratores e criminosos na hora de decidir se vão cometer ou não o crime. O mais importante parece ser a questão da punibilidade, a sensação que o infrator pode ter de ser pego ou não em uma infração, e não a qualidade da punição.

Quanto à ação da polícia judiciária, há uma questão séria a se tratar: os boletins de ocorrência registrados na Polícia Civil. Como já disse, em alguns casos, metade dos crimes não são notificados. No Estado de São Paulo, em 2001, 2.500.000 BOs foram registrados. Desses, nem todos são delitos. A taxa de delitos registrados fica um pouco acima de 1.500.000. Mas desses, os que geraram inquérito, que futuramente possam gerar processo criminal e condenação, foram em torno de 300 mil. BOs transformados em inquérito policial totalizam apenas 20%.

Com relação às prisões efetuadas, se considerarmos um infrator por BO, tem-se um inquérito policial, com um infrator, pelo menos, algo em torno de 100 mil prisões efetuadas apenas. O sistema está sendo incapaz tanto de transformar os BOs em inquéritos policiais, ou seja, levantar provas contra os suspeitos, como, ao mesmo tempo, de prender esses suspeitos.

Taxa pelos crimes de conversão. Por exemplo, ocorreram 4.535 homicídios, BOs registrados, e 6.648 se transformaram em inquérito policial. Isso porque houve um atraso. Muitos homicídios ocorridos em 1996 só se transformaram em inquérito policial em 1997. Infelizmente, não estou conseguindo explicar muito bem. A questão é mais ou menos o seguinte: não se consegue converter alguns crimes de BO em inquérito policial. Com isso, não são feitas investigações, não se pode formular um processo para julgar o possível suspeito do crime.

Ação da justiça criminal. Isso traz um problema muito sério. Só vou pegar o dado final, que é a questão da responsabilização penal. Essa é uma pesquisa sobre impunidade em homicídios de crianças e adolescentes. Condenação em segunda instância: de 622 homicídios, apenas 1,72% dos suspeitos pelo crime cometido foram condenados. O índice de responsabilização penal é inferior a 2%. Em 98% desses 622 casos acompanhados não houve nenhuma condenação.

Essa tabela também mostra a questão da morosidade da justiça. Há uma morosidade mínima, abaixo da qual é impossível trabalhar, que seria de 10,16 meses para um caso de linchamento, com alguns atrasos, pode chegar até a 52,36 meses. Há vários casos que chegam a ultrapassar 100 meses em sua apuração, arquivamento, absolvição ou condenação. Essa lentidão da justiça pode passar para a sociedade a idéia de que a impunidade é muito grande.

Se alguém tiver interesse, durante o debate, tentarei explicar melhor, porque o meu tempo já está esgotado.

Foi feito um projeto de emenda à Constituição, apresentado pelo Fórum Nacional dos Ouvidores de Polícia, que traz várias propostas para aumentar a agilidade e a eficiência das polícias, da Promotoria e do sistema judiciário.

Como propostas, temos a unificação das polícias; a Ouvidoria, com poder de investigação para o controle da violência policial; a idéia do fim do inquérito policial e da polícia judiciária - acabar com o inquérito policial e ter uma investigação conduzida pelo Ministério Público, para agilizar o processo; a aplicação do ECA, mesmo nas medidas socioeducativas; a aplicação da lei de execução penal; trabalho e educação para os presidiários; condições dignas de encarceramento; expansão do regime semi-aberto e expansão da aplicação das penas alternativas; investimento em polícia científica - banco de dados nacional de impressões digitais e fotografias de pessoas detidas e com antecedentes criminais -; aprimoramento do policiamento comunitário; bases comunitárias com número mínimo de policiais - permanência dos policiais de forma que os residentes conheçam os policiais que atendem à região; divisão mais equitativa dos policiais pelos distritos e pelos bairros da cidade, para que não se concentrem somente no centro ou nos bairros de maiores posses.

Outro ponto tratado na primeira apresentação é a questão do crime organizado e do tráfico de drogas. Hoje em dia, problema sério é a morte dos jovens por homicídio. Há que se debater a descriminalização do consumo de drogas e seu impacto na sociedade em relação à violência e à saúde pública. Qual é a melhor forma de conter o uso de drogas? Ninguém defende o uso nem o comércio, mas sabemos que a forma atual de controle não está surtindo o efeito desejado.

Outro ponto discutido é o aumento da capacidade e da qualidade dos serviços públicos essenciais. É a garantia dos direitos sociais, saúde, educação, lazer, trabalho, habitação, para melhorar a qualidade de vida e conter a violência.

Palavras do Sr. Daniel Cerqueira

Boa-tarde. Agradeço a oportunidade de discutir e lançar algumas reflexões sobre a violência. É uma honra estar presente num fórum do qual participam pessoas heterogêneas, líderes comunitários, políticos e especialistas. Pesquisa e elaboração de políticas públicas não podem ser feitas num castelo de cristal, longe das discussões e das pessoas envolvidas.

Fiquei feliz por ter observado nas discussões propostas que versavam sobre a necessidade de sistemas de informações e dados sistematizados intercomunicáveis com outros dados sociais, demonstrando a intersectorialidade e multidisciplinaridade do tema: cultura, saúde e violência devem ser discutidas conjuntamente.

Quero lembrar alguns fatos ocorridos neste ano e algumas discussões decorrentes, bem como os princípios em que se basearam as nossas propostas.

No começo do ano, no dia 2 de janeiro, ocorreu a morte do seqüestrador Dutra Pinto, em São Paulo. Coincidentemente, neste dia, no Presídio Sul Branco, em Rondônia, numa rebelião, morreram 27 detentos.

Nessa fase, tivemos ainda uma série de seqüestros, seqüestros relâmpago, homicídios, uma comoção geral. Se não fosse o aspecto trágico dessa história toda, seria interessante observar dois tipos de comentários que ouvimos recorrentemente em discussões de botequim e até na televisão, em programas de auditório em que as pessoas abordavam esses assuntos. Primeiro, diziam: "Puxa, não tem solução. O crime compensa e dominou. Como é que fica? Se até agora não se conseguiu... Como é que vamos resolver?". Depois, num segundo momento, diziam: "Tudo isso é culpa desse pessoal dos direitos humanos. Tem que deixar. A polícia tem que ir lá e matar o bandido. Bandido bom é bandido morto".

E assisti a essa discussão recorrentemente, até na televisão. Então, antes de anunciar as primeiras propostas mais especificamente, é necessário dizer que essas duas coisas estão ligadas intrinsecamente à desinformação, à ignorância de alguns fatos. Primeiro, porque não há motivo para desesperança. Há, sim, motivo para esperança. Acredito até que possa mostrar mais adiante que no Brasil nunca se fez política de segurança pública baseada em planejamento estratégico e em instrumentos científicos. Normalmente, toda política que vem sendo empreendida até então foi fruto de pressões de governantes, ou fruto do matiz ideológico do governante de plantão. A maior prova de que nunca houve uma política de segurança pública calcada nos planejamentos estratégico e científico é exatamente a inexistência de informações sistematizadas para que possamos lançar diagnósticos seguros e específicos, lançar programas e reorientar as decisões. E não estamos falando de algo novo, mas da criminalidade. Pasmem: a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é o único indicador que a gente tem em âmbito nacional. Essa taxa vem crescendo 5,5% ao ano desde 1980, ou 1981. E vem crescendo em grande velocidade há muito tempo. Não se trata de uma explosão. Não está acontecendo agora. Simplesmente é fruto da inoperância nessa área. Em segundo lugar, também não é verdade que eficiência policial e a segurança pública sejam contraditórios com os direitos humanos. Eu diria que não apenas não é contraditório como é condição necessária, porque o poder de dureza do camarada que eventualmente matou aquele criminoso do ônibus 157 no Rio, ou do que torturou Dutra Pinto, é o mesmo que se dá a um policial para que ele suba em uma favela, invada a casa das pessoas, espanque, torture e cobre propina de traficantes, liberando-os logo após. É a mesma truculência que mata de vergonha uma parcela significativa da corporação: o policial que quer trabalhar e ao mesmo tempo vê a imagem da corporação ser manchada todos os dias por esse mau policial.

Então, se estamos falando em segurança pública, temos que deixar bem claros os princípios gerais. Sem estado de direito, não sobra nada. Sobra apenas o caos. Todo o nosso planejamento e ação têm que levar em conta o estado de direito, a garantia dos direitos humanos, sem o qual tudo fica muito difícil.

Feitas essas menções iniciais, gostaria de falar sobre dois conjuntos de aspectos: o que fazer e como fazer. Para dar uma visão mais abrangente das propostas que faremos em seguida, vou falar rapidinho sobre alguns dados e não vou gastar muito tempo. Do contrário, no escuro, a gente vai terminar dormindo. Mas não posso deixar de dar algumas informações. O que esse gráfico aí mostra são índices de crimes agregados. Os da linha azul referem-se ao crime contra o patrimônio; os da linha verde, contra a pessoa; e os da linha amarela, as drogas - posse, uso e tráfico. Podemos notar que, pelo menos desde a segunda metade da década de 90, todos esses crimes vêm aumentando. Esse segundo gráfico segmenta pela faixa etária, e podemos ver como a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é muito superior em relação aos mais jovens, como já foi dito anteriormente.

Este outro gráfico eu trouxe para mostrar como está a situação no Rio de Janeiro, a "vitimização" fatal. Onde está em vermelho, vemos os dados referentes à periferia, onde moram muitos pobres. Quando falamos sobre o Município do Rio de Janeiro, podemos ver que a região Oeste é a mais dramática, exatamente onde a renda "per capita" é uma das menores. Depois vou resumir todos esses indicadores, porque não disponho de tempo. Mas existem outros indicadores que considero chocantes, como o crescimento de homicídios no Rio de Janeiro nos últimos dez anos: 45%. Quando olhamos a parcela da população de 15 a 24 anos, vemos que o aumento é ainda maior. Se olharmos como esses homicídios ocorreram, vemos que existe uma participação crescente e absurda de armas de fogo. Vemos que em apenas dois anos... Em 1998, por exemplo, entre os homicídios, a participação de armas de fogo no Rio de Janeiro ocupava 79%. Em 2000, já era 83,5% da população em geral. A participação dos jovens de 15 a 24 anos passou de 82,2% para 87,8%. Isso mostra, primeiro, que é dramática a situação de homicídios, principalmente em relação aos mais jovens. É dramático também o uso de armas de fogo. Para fins de comparação, colocamos aí dados de alguns países que mostram a participação dessas armas nos homicídios. Podemos ver que o Brasil ganha disparado. Nesses outros países, além disso, a taxa de homicídios é muito menor do que no Brasil. Aí, eu havia feito também uma tabelinha com a discriminação por faixa etária. Observamos que houve um crescimento absurdo de homicídios por armas de fogo, principalmente vitimando homens jovens.

Outra tabela que acho interessante considerar na montagem desse mosaico para que possamos chegar a uma conclusão sobre o tipo de política que seria interessante aplicar é a que vem das pesquisas de utilização. São pesquisas domiciliares que constituem a única fonte que temos para entender a taxa de prevalência dos crimes. Sabemos que existe um sub-registro nos dados fornecidos pela polícia. A maioria das pessoas nem dá queixa à polícia. Coloquei aí duas dessas pesquisas de utilização. Uma, da Fundação Getúlio Vargas, de 1996, que é a única existente em âmbito nacional, feita pelo IBGE. Primeiro, perguntam: "Você foi vitimado?". A pessoa responde: "Fui". "Você deu queixa à polícia?". "Não". "Por que você não foi apresentar queixa?". Observamos que de 30% a 42% das vítimas - 30,5% em casos de furto e 42,4% em casos de roubo - não acreditam na polícia ou têm medo dela. Outros 11% recorreram a terceiros ou resolveram sozinhos o problema. Esses números são dramáticos, porque mostram que a população não só não confia na Polícia, como também tem medo dela. Ora, meus amigos, a polícia é fundamental para a aplicação de qualquer programa ou política de segurança pública. É impossível que um programa venha a funcionar se existir um enorme abismo entre a polícia e a população. A efetividade das ações policiais é potencializada quando a polícia e a comunidade ficam juntas.

Então, em que se resume essa história toda? Primeiro, na tendência crescente da criminalidade, na "vitimização" fatal e crescente de jovens e na disseminação de armas de fogo. A questão do narcotráfico é fundamental no Rio. Temos, ainda, a desconfiança da população para com a polícia e a baixa eficácia do trabalho policial. Estudos mostram que apenas 7 ou 8 suspeitos em cada 100 homicídios haviam sido apresentados. Também o sistema penal não é orientado para a reinserção social. O que fazer? Em curto prazo, destaco cinco pontos que considero fundamentais, se quisermos aplicar uma política de segurança pública calcada no bom-senso e em princípios científicos, que já foram estudados

em outros países.

O fato de ainda não possuímos dados e de estarmos na Idade da Pedra no que diz respeito a informações não indica que estejamos na estaca zero. Não. Existe algum caminho. A primeira coisa é a reestruturação da polícia. Polícia dirigindo o ciclo policial... Talvez o Brasil seja o único exemplo disso. Polícia eficaz é aquela que vai desde polícia investigativa e polícia judiciária até polícia ostensiva. Também é preciso que ela seja orientada para uma investigação técnica.

Outra coisa fundamental é a transparência e o controle feito pela sociedade civil. Obviamente, o centro em todo esse processo é o policial. Ele tem de ser valorizado. É preciso criar uma carreira e treinar o policial. Estamos falando em várias medidas fundamentais, todas no âmbito de reestruturação da polícia.

Uma questão importante é como integrar polícia e comunidade. Outra, ainda, é a ocupação permanente dos morros e das favelas pelo Estado. As pessoas pensam que a polícia não consegue nem dominar o morro. Mas ela consegue, porque está sempre subindo lá, trocando tiros com os bandidos e vitimando alguns inocentes ao redor. Entretanto, em seguida, desce, e tudo continua como antes. O que precisa acontecer é uma ocupação permanente. Não uma ocupação permanente só com polícia, mas ocupação permanente da polícia junto com assistência à saúde e com tudo o mais que o Estado tem a obrigação de oferecer.

Fundamental, também, é o controle de armas, em relação ao qual está havendo uma enorme resistência e "lobbies" de fabricantes.

Fazendo uma comparação entre países, podemos até discutir o assunto. Será que devemos proibir ou não? No caso específico do Brasil, não há dúvida. Os dados são espantosos.

Por último faz-se necessária a criação de um gestor nacional de informações criminais. Seria a criação, por lei, de um instituto para gerir as informações e ao qual vários órgãos seriam obrigados a prestar informações, com responsabilidade pessoal de seus dirigentes. Esse sistema deveria contar não só com as informações da polícia, mas também com todo o fluxo da justiça criminal: Ministério Público, justiça e sistema prisional. Além disso, os dados que acompanham todo o fluxo da justiça criminal têm de ser interconectados com as informações socioeconômicas. Falar em política de segurança pública genericamente, como alguém falou aqui, é muito pouco. Acredito que estamos hoje na Idade da Pedra, ainda que possamos tratar o assunto de forma genérica. Acredito que já avançamos, mas não podemos parar aqui. É preciso investigar a fundo os detalhes, porque "o diabo mora nos detalhes". Para entender os detalhes, é preciso focalizar toda a ação nas pessoas, no homem, na mulher, nos moradores das comunidades. Enquanto não fizermos isso, ficaremos sempre rateando no mesmo ponto.

Minha intenção era apresentar um segundo aspecto desse problema. Talvez, durante a discussão, eu tenha tempo para isso. Trata-se de um sistema. Como vamos fazer essas coisas, pontualmente? Precisamos dotar o aparelho do Estado de um sistema para uma política baseada em planejamento estratégico. Ocorre que as Secretarias e os órgãos do Governo, por toda a história, sempre foram orientados para ser prestadores de serviços. Temos de mudar não apenas essa mentalidade. Precisamos mudar os instrumentos de atuação do aparelho do Estado, transformá-lo de mero prestador de serviços em solucionador e antecipador dos problemas por acontecer. Para fazer isso, é preciso conhecer detalhadamente a região.

Todos aqui devem conhecer a favela da Maré, no Rio, com mais de 136 mil habitantes, área de grande pobreza. Volta e meia, ali acontecem enormes conturbações, tiros e todas as formas de violência que a gente já conhece. O Governo passado anunciou: "Vamos botar um batalhão ali dentro". Ora, trata-se da política antiga de simplesmente oferecer um serviço. Talvez esse não seja o serviço que a comunidade queira. Colocar um batalhão ali pode até ser necessário e fundamental, mas, antes, temos de estudar as pessoas que moram no local; saber quantas crianças em idade escolar não estão estudando, qual a taxa de desemprego da região, se existem canais para que as pessoas e a comunidade possam exteriorizar sua cultura, praticar esportes e se desenvolver. É preciso saber se haveria possibilidade de essas pessoas se manterem em uma atividade própria, ou se seria necessário um programa de microcrédito direcionado.

Ora, só vamos conseguir responder a essas questões se tivermos informações precisas sobre aquela comunidade. Depois, devemos cruzar essas informações socioeconômicas com as outras, de cunho policial. Enquanto não fizermos isso, ficaremos rateando em um discurso de multidisciplinaridade, e todas as ações terão sempre uma conotação meio voluntarista, ou seja, em determinado momento, o Estado e a Secretaria se reúnem para fazer um trabalho social que todo o mundo esquece no momento seguinte. E a situação se perpetua.

Portanto, para se ter uma ação concreta e multidisciplinar por parte do Estado, seria necessário integrar os dois sistemas, fazer um diagnóstico conjunto, multidisciplinar. As missões, estas sim, seriam destinadas a cada secretaria. A Secretaria da Segurança Pública colocaria um batalhão ali, outra faria o programa de saúde, outra um programa de microcrédito, outra uma quadra de esportes, outra uma escola. É preciso haver uma estrutura para que essas pessoas possam exteriorizar seus valores cultural e desportivo. Sem todas essas coisas, ficaremos no mesmo caminho.

Para não entrar no crime doloso e ficar apenas no culposo, na parte das respostas, gostaria de elaborar aquilo que eu chamava de terceiro ponto e que ainda não abordei: "como implementar um Estado orientado para o planejamento estratégico na segurança pública?". Muito obrigado.

Palavras da Sra. Vanda de Aguiar Valadão

Boa tarde a todos os componentes da Mesa. Não vou me alongar saudando os organizadores, mas quero dizer que, quando recebi o convite para estar aqui, senti-me desafiada a fazer um diagnóstico da violência no Espírito Santo. Fiz isso consultando dados, e essa minha tentativa resultou em um documento que está com a coordenadoria. Aqueles que tiverem interesse em conseguir uma cópia podem solicitar à coordenadoria, porque não teremos tempo para fazer uma exposição como gostaríamos. Seria interessante se pudéssemos fazer isso com um pouco mais de tranquilidade, porque vimos para cá fazendo um investimento, para tentar discutir responsabilmente o problema enfrentado pela região à qual pertencem, o qual é o mesmo que Minas, São Paulo e o Rio de Janeiro estão enfrentando. Assim, cada Estado, a partir do quadro que sua realidade apresentar, poderá montar um diagnóstico regional. Essa era a minha expectativa.

Então, trabalhei com essa expectativa e me preparei para fazer uma apresentação a partir do Espírito Santo. Vou falar do meu "poleiro". Vou partir da realidade do Espírito Santo para, através dela, quem sabe, apresentar alguns elementos que se identifiquem com a realidade de São Paulo, de Minas Gerais, etc. Vocês sabem muito bem qual é a realidade do Espírito Santo. Ela chama a atenção, primeiro, porque é uma situação extremamente paradoxal. Nosso Estado é a 7ª economia do País e, por quatro anos consecutivos, é o Estado brasileiro que mais tem crescido. Ao mesmo tempo, é o segundo em número de homicídios por 100 mil habitantes.

Essa situação é paradoxal para o Estado como um todo e para a Capital, Vitória. Vitória é o município que tem os melhores índices de desenvolvimentos econômico, urbano e social do Estado. No entanto, por vários anos sucessivos, tem sido apontada como a Capital mais violenta, como dois expositores já disseram no início. Em termos criminais, o Espírito Santo frequenta os primeiros lugares no "ranking" nacional que avalia os Estados pelos seus altos índices de violência urbana. Diante desse paradoxo, qual é a nossa pergunta? Nossa pergunta é: "por que o crescimento da economia capixaba e a melhoria verificada nos indicadores de desenvolvimento dos municípios que compõem a

região da Grande Vitória ainda não foram capazes de frear o violência urbana e a criminalidade instaladas?".

Podemos levantar alguns fatores. Levantei dois. Várias das questões que foram abordadas aqui se apresentam na realidade do Espírito Santo. Mas procurei fixar-me em dois fatores para fazer uma análise a partir deles. Um pretende estabelecer alguns possíveis nexos explicativos entre o crescimento industrial e econômico verificados no Espírito Santo e as taxas de crime cada vez maiores, sobretudo na região metropolitana. A partir da análise dos impactos sobre o meio ambiente social e humano decorrentes do processo de industrialização e urbanização que o Estado viveu, nosso objetivo é indagar acerca de alguns aspectos da realidade social que nos permitem compreender, por exemplo, até que ponto os fatores precipitadores do crime, da oportunidade do crime, guardam alguma relação ou até são estimulados por fatores decorrentes do processo de industrialização e urbanização dessa região.

O segundo fator, sobre o qual talvez nem dê para falar - quando ouvir aquele primeiro apito, vou parar como se tivesse recebido uma bala perdida, para respeitar o Plenário -, é de caráter mais criminológico. Minha intenção é acentuar os indícios que nos permitam ver a presença e a expansão do crime organizado no Estado do Espírito Santo para tentar ver a partir de que redes criminosas - isso que a gente chama de crime organizado - se materializa, principalmente tentando chamar a atenção para os efeitos francamente danosos que essa modalidade criminosa representa para a efetividade do princípio da lei, para a institucionalidade pública e política, para o princípio da autoridade estatal e para os valores e princípios democráticos. Certamente, não teremos tempo para discutir esse assunto. Então, começaria citando apenas um dado, porque o considero significativo. Vou dizer a vocês qual era a população: de 80,01%, em 1980 - estou trabalhando com dados ainda de 1980, neste caso -, a população urbana passou a representar 63,92% da população total, enquanto a rural chegou a 36,8%. Hoje, esses itens se inverteram mais ainda, e a população rural é ainda menor que esse número que acabei de apresentar.

Podem me dizer que, nesse período, houve uma explosão demográfica, o que explica a inversão de população no território geográfico. É verdade, houve uma explosão demográfica em todo o Brasil. Mas quais os outros fatores que contribuíram para o esvaziamento do campo e o inchaço das cidades? Quando especulamos sobre isso, no caso do Espírito Santo, analisamos algumas variáveis que são bastante complexas e tangíveis. Por exemplo, o processo de industrialização e urbanização, no Espírito Santo, é extremamente recente. A economia e a sociedade, predominantemente urbana e industrial, emergem a partir da década de 70. Por quê?

Até 1960, a economia do Espírito Santo era predominantemente agrária, voltada para a agricultura, e o café era o seu principal produto e gerador de divisas. É claro que ela estava estagnada. A grande estratégia que as elites queriam implementar era a modernização da agricultura e a industrialização do Espírito Santo. Para isso, foram desenvolvidas várias ações.

Na década de 70, as condições infra-estruturais, financeiras e urbanas para implementar essas estratégias foram dadas, e o Espírito Santo passou a ser receptor de grandes projetos industriais, como a Aracruz Celulose e a Companhia Vale do Rio Doce. Na área de siderurgia portuária e empreendimentos petroquímicos, o Estado recebeu muitos investimentos; muitas empresas lá se instalaram, deixando vitoriosas as estratégias das elites locais de industrializá-lo, retirando-o da posição de eminentemente agrário e dando-lhe "status" de Estado industrial, como eram o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas. A estratégia e o esforço das elites foram tornar o Espírito Santo economicamente significativo para a região. Certamente, elas o conseguiram, mas com alto custo.

Essas estratégias trouxeram impactos que foram sentidos imediatamente. Assim que os cafezais foram erradicados, na década de 60, desapareceram os estabelecimentos rurais com até 100ha. Em contrapartida, aumentou enormemente o número de propriedades rurais com mais de 500ha. Ou seja, configura-se um quadro de concentração de propriedades, de desagregação da economia agrícola.

Houve também um declínio da mão-de-obra familiar. O número de meeiros, parceiros agrícolas e arrendatários diminuiu. E foi diminuindo da década de 60 até hoje, de maneira que é quase inexistente a figura do meeiro no Norte e no Noroeste do Espírito Santo. A região Sul ainda mantém algumas características que são próprias da colonização.

Em vista disso, o êxodo rural se intensificou, e as periferias urbanas incharam. Isso teve uma repercussão sobre vários problemas: os bolsões de pobreza que existiam foram ampliados, cresceram numericamente; muitos loteamentos clandestinos surgiram nessa época sem nenhuma infra-estrutura; aumentou a precariedade das condições de vida e de trabalho.

Finalmente, os efeitos particularmente perversos desses impactos se refletiram também na capacidade, que se tornou cada vez mais decrescente, do atendimento às infra-estruturas sociais e estatais. Isso, vocês da área de saúde sabem muito bem. O decréscimo do Estado no atendimento dessa reordenação da população se refletiu nas áreas relacionadas com a educação, a saúde, a previdência, a segurança pública, as funções judiciárias. Esses são alguns exemplos.

Esses setores não receberam investimentos que lhes permitissem acompanhar a crescente demanda por esses serviços e estão, até hoje, com a sua capacidade de atendimento permanentemente questionada pela população demandante. Atribuo isso a um dos impactos que, na sociedade capixaba, é bastante claro. Em outras realidades, certamente, também se verificou, com maior ou menor intensidade, o processo acelerado e desordenado de urbanização.

O que quero dizer com o que expus? Quero discutir o crime, com uma tática diferente da do Delegado, que parte do criminoso, abandona a circunstância, ignora o local do crime, força o criminoso, porque tem certeza de que quem cometeu o crime foi tal sujeito, e não outro. Nós queremos o sentido contrário; queremos considerar o contexto, queremos considerar as circunstâncias.

Uma das circunstâncias, do meu ponto de vista, que colabora para explicarmos o crescimento do crime e da criminalidade são os processos de reordenação econômica das atividades produtivas no Espírito Santo. Esse processo ocorreu, foi intenso, levou a uma desorganização muito grande e teve custos altos, que repercutiram sobre os diferentes setores e dinâmicas econômicas e sociais. Ele alterou substancialmente os espaços territoriais e a composição de suas populações, como já disse. Também acelerou, de forma desordenada, o processo de urbanização e desorganizou modos de vida, debilitou a integração social, dissolveu laços sociais e a trama de solidariedade preexistente. Esse processo, colateralmente, fez crescer a violência urbana.

Em 1979, verificava-se um total de 97 crimes na Região Metropolitana da Grande Vitória, e 255 homicídios em todo o Estado. Em 2000, verificaram-se 1.435 crimes no Estado, 1.051 somente na Grande Vitória, quer dizer, em 22 anos, adensou-se o número da criminalidade e do crime, linearmente. Não somente em Vitória, mas também em todo o Estado, foi crescente o número de crimes e da criminalidade.

Estou à disposição de vocês caso queiram saber um pouco mais no momento dos debates.

Palavras do Sr. Eduardo Cerqueira Batitucci

Boa-tarde. Vou tentar ser o mais rápido possível, devido ao que já foi dito, para que possamos tentar entender melhor o que vem acontecendo em Minas Gerais. Para que entendamos melhor o que vem acontecendo, é preciso - não há como evitar - pensar o que acontece em todos os lugares.

A questão da segurança pública em Minas Gerais tem em comum com a do resto do País a origem conflituosa na definição e constituição do campo da segurança pública no Brasil. Esta foi construída para fazer duas coisas: defender propriedade e caçar escravo. Então, não é possível que um sistema cujo "locus" é o Estado permaneça com essa mentalidade 500 anos depois. É exatamente isso o que vem acontecendo, com as devidas proporções e mudanças contextuais. Ao mesmo tempo, percebemos uma missão histórica das elites brasileiras em todos os níveis: construir a segurança como uma questão pública, o que tem a ver com a idéia de produção de políticas públicas, que são tão caras a vocês, da área da saúde, que entendem exatamente o que isso significa.

Diagnóstico, implementação, monitoramento e avaliação: se não temos políticas nesse sentido, não temos Estado atuante; se não temos Estado atuante, não temos nada.

Novamente, mais uma das nossas carências: os outros setores da inteligência brasileira também não conseguem estabelecer interlocução frente ao campo social da segurança pública. Portanto, tornamo-nos incapazes de construir esse campo social como um que inclua as pessoas, ao invés de excluir. O que significa isso? Um campo social que inclua a demanda daquela senhora que quer saber por que a sua escola está sendo invadida, está sendo roubada. Isso deixa de significar uma questão de cidadania, que deveria ser, para significar uma questão de polícia, que é também, mas em segundo tempo. Primeiramente, é uma questão de cidadania, e não temos muito entendimento do que isso significa. Para complicar mais ainda, o Estado está diante de novas demandas: efetividade e respostas às demandas da sociedade, o que não somos capazes de fazer.

Posto isso, também temos problemas que não sabemos dimensionar bem. Dado que o diagnóstico da violência nas realidades diferentes é diferente, demandam-se tratamentos diferentes. O que está acontecendo em Minas Gerais? Isso que vocês estão vendo. Se pegarmos todo o bolo da criminalidade em Minas, que aqui está representado por todo este quadrado, esta parte abaixo, em azul, temos os crimes violentos contra a pessoa. Em 1986, os crimes violentos contra a pessoa eram responsáveis por 60% de toda a criminalidade, e os crimes violentos contra o patrimônio eram responsáveis por 40%, o pedacinho do bolo que sobra. Há dois anos, em 2000, a parte que corresponde aos crimes violentos contra a pessoa é somente de 17%. De cada 100 crimes violentos que acontecem em Minas Gerais, 17% são homicídios, tentativas de homicídio e estupros. Os outros 83% são crimes contra o patrimônio. A nossa polícia foi construída, do ponto de vista cognitivo, para combater crimes contra a pessoa, e não crimes contra o patrimônio. Ela não sabe fazer isso muito bem. Todo o aparato cognitivo da polícia e do sistema, incluindo o Ministério Público, o Judiciário e o sistema prisional, foi construído para combater crimes contra a pessoa.

Outra coisa fica clara: crime violento é problema de grandes municípios. As linhas superiores são municípios com população acima de 100 mil habitantes. Com o passar dos anos, vocês podem perceber, houve um aumento mais acentuado da criminalidade. As linhas inferiores são os pequenos municípios de Minas Gerais. Mesmo assim, se formos observar determinados tipos de crime, vamos encontrar coisas diferentes.

Aqui, temos homicídios em Minas Gerais de 1986 até 2000. Por mais incrível que pareça, a taxa de homicídios em Minas Gerais está, mais ou menos, estável, entre 10 e 12 ocorrências para cada grupo de até 100 mil habitantes. E está distribuído no Estado dessa maneira: quanto mais vermelho, maior é a taxa. Então, a Região Metropolitana de Belo Horizonte está fora das taxas mais violentas do Estado no que se refere a homicídios? Estava, até 1997, quando homicídio era problema nesses municípios que vão do Noroeste até o vale do rio Doce, obviamente, os municípios mais pobres de Minas Gerais.

A partir de 1997, vejam o que acontece. Esse exemplo é de Belo Horizonte. A partir dessa data, o gráfico dá um pulo e, literalmente, entra no campo do caos. Em três anos, os homicídios cresceram mais de 400%, de 1997 até 2000.

Este gráfico só vai até 2000, mas o ritmo de crescimento permanece. Então, daqui a pouquinho, a Região Metropolitana de Belo Horizonte vai, infelizmente, entrar nas estatísticas como uma das mais violentas do País.

De 1995 para cá, o crime de roubo à mão armada em Minas Gerais saiu completamente do controle. A linha ascendente do gráfico está ficando quase vertical. Em 1987, 1991 e 1997, basicamente os grandes municípios do Estado eram os mais prejudicados. Percebam que as linhas vermelhas coincidem com as grandes rodovias estaduais: a antiga BR-262, atual BR-381, que vai para o Triângulo Mineiro. O gráfico todo em vermelho denuncia que se está em guerra civil; a BR-381, descendo para São Paulo; a BR-040, descendo para o Rio e subindo para Brasília, e a BR-262, indo em direção a Vitória.

Diante dessa estatística, como explicar o aumento incompreensível da violência em Minas Gerais? Podemos partir de três pontos: a legitimidade do Estado e, por consequência, o sistema de segurança pública; a capacidade cognitiva que os agentes do Estado têm de enfrentar e compreender o que está acontecendo: o subsistema estatal, que faz com que as coisas funcionem ou deixem de funcionar.

Do ponto de vista da legitimidade, há que mudar os parâmetros de avaliação das atividades das organizações da segurança pública, que não estão preparadas para ser avaliadas em um estado democrático de direito. Foram construídas para ser avaliadas segundo outro tipo de critério. Estão tentando preparar-se, só que, para isto, vão precisar de instrumentos cognitivos que a sociedade brasileira não está disposta a fornecer às organizações de segurança pública. A coisa, então, fica um pouquinho complicada.

Os direitos humanos e a doutrina operacional das organizações policiais são um exemplo disso. O curso da Cruz Vermelha, que parte de um pressuposto interessante, só será eficaz do ponto de vista da ação das organizações policiais, se se disseminar e se tornar uma cultura das organizações policiais. Não podemos, no entanto, querer que isso aconteça em dois ou três anos, diante de 500 anos de cultura completamente diferente. Isso demora e implica dinheiro; a população precisa entender que assim é e que, para funcionar, terá de cobrar dos governantes e dos executores de polícia.

Do ponto de vista cognitivo, há novas personagens e exigências, mas com velhas ferramentas. O que temos é a estagnação do desenvolvimento doutrinário de todo o sistema de segurança pública: uma polícia ostensiva e uma polícia judiciária que não sabem investigar; um Judiciário que está diante de um arcabouço legal pré-histórico e um sistema prisional que, costume dizer, é o cemitério das políticas públicas de Minas Gerais. Não existe, no País, nada pior que o sistema prisional de Minas Gerais.

Ao mesmo tempo, temos a crise de um sistema que não funciona, em que esses cinco atores não conseguem conversar, porque não têm base cognitiva, não entendem a questão da segurança pública da mesma maneira. A polícia ostensiva tem uma idéia do que deva ser segurança pública; a polícia judiciária, outra; o Ministério Público, uma terceira; o Judiciário, uma quarta; o sistema prisional, nem se fala.

Qual a consequência disso? Não temos o debate público a respeito de segurança neste País, como o que existe, por exemplo, na área da saúde. Público é o debate em que o seu interlocutor é qualificado para conversar com você, ou seja, você fala, e ele entende. Isso não acontece no Brasil, na área da segurança pública. Não temos essa capacidade. Não temos interlocutores internos e externos ao sistema que sejam qualificados e reconhecidos como interlocutores pelos operadores do sistema. Por causa disso, há uma indefinição doutrinária do sistema, que não entende muito bem a idéia de segurança pública que a sociedade tem, da mesma forma que a sociedade também não entende muito bem a idéia de segurança pública que está na cabeça dos executores da segurança pública do Governo. Logo, não temos um domínio social da questão, e, claro, vamos ter radicalização tanto de um lado como do outro. Tem gente que acha que direitos humanos é para bandido, e tem gente que acha que direitos humanos não é para a polícia. E, aí, acontece o que considero ser o grande desastre da área da segurança pública no Brasil: somos incapazes de construir políticas públicas, porque não temos diagnósticos decentes - logo, não conseguimos estabelecer

prioridades; não temos instrumentos para agir, seja do ponto de vista do Estado, seja do ponto de vista cognitivo; além do mais, há constrangimentos organizacionais, culturais, legais e sociais.

O que podemos fazer diante desse quadro catastrófico? Primeiramente, o que estamos fazendo aqui: falando o que pensamos. Por isso é importante que todos tenham o direito de expressar sua opinião.

Precisamos ir construindo o debate público pela formação de interlocutores qualificados. Só assim redefiniremos o que chamo de campo social da segurança pública, sistema formado pelos agentes governamentais que lidam com a segurança pública: a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e o sistema prisional.

É preciso redefinir tanto a doutrina desse sistema quanto a idéia que o sistema vai utilizar para fazer segurança pública, além de, técnica e tecnologicamente, os instrumentos que essas organizações possuirão para agir. Desse modo, e de nenhum outro, conseguiremos construir legitimidade baseada naquilo que as pessoas pensam e nos valores que têm a respeito da segurança pública a ser oferecida pelo Estado. Desse modo, e de nenhum outro, conseguiremos adequar o sistema que oferece a segurança pública e definir a forma como esse sistema vai trabalhar. Para isso, é absolutamente fundamental e indispensável que haja reconhecimento profissional de todos os atores do sistema: Carcereiro, guarda penitenciário, Detetive, o Soldado da Polícia Militar, até o magistrado, que já tem seu reconhecimento monetário e simbólico. Do contrário, não vamos para a frente. Quais são os pré-requisitos para isso? Financiamento adequado - é preciso que se diga que em qualquer país civilizado do mundo segurança pública é a política mais cara que o Estado fornece; consenso sistêmico - os atores do sistema precisam entender-se, precisam ter valores mais ou menos equivalentes; consenso axiológico e controle da sociedade sobre o sistema. Aí, sim, poderemos desenvolver políticas públicas por meio de investimento maciço na produção de diagnósticos e na definição colegiada das políticas, de modo que a sociedade tenha voz e, pelo monitoramento, participe da avaliação e do controle social.

Palavras da Sra. Fátima Oliveira

Agradeço a oportunidade de falar de algumas questões em relação às quais a organização deste seminário se omitiu.

A Rede Nacional Feminista de Saúde e de Direitos Reprodutivos participa da organização desses seminários, e tem lutado ferrenhamente, todo o tempo, para que as comissões organizadoras incorporem aos debates uma perspectiva de gênero e de combate ao racismo. Infelizmente, temos nos valido de argumentos rasteiros para que isso seja introjetado. O tempo todo temos de dizer: "As mulheres precisam de uma abordagem específica, porque somos 52% da população. Os negros, em especial, precisam de abordagem específica, porque são 45% da população. Não estamos trabalhando com minorias".

Recusei-me a falar sobre a violência doméstico-sexual apenas no grupo temático, porque a violência contra a mulher é endêmica e milenar e abordar a violência sem tratar da questão da mulher é pensar em elaborar políticas públicas somente para os homens, e, pior, apenas para os homens brancos. Exigimos um pouco mais de respeito para com as mulheres deste País e reivindicamos o direito de fazer essa sensibilização geral.

Há 15 anos, nós, as feministas, compreendemos que a violência contra a mulher também é um problema de saúde pública.

Vamos falar um pouco sobre a atenção integral às mulheres sobreviventes de violência doméstico-sexual. Por que as chamamos de sobreviventes? Porque a violência contra a mulher é endêmica. Só muito excepcionalmente, ao longo de seu ciclo vital, uma mulher escapa da violência. Somos todas, portanto, sobreviventes.

Vamos nos deter naquilo a que estamos chamando de radiografia contra a mulher, utilizando dados dos relatórios "Corpos Quebrados e Mentis Destruídas - Torturas e Maus-Tratos em Mulheres", da Anistia Internacional; "Violência Doméstica contra Mulheres e Meninas", do Instituto Inocente, do UNICEF; "O Estado da População Mundial - Relatório 2000", do FNUAP; uma nota da ONU pela instituição do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher; o protocolo "Considerações e Orientações para o Atendimento à Mulher em Situação de Violência", elaborado em Belo Horizonte em 1988; a "Carta Aberta do Fórum de Mulheres da Grande BH ao Governador do Estado de Minas Gerais", em 25/11/2000; dados mais novos, do ano passado, da pesquisa "A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado", da Fundação Perseu Abramo; e um documento do Banco Mundial, que se chama "Violência contra a Mulher: Carga de Saúde Oculta". Gostaríamos de fazer um debate sobre isso, mas, como não será possível, passaremos os dados rapidamente, apenas com a intenção de sensibilizá-los para o assunto e de facilitar o debate em grupo.

"Para milhões de mulheres, o lar não é um abrigo de paz, mas um lugar de terror, pois é o principal palco de brutalidade, e os governos pouco fazem para proteger as vítimas e punir os culpados." Essa é uma frase do relatório "Corpos Quebrados e Mentis Destruídas. Tortura e Maus-Tratos em Mulheres", que diz também que "os sofrimentos infligidos às mulheres têm sua origem em uma cultura universal que lhes nega a igualdade de direitos e legitima a apropriação violenta de seus corpos, em benefício de homens ou para fins políticos. Longe de garantir uma proteção adequada às mulheres, os Estados são coniventes com essa violência, acobertando-a ou aceitando-a, permitindo que se perpetue sem encontrar obstáculos. A cada ano, a violência no interior dos lares e das comunidades acaba com a vida de milhões de mulheres". Quero lembrá-los de que, sempre que estou falando de mulheres, refiro-me também àquelas que sofrem mais um tipo de violência - a racial -, o que, no Brasil, significa falar de mulheres negras e indígenas.

Alex Marshall é o editor responsável pela pesquisa "Estado da População Mundial", do FNUAP, e os dados constantes no relatório de 2000, que se intitula "A Violência Atinge a Mulher do Berço ao Túmulo", evidenciam que uma em cada três mulheres do planeta já foi vítima de agressão física, de sexo forçado ou de outras formas de abuso. Esses dados mostram ainda que, a cada ano, "apenas 53% dos partos em países em desenvolvimento são assistidos por profissionais - o que resulta em negligência contra 52.400.000 mulheres -, e 30% das mulheres não recebem nenhum cuidado médico após darem à luz.". Mostram também que "anualmente ocorrem 500 mil mortes provocadas pelo parto em países do Terceiro Mundo; 80 milhões de mulheres, no mundo, ficam grávidas sem desejar, e os estupros são milhões; 50 milhões de mulheres se submetem a abortos na ilegalidade, 20 milhões deles em condições inadequadas, o que resulta em 78 mil mortes; há 100 milhões de mutilações genitais, 60 milhões de desaparecimentos de meninas por abortos seletivos ou infanticídios e 5 mil assassinatos de mulheres e meninas por seus próprios parentes, por questões de honra". Mais abaixo, vemos dados sobre a violência em alguns países, que deixamos de abordar para tratar do relatório "Violência Doméstica contra Mulheres e Meninas", do Instituto Inocente e do UNICEF.

De acordo com esse relatório, "faltam 60 milhões de mulheres no mundo - número igual ao da população da França e equivalente a 1% da população mundial, que é de 6 bilhões. O fenômeno das mulheres que faltam nas estatísticas é observado com maior intensidade no Centro e no Sul da Ásia, no Norte da África e no Oriente Médio; essa diferença de 60 milhões de mulheres no mundo não se deve a nenhum erro estatístico, mas a práticas adotadas em certas culturas, como abortos seletivos em fetos do sexo feminino, infanticídio de meninas e acesso diferenciado por sexo à assistência médica e à educação". Sabemos, pois é praticamente um fenômeno mundial, que as famílias - e "famílias", aqui, é quase igual a "mães" - demoram mais a levar as meninas para atendimento médico; em geral, os meninos são cuidados com maior rapidez. Isso é uma questão cultural. Também por uma questão cultural, os meninos são mais bem alimentados do que as meninas, sobretudo nas famílias pobres. Todos dizem que mãe adora pé e costela de galinha, mas digo sempre que não é verdade; isso é o que sobra para comermos, pois o melhor da galinha vai para o marido, quando há, depois para os meninos, as meninas e, por último, para as mulheres. Segundo a ONU, as mulheres constituem a maior parte dos que passam fome. "Em Beijing, na reunião da ONU de 2000, que avaliou os

compromissos assumidos pelos países membros da IV Conferência Mundial de Mulheres, apenas 43 países haviam adotado leis e políticas específicas para o combate à violência contra a mulher." Entre esses países está o Brasil, que tem uma política ainda muito tímida, basicamente na área de segurança, e que, com 5.503 municípios, conta apenas 307 delegacias de mulheres - o que significa que a mulher que mora em uma cidade onde há uma delegacia de mulheres é privilegiada. Teríamos mais dados a mostrar, mas estamos preferindo passar adiante.

Em 1999, a ONU decretou a criação do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, corroborando uma data em que o Movimento de Mulheres já vinha trabalhando há alguns anos. Foi nesse período que o movimento feminista, em Belo Horizonte, elaborou o material de sensibilização para os profissionais de saúde de pronto-socorro, que se chama "Protocolo de Atenção à Violência contra a Mulher", em que estamos trabalhando há alguns anos, embora contando com pouco respaldo dos serviços de saúde, em particular dos Hospitais Odilon Behrens, que nunca conseguiu assumir a responsabilidade de trabalhar conosco na feitura do diagnóstico da violência doméstica e sexual, e João XXIII, que vem fazendo isso em pequena escala.

Um novo estudo sobre a violência, publicado em 8/3/2002, é uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, com que vimos trabalhando. Trata-se de um relatório muito interessante, mas queremos ressaltar um dado que nos choca muito: "A projeção da taxa de espancamento, que é de 11% para o universo investigado, que foi de 61.500.000, indica que pelo menos 6.800.000 entre as brasileiras vivas já foram espancadas ao menos uma vez na vida. Considerando-se que, entre as que admitiram ter sido espancadas, 31% declararam que isso tinha ocorrido pela última vez nos 12 meses anteriores, projeta-se que, no mínimo, cerca de 2.100.000 mulheres sejam espancadas por ano no Brasil. Isso significa que são 175 mil espancamentos por mês, 5.800 por dia, 243 por hora, 4 por minuto ou 1 a cada 15 segundos". Quer dizer, temos de entender que essa é uma situação epidêmica e que é responsabilidade do conjunto da sociedade e do Governo tomarem uma providência a esse respeito, pois há uma guerra civil contra as mulheres deste País, sendo o lugar mais inseguro para elas a sua casa, o próprio lar. Quer dizer, temos tanto medo de que aconteçam estupros na rua, mas é em seu lar que as mulheres são mais violentadas, o que indica que na abordagem da violência contra a mulher é preciso que trabalhemos cada vez mais a questão cultural.

Não acredito no combate à violência quando não se tem em mente que é preciso mudar a cultura. No combate à violência, precisamos, sim, do serviço de saúde, para atender, remendar, emendar o osso, costurar etc., ou seja, precisamos atender quem está sendo violentado hoje, mas temos de ter em perspectiva que o combate à violência é um processo cultural e que temos de mudar a cultura neste País. Não combateremos a violência sem essa perspectiva da mudança de cultura.

Enfim, a sensibilização que queremos fazer aqui é que vivemos em um País machista e racista, com todas as suas estruturas governamentais machistas e racistas, e é preciso que mudemos esse padrão cultural. A tabela que estamos vendo, elaborada pela Organização Mundial de Saúde, chama-se "A Violência de Gênero ao Longo do Ciclo Vital" e mostra a violência contra a mulher em todo o ciclo da vida, desde a idade pré-natal até a velhice. Gostaria que isso fosse lido com muita atenção. Não podemos nos esquecer de que todos os grupos de trabalho têm a obrigação moral de se preocuparem com a violência de gênero e a violência racial, porque não estamos aqui tão-somente para elaborar políticas públicas para os brancos deste País, que é multirracial e tem homens e mulheres, sendo dever do Governo preocupar-se com o conjunto de sua população, sem excluir ninguém. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta os seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e aos participantes, bem como ao público em geral, pela honrosa presença.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra os trabalhos, convocando os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 175ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 21/5/2002

Presidência do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Elaboração do documento final - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cabo Morais - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Hermeto - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Braga - José Henrique - José Milton - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Miguel Martini - Pinduca Ferreira - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Cel. Edson Ribeiro do Carmo, Secretário de Segurança Pública do Espírito Santo; Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, relator do Grupo 1; Elza Lobo, relatora do Grupo 2; Maria Elizabete Gontijo, Consultora da Assembléia Legislativa; e Eliana Gonçalves Rosa, relatora do Grupo 4.

Destinação da reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da plenária final do Seminário Regional Violência Urbana e Saúde Pública, com a discussão e aprovação da síntese dos trabalhos dos grupos.

Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos

O Presidente - A Presidência informa aos participantes que, como houve atraso na distribuição do documento com as propostas dos grupos de trabalho, passaremos à apresentação dos relatórios pelos coordenadores ou relatores, que farão a leitura da síntese das propostas de seu grupo temático. Durante a leitura feita pelos relatores, poderão ser apresentados pedidos de destaque. À medida que for feita a leitura de cada proposta, a Mesa receberá os pedidos de destaque, que deverão ser feitos oralmente, através dos microfones do Plenário, e formalizados, em seguida, por escrito, com a indicação do número da proposta e a identificação da entidade que a subscreve. Os destaques podem ser feitos para adicionar, suprimir ou modificar.

A fim de agilizar os trabalhos, a Presidência solicita aos participantes que as alterações propostas sejam substanciais, evitando-se mudanças pouco significativas. Concluídas a leitura e a apresentação oral de pedidos de destaque, poderão ser apresentadas novas propostas. Inicialmente, votaremos a proposta de síntese sem os destaques e as propostas novas. Aprovado o relatório, salvo destaques, será concedida a palavra por até 2 minutos aos representantes indicados pelas entidades para o encaminhamento da votação dos destaques e de novas propostas, alternando-se um favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência. Propostas novas e propostas contraditórias serão automaticamente destacadas.

Usaremos o processo simbólico de votação. Aqui, faremos encaminhamento de votação, como sempre, em todas as plenárias, daqueles que são favoráveis, contrários e das abstenções, para registrarmos na ata final.

A coordenação lembra aos participantes que, antes do encerramento desta reunião, será eleita a Comissão da Região Sudeste, que terá como atribuições sistematizar as propostas aprovadas no seminário e, a partir destas, elaborar a Carta da Região Sudeste.

Elaboração do Documento Final

O Sr. Presidente - Neste momento, vamos apresentar os relatórios dos grupos temáticos. Convido o representante do Grupo 1, Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, para fazer a apresentação do relatório.

Como há possibilidade de destaque, gostaria que você fizesse a leitura mais vagarosamente, item por item. Terminado cada um dos itens, fique atento para eventuais destaques.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Bom-dia. Grupo I, Violência e Saúde. Coordenador, Deputado Cristiano Canêdo, Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Expositores: José Antônio Jordão Araújo Ribeiro Neto, Coordenador do Grupo de Violência e Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo; Cláudia Araújo dos Santos, Assessora da Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, e Maria José Antunes, membro da Regional Minas Gerais da Rede Saúde. Relatores: Elvira Lúcia Pessoa de Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, e Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, Coordenador da Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde, representante da Regional Sudeste.

Propostas:

1 - Priorização das necessidades coletivas sobre as necessidades pessoais ou corporativas. Algum destaque? (- Pausa.) Sem destaque.

O Sr. Presidente - O Paulo lerá item por item. Se alguém tiver interesse em fazer o destaque, levante a mão, vá até o microfone; em seguida, identifique-se, por favor, porque é preciso para a nossa taquígrafia registrar quem é e de qual entidade é o destaque. O Paulo apenas fará a leitura. Ao final de cada item, se houver algum destaque, levantem a mão. Vamos assinalar, para ficar mais fácil e mais rápido, que há destaque. No final da leitura, as pessoas vão ao microfone e fazem a defesa.

Um participante - Acho que temos de tentar agilizar. Se a pessoa não declinar o nome, depois não saberão quem pediu o destaque. Como é que vai fazer a defesa? Acho que tem de declinar o nome.

O Sr. Presidente - De acordo. Levantem a mão e declinem o nome.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - 2 - Redimensionamento das unidades de saúde, buscando também a intersetorialização das ações de políticas públicas. Algum destaque? Destaque de Maria Hilda de Carvalho.

3 - Melhoria da acolhida aos usuários tanto na abordagem oral quanto nas intervenções operacionais de saúde pública. Sem destaque.

4 - Criação de espaços comunitários que proporcionem lazer, cultura, arte, orientação psicossocial. Destaque.

5 - Diálogo com as comunidades para criar espaços que atendam às suas necessidades. Sem destaque.

6 - Ampliação do conceito de violência e saúde: tudo o que coloca em risco o bem-estar físico, mental e social e impossibilita a inserção social do cidadão. Sem destaque.

7 - Compreensão do tratamento de saúde como um trabalho multidisciplinar que se realiza em equipe. Sem destaque.

8 - Mudança da forma tradicional de tratar a doença (que gera violência, pois é centrada na recuperação do doente) para um modelo de promoção da saúde e da prevenção. Destaque.

9 - Desburocratização e descentralização da gestão do SUS, com a redução de normas e portarias do Ministério da Saúde. Destaque.

10 - Atualização dos códigos de ética profissionais. Destaque.

11 - Incentivo às ações integradas entre os níveis municipal, estadual e federal, evitando a verticalização dos programas e das campanhas do

Governo Federal, que têm sua atuação limitada no tempo e no espaço. Sem destaque.

12 - Incentivo ao controle social nas três esferas de governo, salientando o caráter propositivo fiscalizador e avaliador dos conselhos de saúde. Destaque.

13 - Integração dos conselhos de saúde com os demais conselhos das áreas sociais. Destaque.

14 - Exigência de cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, nas três esferas de Governo. Sem destaque.

15 - Humanização do tratamento dispensado aos pacientes. Destaques: Hilda e Marquinho.

16 - Integração das diversas Secretarias de Estado, com vistas à busca de soluções compartilhadas. Sem destaque.

17 - Combate à violência institucional promovida pelos próprios serviços de saúde, que estão centrados no processo patológico e não levam em consideração as condições de vida do paciente. Destaque: Marquinho.

18 - Combate à tendência à medicação excessiva, à utilização de equipamentos tecnológicos e à hospitalização. Destaques: Garcia, Roges, Joana e Arruda.

19 - Criação de formas legais para identificar se o paciente está alcoolizado ou drogado, pois esses casos representam 50% dos atendimentos devidos à violência. Destaques: Geraldo, José Garcia, Roges.

20 - Promoção de sindicâncias e auditorias para aferir a qualidade do atendimento nos hospitais. Destaques: Hilda, Arruda e André.

21 - Combate a toda discriminação de raça e gênero. Destaque: Hilda.

22 - Estabelecimento de uma política de assistência integral aos portadores de deficiência em decorrência de acidentes de trânsito e acidentes de trabalho. Sem destaque.

23 - Criação de centros de convivência de apoio às famílias, que atendam a todas as faixas etárias (crianças, adolescentes, idosos). Destaques: Hilda e Jorge.

24 - Democratização da administração dos hospitais. Destaque: Jovino.

25 - Combate à truculência policial. Destaques: Marquinho, Almir e Kika.

26 - Apoio às famílias dos encarcerados. Destaques: Jovina, Joana, Eustáquio e Gicélio.

27 - Combate à demora no atendimento às vítimas de violência, porque o descaso com o paciente é outra forma de violência. Destaques: Kika, Terezinha e Gicélio.

A Mesa está detectando que está havendo destaques das propostas anteriores.

O Sr. Guido Pereira da Silva - Sugiro que a Mesa solicite às pessoas que estão fazendo destaque que já formulem a sua questão.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - O companheiro está sugerindo que as pessoas já façam a proposta de supressão, de adendo ou de substituição do texto para a Comissão, que irá recebê-la para a sistematização dos trabalhos.

A Sra. Kika - Quando há mais de um destaque no mesmo item, é importante que as pessoas se manifestem. Depois, se houver consenso, elas irão se reunir para formatar um texto. Por isso, é interessante ouvir os companheiros e saber se foi ou não contemplado para depois fazer o adendo.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Mas se todos já fizerem a sua proposta, a própria Mesa vai detectar e dizer às pessoas que fizeram destaque que todas as redações são parecidas, que não há contradições de conteúdo, que há somente uma modificação de texto.

A Sra. Kika - Correto. Só estou dizendo que há necessidade de as pessoas se manifestarem.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - 28. Melhoria do acolhimento nas unidades de saúde. Geraldo Vasconcelos.

O Sr. Laerte Santos de Oliveira Brasil - Sou Presidente da Confederação Nacional da Classe dos Atletas e Trabalhadores das Instituições Esportivas. Se há destaque em algum item, as pessoas devem levar por escrito, para que a Mesa coloque para o Plenário deliberar ou não sobre a proposta. Obrigado.

O Presidente - A Mesa vai conduzir os destaques segundo a orientação do companheiro Laerte.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - 29. Melhoria do equipamento das ambulâncias, bem como descentralização do atendimento de alto custo. Marquinhos, Joana e Hilda.

30 - Emprego correto dos impostos, como IPVA, na recuperação das estradas. Marquinhos e Joana.

31 - Formulação e implementação da Norma Operacional de Recursos Humanos do SUS, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde. Sem destaque.

- 32 - Implementação de política contra transgênicos e agrotóxicos. Marquinhos, Hilda, Joana e Geraldo.
- 33 - Definição de fóruns de discussão sobre a dívida externa e incentivo a um novo modelo de financiamento de políticas públicas. Destaque.
- 34 - Combate à ambulancioterapia e desativação dos hospitais com menos de 50 leitos. Destaque.
- 35 - Implementação de políticas de criação de empregos e geração de renda. Sem destaque.
- 36 - Implementação de políticas de saúde do trabalhador. Sem destaque.
- 37 - Incentivo à realização de concursos públicos, evitando-se a precarização dos contratos de trabalho. Sem destaque.
- 38 - Educação continuada dos profissionais de saúde. Destaque.
- 39 - Redimensionamento dos recursos humanos do SUS. Sem destaque.
- 40 - Aumento da oferta de cirurgias eletivas. Sem destaque.
- 41 - Implementação de uma política pública de segurança para alcançar uma política de segurança pública com efetivo controle social sobre ela. Destaque.
- 42 - Criação de mecanismos que facilitem o acesso a uma política de assistência farmacêutica e de medicamentos do SUS. Destaque.
- 43 - Resgate do conceito constitucional de seguridade social. Destaque.
- 44 - Uso de indicadores para avaliar os impactos das políticas de saúde das três esferas do governo, bem como o planejamento das ações de saúde. Destaque.
- 45 - Inclusão da área financeira no conceito e na prática da intersetorialidade de políticas públicas. Destaque.
- 46 - Efetivação do controle social também na área financeira dos três níveis de governo. Destaque: Jorge.
- 47 - Estabelecimento de uma política efetiva de prevenção de acidentes domésticos. Destaque.
- 48 - Promoção do intercâmbio de informações sobre violência cometida contra crianças e de experiências no combate a ela. Destaque.
- 49 - Promoção do intercâmbio de informações sobre violência no trânsito e de experiências no combate a ela Destaque.

Grupo I

- 50 - Promoção da atenção psicossocial às mulheres vítimas de violência. Destaques: Ilda, Kika, Paulete e Arnaldo.
- 51 - Inversão da lógica atendimento-medicação. Destaque: Roges.
- 52 - Criação de mecanismos legais normativos que amparem a obrigatoriedade de notificação compulsória de violência, sobretudo as cometidas contra crianças e adolescentes. Destaque: Ilda.
- 53- Discussão da violência no ambiente de trabalho. Sem destaque.
- 54 - Ampliação da cobertura do projeto para redução de mortalidade no trânsito, com medidas educativas. Destaques: Ilda, Jorge, Joana.

Terezinha pede destaque na 52?

Por manifestação da platéia já tínhamos encaminhado que não voltaríamos às passadas. Perfeito, Terezinha?

Já estamos na 54, Jovina. Não podemos voltar à 53. Acabamos de tirar o destaque da Terezinha.

A Sra. Kika - Se é uma plenária, estamos tentando ser democráticos. Às vezes acontece de a pessoa comer bola. Acho incorreto. Gostaria de ser respeitada, porque tenho o direito de falar. Quero expressar minha opinião. Algumas companheiras que atuam em determinadas áreas, por um motivo ou outro, não estão acostumadas a acompanhar esse tipo de trabalho. Às vezes comemos bola, sim. É direito de qualquer cidadão pedir aparte e retornar a um ponto que lhe diz respeito.

O Sr. Presidente - Reconheço esses problemas, mas temos quatro relatórios, dezenas de destaques e tempo limitado. Se houver falha, se alguém comer bola, não retornaremos. Do contrário não conseguiremos finalizar os trabalhos. Todos os destaques serão contemplados.

Gostaria de solicitar aos que estão fazendo destaques que elaborem a proposição, porque seremos rigorosos nos encaminhamentos. Vamos cumprir o regulamento estabelecido.

Vou pedir paciência às pessoas. Sei que pode haver erros, mas pagaremos por eles se os cometermos agora.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Destaque 54. Jorge, Terezinha, Joana e Laerte.

Destaque 55 - Permissão para a entrada dos familiares nos hospitais em horário livre, de forma a humanizar o atendimento desse serviço de saúde. Jorge, Joana, André, Kika.

Destaque 56 - Implantação de banheiros públicos no centros das grandes cidades. Kika, Hilda, Marquinhos.

Destaque 57 - Divulgação dos aspectos básicos da política nacional para redução de morbimortalidade por acidentes e violências contra crianças e adolescentes, em especial. Silene, Kika.

O Sr. Presidente - Obrigado, Paulo. Convido agora a Elza Lobo, do Grupo II, para apresentar o seu relatório. Há uma questão de ordem.

O Sr. Guido Pereira da Silva - Quero destacar todos os artigos do Grupo II, porque muita coisa não foi colocada. E há algumas coisas aqui que não poderiam estar colocadas.

O Sr. Presidente - Encaminhe à Mesa a proposta depois.

O Sr. Guido Pereira da Silva - A proposta que será feita à Mesa é que se passe para o Grupo III, que vamos acertar o Grupo II.

O Sr. Presidente - Gostaria que o senhor encaminhasse à Mesa proposta sobre o Grupo II. Vamos ter um tempo, até o final da apresentação dos Grupos III e IV, para que depois ela possa ser encaminhada. Há muita coisa que não está resolvida mesmo.

O Sr. André - A questão do Grupo II é que a síntese da apresentação dos convidados a palestrar foi mantida como proposta do grupo, não houve discussão. E houve uma discriminação na questão das propostas apresentadas pela plenária, porque está escrito como proposta da população. Se aqui é um seminário, todos são seminaristas ou estão inseridos nesse contexto. É por isso que o companheiro está pedindo destaque para todo o grupo. Acho que talvez tenha saído prejudicado o trabalho desse grupo.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Tivemos uma reunião da relatoria, e a preocupação era que captássemos todas as propostas, independentemente de serem polêmicas ou não. Fizemos isso no Grupo I. A proposta que podemos fazer é que seja destacado em Plenário, discutido e suprida a polêmica.

O Sr. André - Se não houve discussão de nenhuma proposta, acho que todas deveriam ser mantidas. Se algumas foram excluídas ou se foram incluídas algumas em detrimento de outras, deveria ter havido a discussão.

O Sr. Presidente - Vocês poderiam se reunir com a assessoria, com o Juscelino, e fazer uma avaliação do que foi encaminhado para nós. O encaminhamento inicial era colocarmos, para apreciação da plenária, todas as proposições, mesmo sem votação, o que é um problema.

Em vista de propostas muito polêmicas combatidas por muitos dos companheiros que estão aqui, o encaminhamento mudou. Faremos votação das proposições para que não haja um encaminhamento sem manifestação do Plenário, ou seja, encaminhar todas as proposições seria admitir a não-manifestação do Plenário e as contradições. Então, gostaria que você se reunisse com o pessoal da nossa consultoria e o Grupo II para vermos como faremos esse encaminhamento. Enquanto isso, apresentaremos aqui as propostas do Grupo III. Fica bom assim? Então, seria falar com o André, com o Grupo II. Vamos ouvir a Elza, do Grupo II.

O Sr. Guido Pereira da Silva - Só quero dar um exemplo de como estou preocupado. Pedi "colocação de criança na creche aos 2 anos de idade". Isso não foi posto e é uma questão importantíssima. Uma criança só pode ser alfabetizada aos 5 anos de idade se ela passar por uma creche aos 2 anos de idade. Se for colocar alfabetização aos 5 anos, ela não consegue passar. Isso é importante e não pode ser retirado.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Só uma questão. Jorge: acho que há, sim, essa preocupação com as propostas que não foram postas. Se há polêmica nas que serão lidas, não há problema, é só destacar que discutiremos uma por uma. O que podemos pedir como acordo final seria o seguinte: passem para a Mesa o que faltou que será lido no final. Lemos as propostas do grupos, destacamos para a melhor redação, para a supressão, para tudo. Depois, fazemos um adendo ao que faltou.

O Sr. Jorge Ramos - A proposta do Deputado é coerente. Mesmo porque, como foi proposto pela companheira, teremos que escrever os destaques. Gostaria de sugerir o seguinte: que vocês dessem um tempo, ao final dos trabalhos, até o 4, um tempo de 15 minutos, o Grupo II se reúne em um cantinho do Plenário, tenta ver o que dá para apresentar. Enquanto isso, temos tempo também para formular as propostas por escrito, porque não estou em condições de acompanhar os trabalhos e de escrever.

O Sr. Presidente - Daremos o tempo. Vamos ouvir a Elza Lobo, com as suas considerações iniciais.

A Sra. Elza Lobo - Só queria esclarecer ao Plenário que não é deixar de estar contemplando tudo o que veio para a Mesa. Na hora da digitação, houve um atropelo. Da 58 até a 63, há um preâmbulo dos aspectos que foram abordados pelos expositores. Tudo da plenária e das pessoas veio por escrito. Isso foi digitado na seqüência, item por item. Então, isso está aqui. Queríamos que não invalidássemos um trabalho que foi até às 11 horas da noite. A equipe ficou juntando o que era o preâmbulo, o que era a fala dos dois expositores e a contribuição que veio dos trabalhos de grupo. Esta foi incorporada na íntegra. Talvez tenha escapado um ponto, mas a folhinha verde que você deu, duas folhas, foi todinha colocada. Estão aqui as sugestões que vieram do representante de Santa Luzia, do grupo da D. Terezinha. Na hora em que isso foi digitado, pode ter escapado alguma coisa. Acho que podíamos ler o que está aqui na íntegra, e, depois, as pessoas dizem o que está faltando. Se houver necessidade, depois, nos reunimos e ajustamos isso, para não tumultuar agora os trabalhos aqui. Do contrário, quem sair perderá a seqüência. Estamos em todos os quatro grupos.

O Sr. Guido Pereira da Silva - Entendo perfeitamente a justificativa da D. Elza, mas preocupa-me o fato de serem estas questões importantíssimas, que não podem ficar de fora. Concordo que seja passada ao Grupo II, contanto que a Mesa nos dê a chance de proceder às devidas correções. Peço, aliás, a supressão da expressão "proposta do público". Não existe "proposta do público", é "proposta do grupo".

A Sra. Elza Lobo - Esclareço que o que ocorreu foi erro de digitação, já que daqui saímos à meia-noite. Vamos proceder às correções.

O Sr. Presidente - Agradeço a sua participação. Solicitamos à Sra. Elza Lobo que apresente seu relatório. Os que desejarem fazer destaques sobre cada um dos itens vão se manifestar como o fizeram no relatório anterior. Aqueles que desejarem fazer acréscimos poderão fazê-los ao final da apresentação do relatório, sem prejuízo de nenhuma proposição que tenha sido discutida ou de proposição nova. Com a palavra, Elza Lobo, para a apresentação do Relatório nº 2.

A Sra. Elza Lobo - O Grupo II trabalhou o tema "Violência e Desenvolvimento Urbano", foi coordenado pelo Deputado José Augusto, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Foram expositores Rosalva Portela, Gerente de Regulação Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte, e o Cel. Edson Ribeiro do Carmo, Secretário da Segurança Pública do Estado do Espírito Santo. Fui a relatora e sou Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde do Estado de São Paulo.

Na apresentação dos expositores, foram enfocados aspectos que se iniciam no nº 58. O nº 58, inclusive, foi digitado incorretamente, está incompreensível da forma como está colocado. O correto seria: "Utilização da epidemiologia social para equacionar os problemas de violência decorrentes da falta de políticas públicas das grandes metrópoles". Desta forma, vocês entenderão que houve atropelo na redação.

O Sr. Guido Pereira da Silva - Solicito ao dono da questão nº 58 que nos informe qual a sua idéia que, realmente, está confusa.

O Sr. Presidente - Gostaria que a manifestação do Plenário fosse em relação a destaques; aqueles que quiserem, depois, discutir os itens terão essa oportunidade após a apresentação do relatório. A Elza já apresentou, como seu destaque, a correção do item nº 58.

Pergunto ao Plenário se há alguém que queira fazer destaque do item 58. (- Pausa.) Então, fica o destaque da Elza.

A Sra. Elza Lobo - Este é um destaque meu, relativo à fala do Deputado José Augusto, que utilizou a metodologia da epidemiologia social, o que, ontem, a Profª Cecília Minayo apresentou, quando vimos o número de mortes, como vamos trabalhar, em nossas cidades, os problemas decorrentes dessa violência.

Como relatora, tenho de respeitar o que foi falado por um dos expositores. É um destaque meu, que coloco com esta redação.

O Sr. Presidente - Solicito à relatora do grupo, bem como aos espectadores do Plenário, que os comentários a respeito dos itens fosse deixado para o momento oportuno, que é o encaminhamento da votação, para conseguirmos resolver o problema.

A Sra. Terezinha dos Santos - Deputado Adelmo, peço destaque para todas as propostas do grupo, porque não fomos contemplados como foi discutido.

O Sr. Presidente - Destaque um por um. Elza, por favor.

O Sr. Laerte Santos de Oliveira Brasil - Sr. Presidente, com relação a essas pessoas que estão pedindo destaque em todos os grupos, o Plenário é deliberativo. Coloque em votação, para o Plenário aprovar se vai deliberar ou não.

O Sr. Presidente - Laerte, destaque é um direito de cada um dos componentes deste Plenário.

O Sr. Laerte Santos de Oliveira Brasil - Mas o Plenário é deliberativo. Coloque em votação. Quem for favorável que levante o crachá.

O Sr. Presidente - No momento de discutir os destaques, o Plenário poderá se manifestar.

Vou consultar o Plenário sobre o seguinte: considerando que há uma solicitação de destaque de todos os itens do Grupo II, há necessidade de se fazer a leitura de cada um dos itens ou podemos encerrar e passar para o Grupo III? Coloco em votação. Os componentes desta plenária que estiverem de acordo com...

A Sra. Kika Silva - Com licença. O Grupo II está tendo problemas. Os participantes dos outros grupos gostariam de tomar conhecimento do que aconteceu.

O Sr. Presidente - Vou consultar o Plenário.

A Sra. Kika Silva - Mas o senhor está conduzindo diretamente para a votação. Eu gostaria de fazer uma defesa e preciso saber dos demais itens.

O Sr. Presidente - OK. Mesmo assim, vou fazer a consulta do Plenário, que é soberano. Não sou eu que determino. Quem estiver de acordo com a leitura de cada um dos itens que compõem o relatório do Grupo II levante a mão ou o crachá. (- Pausa.) Mantenham as mãos levantadas para a contagem. Os que dispensam a leitura dos itens que compõem o relatório do Grupo II queiram se manifestar, por favor. (- Pausa.) O Plenário está bastante dividido. Temos de fazer a contagem dos votos. Vamos contá-los. Vou renovar a votação e colocar em votação a primeira proposta, que é de leitura dos itens que compõem o relatório do Grupo II. Os participantes que desejam ouvir a leitura por inteiro do relatório que se manifestem levantando a mão. (- Pausa.)

Os componentes da plenária que entendem que a leitura do relatório do Grupo II pode ser dispensada neste momento queiram se manifestar. (- Pausa.)

A solicitação da leitura dos itens que compõem o relatório do Grupo II teve 36 votos.

O Sr. Jorge - Não teve, Sr. Presidente. Contei pessoalmente 25 votos. Tivemos 33 votos. Com todo o respeito, Deputado, não teve 36 votos.

O Sr. Presidente - Vou anunciar o resultado encaminhado à Mesa. A contagem não foi feita por mim, as mãos não foram levantadas por mim. Estou anunciando um resultado contado por pessoas sérias desta Casa. Não admito, definitivamente, neste Plenário, acusação contra este Deputado ou contra os companheiros responsáveis pela contagem. Podemos até fazer encaminhamentos diferentes, mas esse tipo de acusação é absolutamente inaceitável. Se quisermos apresentar algo sério à sociedade de Minas, temos de ter comportamento respeitoso dentro deste Plenário. Vou conduzir até o final este processo, respeitando a contagem feita por pessoas que poderão ser também designadas pelo Plenário. A contagem que foi trazida à Mesa foi da votação para que os itens fossem apresentados à plenária, que não é prejuízo nenhum. Depois da votação, não fiz encaminhamento contrário nem a favor. Entendo que isso é vantajoso para o Plenário, porque os destaques serão feitos, item por item, por todos.

Caso tivesse acolhido a votação inicial, e vocês tivessem vencido - os companheiros que apresentaram a situação do encaminhamento -, teríamos de acolher dois nomes que fizeram destaques, o que causaria prejuízo para o Plenário. Acho que agora poderemos tratar dessa questão com muita fraternidade. Acho que vai ajudá-los fazer destaques, item por item. O resultado da votação que nos foi apresentada, a

votação de apresentação dos itens, um a um, no relatório 2, foi de 36 votos, contra 31 daqueles que propuseram a supressão do relatório.

Com a palavra, Elza Lobo, para que continue apresentando.

Aqueles que quiserem fazer destaques poderão levantar a mão. Vamos continuar como antes.

Gostaria de insistir que aqueles que quiserem fazer uso do microfone, mesmo aqueles que já se tenham inscrito, mas não tenham sido citados, digam o nome, para efeito de gravação e para facilitar o trabalho dos taquígrafos.

Para encaminhar, com a palavra, o Jaime.

O Sr. Jaime - Meu nome é Jaime. Trabalho na Câmara dos Deputados e participei da organização do Seminário Nacional da Violência, que realizamos em Brasília. Tenho uma preocupação. São 10h40min, e ainda temos três relatórios a ser lidos e destacados e a discussão dos destaques. Muita gente tem viagem marcada para hoje e outros compromissos, porque o seminário tinha um tempo, e não foi dito que ele ocuparia o dia inteiro. Assim, corremos o risco de, ao final, ter uma plenária esvaziada discutindo destaques.

Então, proponho que seja feita a leitura tranqüila dos relatórios que ainda restam e que cada um possa fazer destaques, mas, na discussão posterior dos destaques, talvez, formar uma comissão de sistematização. As pessoas levariam para essa comissão o destaque por escrito, e seria feita uma triagem, trazendo para discussão os destaques que divergissem no mesmo ponto. Se formos discutir os destaques um por um, não sairemos daqui nem na parte da tarde. Talvez tenhamos de ficar noite adentro para discutir destaque por destaque. Não sei se já está funcionando uma comissão de sistematização para os destaques que estão sendo levados à Mesa. Cada um poderia escrever o que estiver sendo destacado para agilizar os trabalhos. Isso não é antidemocrático. É apenas para agilizar o processo. Só seriam trazidos ao Plenário os destaques que porventura fossem divergentes naquele ponto. O que não tiver divergência pode ir para a comissão de sistematização.

Quero lembrar que acontecerão outros seminários regionais em outras regiões do País, será constituída uma comissão nacional, que redigirá um documento final, apreciará todo esse processo e fará um documento único. Este aqui é o primeiro processo. Depois, teremos outros. Então, meu encaminhamento é este: uma comissão de sistematização.

O Sr. Presidente - Eu lhe agradeço, Jaime, mas quero dizer que, após a apresentação dos grupos e a análise das proposições, faremos esse encaminhamento para a manifestação do Plenário.

Com a palavra, a Sra. Elza Lobo, para continuar a apresentação do relatório do Grupo II.

A Sra. Elza Lobo - Então, já fiz o destaque do item 58.

59 - Necessidade de diferenciar mecanismos de controle social, reconhecendo que grandes aglomerados favorecem a violência. A urbanização como caráter civilizatório pressupõe a existência de valores. Destaques? (- Pausa.)

O Sr. Presidente - Alguém, além dos dois presentes que já destacaram todos os itens, destaca o item 59? (- Pausa.) OK. O próximo.

A Sra. Elza Lobo - 60 - Contextualização da violência e do termo marginalidade em que a sociedade dita normal se contrapõe às faixas menos favorecidas, não reconhecendo nelas as diversas manifestações populares, que são marginalizadas e entendidas como banditismo (hip-hop, funk, grafite).

O Sr. Presidente - Dilma, André, Garcia. Próximo.

A Sra. Elza Lobo - 61 - Resgate do exercício dos papéis das diferentes instituições e entidades (pólicia, educação, cultura) por meio de publicidade, consolidação dos diferenciais e paradigmas claros. O Estado é a parte exemplar da sociedade tanto do ponto de vista moral e ético quanto do ponto de vista metodológico.

O Sr. Presidente - Destaque para Hilda. Alguém mais? (- Pausa.) Agregar aos que já pediram destaque a Maria Hilda.

A Sra. Elza Lobo - 62 - Quebra do ciclo da violência com mudança de mentalidade. "Violência gera violência". Há possibilidade de mudanças, há necessidade de um sistema participativo de decisões de diferentes setores da vida urbana. É preciso quebrar posturas rígidas, é preciso ter respeito pelos diferentes, revisar os caminhos, transformando círculos viciosos em círculos virtuosos: escolher e melhorar rotas e rever caminhos; ser parte das soluções, anunciar políticas urbanas que possam ser mais eficazes, como a política de seguridade urbana (direito de ir e vir, direito dos pedestres); o acesso ao que a cidade oferece; soluções de espaços para os conglomerados (locais de encontro, espaços de lazer); apropriação de espaço público (relação com o patrimônio, com a memória); significado da coisa pública, como herança que nos deixaram e que devemos repassar; urbanização das favelas.

O Sr. Presidente - Destaque para Joana, Kika, Hilda e Geraldo. Obrigado. Próximo.

A Sra. Elza Lobo - 63 - Investimentos maciços na reformulação da segurança pública e no sistema penitenciário de todo o País: unificação da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e DETRAN num comando único, sob a direção do Secretário da Segurança Pública; formação profissional integrada; modernização tecnológica; integração e universalização de ações e medidas para os projetos integrados; alteração no sistema de policiamento de ruas; criação de sistema integrado de informações; inteligência policial. Os resultados serão diminuição dos assaltos a Bancos, diminuição das fugas e maior utilização do Disque Denúncia.

O Sr. Presidente - Destaque para Kika, Joana, Teodorico e Geraldo.

A Sra. Elza Lobo - Até aqui, foram as contribuições dos expositores. Agora, vamos tirar propostas do público, as que vieram ao grupo.

Propostas do público: 64 - Campanha nacional pela regularização urgente dos assentamentos populares, acompanhados de políticas urbanas que estimulem a organização e a participação das comunidades, considerando os postulados básicos do Estatuto da Cidade, quais sejam o direito à cidadania; a função social da propriedade; a gestão democrática do Estado.

O Sr. Presidente - Para destaque, Garcia e Hilda.

A Sra. Elza Lobo - 65 - Socialização e ressocialização dos presidiários, a fim de conter a reincidência criminal.

O Sr. Presidente - Destaque para Carmem, Dicélio, Denilson, Jaqueline e Kika. Obrigado.

A Sra. Elza Lobo - 66 - Levantamento, pelo Estado, da situação dos hospitais-colônia e devolução de suas áreas invadidas. Sem destaque.

67 - Divulgação do caráter constitucional do Estatuto da Cidade. Sem destaque.

68 - Questionamento da Lei de Responsabilidade Fiscal e não-priorização do pagamento dos juros da dívida do País. Sem destaque.

69 - Acompanhamento da execução orçamentária do Governo Federal e priorização da transferência voluntária de recursos. Sem destaque.

70 - Desenvolvimento de trabalho junto à sociedade para a não-formação de guetos, sanatórios e penitenciárias. Sem destaque.

71 - Mudança da Lei Penal, fixando para 16 anos a responsabilidade criminal. Destaque.

72 - Reunião do Exército, da Marinha e da Aeronáutica no combate à violência. Destaque.

73 - Obrigatoriedade do serviço militar a partir dos 16 anos de idade. Destaque.

74 - Criação de cursos profissionalizantes gratuitos. Destaque.

75 - Início da alfabetização, pelo Estado, aos 5 anos. Destaque.

76 - Cobrança das empresas privatizadas de compromisso com o social. Sem destaque.

77 - Salário mínimo, 13º salário, FGTS e férias na zona rural. Sem destaque.

78 - Escola pública de 1º e 2º graus na zona rural. Destaque.

79 - Direito de voto para preso albergado. Destaque.

80 - Extinção das ONGs internacionais que interferem na política brasileira. Destaques: Arnaldo, Almir, Denilson, Márcio, Roges, Garcia, Joana, Kika, Jacqueline.

81 - Liberação de rádios comunitárias para todos os bairros. Sem destaque.

82 - Profissionalização do detento não apenas em artesanato. Destaques: Carmem, Jovina, Jacqueline.

83 - Reabertura do financiamento para saneamento básico e moradias para famílias que ganhem até três salários. Destaques: Garcia, Arruda e Geraldo.

Está terminado o Grupo II.

O Sr. Garcia - Questão de ordem.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Garcia.

O Sr. Garcia - Sugiro que a Mesa pergunte ao Plenário se se deveriam discutir esses dois tópicos. Depois, então, entraríamos na outra discussão, senão não vamos discutir uma experiência que tivemos na questão da educação. Demoramos cinco dias para discutir a educação, e ainda não terminou.

O Sr. Presidente - Reconheço sua preocupação com a importância do tema, mas todos os outros temas são igualmente importantes. E, para garantirmos o esforço de cada um que participa desta plenária, não acatamos esse tipo de encaminhamento, que causaria prejuízo aos demais temas.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, agradeço ao Sr. Edson Ribeiro do Carmo, Secretário da Segurança Pública, por sua contribuição e participação nos debates. Anuncio à plenária que, em razão de viagem já marcada, solicita licença para se retirar.

Com a palavra, para apresentar os relatos do Grupo III, a consultora Maria Elizabeth Gontijo, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

A Sra. Maria Elizabeth Gontijo - O Grupo III tratou da violência e da educação. Seu coordenador foi o Deputado Adelmo Carneiro Leão, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Os expositores foram Roseli Fischermann, professora de pós-graduação da Universidade do Estado de São Paulo - USP -; Rosana Maria Corrêa, membro do Fórum Sociedade Inclusiva PUC Minas; Dilma Cupti, membro do Programa de Saúde do Adolescente da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; Maria das Graças Serrano, membro da Coordenação Estadual do Programa de Redução Morbimortalidade por Acidente de Trânsito do Espírito Santo. As relatoras foram Maria Aparecida Calasense, membro do Conselho Estadual de Saúde do Espírito Santo, e Maria das Graças Serrano, membro da Coordenação Estadual do Programa de Redução Morbimortalidade por Acidente de Trânsito do Espírito Santo.

Atuei como auxiliar na relatoria. Como as duas relatoras tiveram de viajar hoje, pediram-me que fizesse esse relato.

Na análise da violência urbana, o Grupo III concluiu o seguinte: "Ninguém nasce violento". A violência é inaceitável. Todos somos autores e

vítimas da violência. A educação não consegue isoladamente solucionar o problema da violência no País.

A educação fornece elementos para a reflexão, favorece a capacidade de argumentação, desenvolve a capacidade crítica, auxilia a pessoa a se tornar assertiva e desenvolve a capacidade de escuta, ou seja, melhora as relações interpessoais na solução dos conflitos. Deve-se acreditar no potencial do jovem, mesmo quando ele aparenta ser violento.

A educação não é sinônimo de escola, na verdade, a escola é uma das formas como a educação se dá. Ainda assim, a escola é um espaço privilegiado. A família e a criança valorizam o espaço escolar.

A escola está envolvida na questão da violência sob três aspectos: na violência que ela sofre, na violência que ela partilha e na violência que ela produz. As condições de trabalho de professores, a depredação de prédios, o envolvimento de alunos com drogas, entre outras, são formas de violência sofridas pela escola. Quando reproduz a discriminação da mulher, do negro, do índio e de outras minorias e quando é obrigada a legitimar o crime, a escola partilha da violência. Por fim, quando não está levando o cidadão à reflexão, quando não ajuda a formar consciência crítica, a escola produz violência.

Não há consenso sobre o papel da escola na construção do país que almejamos. É necessário que a sociedade defina se quer uma educação voltada para o mercado de trabalho ou para a formação do cidadão.

Para que a escola seja efetivamente inclusiva, faz-se necessária a qualificação do professor para lidar com a diversidade de alunos. Crianças vítimas de violência, alcoolismo, negros, índios, adolescentes grávidas, pobreza extrema, entre outros, são aspectos que não podem ser desconsiderados.

Quando a criança chega à escola, já sofreu diversos tipos de violência, motivo pelo qual a educação deve ser uma política social ampla, abrangente, sistêmica, que dê garantias ao indivíduo a partir do nascimento. A educação infantil é, portanto, um direito da criança, independentemente de a mãe trabalhar ou não.

As equipes de saúde da família lidam com conflitos sociais diversos no território, ultrapassando os limites da saúde.

Propostas

84 - Fortalecimento da participação juvenil nas decisões internas da escola, por meio de grêmios e outras associações.

O Sr. Presidente - Destaque: Maria Hilda e Guido Pereira da Silva.

A Sra. Maria Elizabeth Gontijo - 85. Universalização da educação infantil em horário integral, com atendimento específico para cada faixa etária e indicador de cobertura para avaliação.

O Sr. Presidente - Destaque: Maria Hilda.

A Sra. Maria Elizabeth Gontijo - 86. Ampliação de programas que complementem a carga horária, como esporte, lazer, teatro, entre outros.

O Sr. Presidente - Destaque: Adélia.

A Sra. Maria Elizabeth Gontijo - 87. Desenvolvimento de programas junto às famílias dos alunos e capacitação dos profissionais para lidar com essas famílias.

O Sr. Presidente - Destaque: Maria Hilda e Adélia.

A Sra. Maria Elizabeth Gontijo - Há uma pequena correção na Proposta nº 88. Vocês poderiam complementá-la, por favor?

88 - Investimento na formação das equipes profissionais que atuam na escola em questões relacionadas com as diversidades social e cultural e com o respeito aos direitos humanos. Sem destaque.

89 - Instituição de fichas de notificação de maus-tratos para dar ciência ao Conselho Tutelar dos abusos e violência sofridos pela criança. Destaques: Fernanda, Maria Hilda, Dilma e Teodorico.

90 - Desenvolvimento de ações educativas voltadas para o respeito à diversidade, à paz e aos direitos humanos e divulgação dos direitos do cidadão, em especial da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Defesa do Consumidor. Destaques: Maria Goreth e Maria Hilda.

91 - Inserção, na escola, da discussão sobre as informações veiculadas pela mídia e sobre o seu papel na formação do jovem, com o envolvimento de pais e alunos. Destaques: Maria Hilda.

92 - Transformação do ato de aprender em uma atividade que proporcione prazer, que dê satisfação pessoal ao aluno. Destaques: Iara, Dilma, Maria Hilda, Geraldo e Adélia.

93 - Reformulação curricular dos cursos das áreas de saúde, educação e assistência social, de forma a capacitar esses profissionais para o atendimento das demandas sociais. Sem destaque.

94 - Incentivo financeiro diferenciado para as equipes de saúde da família que atuam em regiões metropolitanas. Destaques: Marquinhos, Maria Hilda, Joana e Cristiane.

Esse é o relatório do Grupo III.

O Sr. Presidente - Obrigado. Gostaria de convidar o Deputado Edson Rezende, também autor do requerimento que deu origem a este seminário, a participar conosco da Mesa.

Esclareço aos participantes que a inclusão de propostas será feita ao final, quando da discussão dos destaques. Garcia e André estão inscritos para a apresentação de propostas. Jaqueline também gostaria de se inscrever?

A Sra. Jaqueline - Não se trata de inclusão de propostas, mas de uma observação quanto à redação da Proposta nº 88. Em minha folha está "Investimento na formação da equipe profissional nas questões relacionadas à diversidade social e cultural e ao respeito aos direitos humanos". Parece-me que, na leitura feita, a redação envolvia profissionais da área de educação.

A Sra. Maria Elizabeth Gontijo - Sim; foi feita uma correção, pois a proposta se refere à equipe que trabalha na escola. Você poderia fazer essa alteração na sua folha, por favor.

A Sra. Kika - Ainda se pode apresentar destaque a essa proposta?

O Sr. Presidente - O que foi apresentado agora, Kika, foi uma correção ao texto. A fase de pedido de destaques encerrou-se com o fim da apresentação do relatório.

Com a palavra, a representante do Grupo IV, Eliana Gonçalves Rosa.

A Sra. Eliana Gonçalves Rosa - O Grupo IV ficou responsável pelo tema "A Sociedade Civil e a Violência"; o coordenador foi o Deputado Edson Resende, da Assembléia Legislativa.

Os expositores foram Luciana Guimarães, Coordenadora do Movimento Sou da Paz - SP; Adriana Botafogo, do Projeto Viva Rio, RJ; João Batista Moreira Pinto, Assessor de Ensino e Pesquisa da Fundação Direito e Cidadania de Minas Gerais; Frei José Diniz dos Reis, membro da Pastoral da Saúde da Arquidiocese de Vitória, ES.

Sou a relatora do Grupo IV, graduanda em Ciências Biológicas do Unicentro Izabela Hendrix.

Os expositores, a partir da experiência desenvolvida pelas entidades ou setores a que pertencem, enfatizaram os seguintes aspectos: importância da participação da sociedade civil no debate sobre a violência e de sua contribuição para o Estado, sugerindo formas de ação para inibir a violência e atuando na ressocialização do infrator; necessidade de a sociedade civil posicionar-se não apenas como beneficiária de políticas públicas, mas também como protagonista; importância das ONGs, que têm uma prática de respeitar muito a individualidade e, portanto, têm muito a ensinar no que diz respeito ao tratamento do infrator; tratamento das drogas como uma questão de saúde pública; importância de ações preventivas, não apenas curativas; condenação do problema da imunidade e da impunidade; importância de agir, de não se deixar imobilizar por fatores macroestruturais, que, em princípio, são impossíveis de modificar: há diversas frentes em que se pode atuar; consideração de que violência não se combate com violência: a violência na saúde - longas esperas por atendimento, descaso dos profissionais, mau atendimento nos serviços públicos - são fatores geradores de violência. O ser humano tem que ser tratado com dignidade.

Propostas

95 - Formulação de políticas públicas com a população, e não para a população. Sem destaques.

96 - Construção de políticas públicas voltadas para o lazer. Destaques.

97 - Criação de mecanismos que possibilitem à sociedade civil tornar-se a melhor parceira das medidas socioeducativas já definidas em lei pelo Estado. Destaques.

98 - Término das obras da BR -040, trecho que liga Juiz de Fora a Belo Horizonte, visando a evitar acidentes de trânsito. Destaques.

99 - Obrigatoriedade de instalação de "air bag" nos carros nacionais. Destaques.

100 - Promoção de debate público sobre trabalho do adolescente, distinguindo-o da exploração de mão-de-obra infantil. Destaques.

101 - Investimento na educação em todos os níveis, em especial na educação infantil. Destaque.

102 - Inclusão, no currículo do ensino fundamental, de temas e atitudes que valorizem a ética e as relações humanas. Destaque.

103 - Ampliação e instalação de equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer. Destaque.

104 - Promoção de pequenos seminários regionais em áreas com maiores índices de violência. Destaque.

105 - Garantia da presença de gestores públicos na discussão com a sociedade civil das questões relativas à segurança e à violência. Destaque.

106 - Avaliação do impacto dos atuais programas desenvolvidos pelo Governo e pela sociedade civil no combate e na prevenção da violência. Destaque.

107 - Criação de programas e políticas públicas que permitam tratar as pessoas envolvidas no processo de violência (no caso, os agressores) a partir de sua individualidade, de sua história pessoal, exigindo-se, portanto, a consideração de elementos psíquicos, sócio-econômicos e culturais que permitam ao indivíduo tornar-se sujeito de sua história. Destaque.

108 - Criação de um corpo jurídico para a prestação de assessoria e apoio à comunidade de homossexuais e transexuais, em caso de discriminação. Destaque.

109 - Criação de um programa de apoio e orientação a familiares de homossexuais e transexuais. Destaque.

110 - Criação de um centro de convivência, de lazer e de referência para homossexuais e transexuais. Sem destaques? O Roges pediu destaque em todas as propostas. Continuemos com a leitura, então.

A Sra. Kika - Só queria um esclarecimento desse grupo. Não sei o que fazer com as dúvidas que temos em relação a algumas propostas. Mesmo sendo chata, queria dizer que algumas coisas que estão colocadas, como a criação de programa de apoio a homossexuais e de centro de convivência - sabemos que o Brasil participou recentemente da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas - me dão a impressão de que, em vez de incluir os homossexuais, etc., estamos separando-os da sociedade. A Mesa me perdoe, mas parece que estamos "guetizando-os" mais uma vez. Não sei quem fez a proposta e queria entender um pouco como é isso.

O Sr. Presidente - Kika, no momento de discutir os destaques, você terá a oportunidade de fazer o debate com os companheiros e com as companheiras que participaram do grupo. Assim, terá um esclarecimento melhor. Vamos deixar para fazer a discussão no momento oportuno. Você pode pedir destaque de todos os itens em que tiver dúvida.

A Sra. Eliana Gonçalves Rosa - 111 - Garantia de que a orientação sexual não seja fator discriminatório ao acesso e à permanência no emprego. Destaque.

112 - Implementação de programas de comunicação e campanhas de combate à violência contra homossexuais e à discriminação pela orientação sexual. Destaque.

113 - Criação e manutenção de casas-abrigo para acolhimento de homossexuais em situação de risco de vida nas diferentes regiões do Estado. Destaque.

114 - Criação de delegacia especializada para registro de queixas de homossexuais vítimas de violência. Destaque.

115 - Estabelecimento de mecanismos para agilizar e antecipar a consolidação do plano para as minorias, divulgado pelo Presidente da República, no que diz respeito à Parceria Civil Registrada - PCR - e à adoção de crianças por casais do mesmo sexo. Destaque.

116 - Busca de meios que incentivam a implantação dos centros de referência de homossexuais nos municípios-pólo. Destaque.

117 - Proibição da adoção de crianças por homossexuais. Destaque.

118 - Realização de um encontro de conselhos estaduais e municipais, sob a coordenação das Assembléias Legislativas da Região Sudeste, conjuntamente com o Conselho Nacional de Saúde, para discutir o seu papel junto às bipartites e tripartites. Destaque.

119 - Exigência de cumprimento das leis que regulamentam o SUS, em conformidade com o disposto na Constituição Federal, no capítulo da Saúde. Sem destaque.

120 - Inclusão, no Código de Saúde, de um capítulo específico sobre violência. Destaque.

121 - Poder deliberativo dos Códigos de Saúde nas questões orçamentárias. Sem destaque.

122 - Criação de políticas públicas que atendam a sociedade, a começar pelo lazer e, principalmente, saúde mental, por meio de ação conjunta dos órgãos governamentais e da sociedade. Destaque.

123 - Maior mobilização e fiscalização no setor da educação, conscientizando e preparando alunos e professores para a prevenção da violência. Destaque.

124 - Respeito à autoridade dos pais sobre os filhos, limitando a intervenção do Conselho Tutelar apenas a casos de agressão física. Destaque.

125 - Modificação da lei, de forma a permitir que menores de 14 anos trabalhem com carteira assinada. Destaque.

126 - Criação de normas que proíbam a divulgação indiscriminada de músicas de conteúdo sensual. Destaque.

127 - Penalização do menor infrator com trabalhos voluntários na comunidade. Destaque.

128 - Intersetorialidade não apenas nos órgãos gestores da saúde, mas também na atuação junto à sociedade. Destaque.

129 - Informações à sociedade sobre forma de organização, de modo que ela possa colaborar de modo eficaz na implementação de medidas já propostas, tornando-se co-responsável por ações mais efetivas, embasadas em pressupostos científicos quanto à construção da Política de Segurança Pública. Destaque.

130 - Ampliação de políticas públicas para as classes sociais menos favorecidas, que contemplem lazer, trabalho, "air bag" em carros populares, etc. Destaque.

131 - Ênfase no trabalho intersetorial para combate à violência intra, inter, e extra-áreas: saúde e seus vários setores; saúde e outras áreas (educação, esporte, lazer, trabalho, recursos humanos, meio ambiente, segurança pública etc.); saúde e sociedade civil. Destaque.

132 - Divulgação, pelo Governo, de informações bem como de experiências bem-sucedidas no combate à violência. Destaque.

133 - Garantia, por parte do Governo, de regulamentação e de instrumentos para a implementação e de políticas públicas na área da saúde. Destaque.

134 - Atitude, por parte da sociedade, de buscar informações e delas apropriar-se para construir uma "cultura da saúde", capacitando-se para participar da formulação das políticas públicas e para fiscalizar o Estado na sua implementação. Destaque.

135 - Atitude crítica em relação ao modelo de desenvolvimento adotado no País. Destaque.

O Sr. Presidente - Agora vamos receber as propostas novas. Nossa sugestão é que os propositores apresentem suas questões oralmente e, em seguida, por escrito à Mesa. Com a palavra, o Sr. Guido Pereira da Silva.

O Sr. Guido Pereira da Silva - Solicitamos à Mesa um tempo, talvez uns 30 minutos, para nos organizar.

O Sr. Presidente - Guido, temos um tempo limitado, inclusive regimentalmente. Não podemos ultrapassar o limite das 14 horas. Obrigatoriamente, às 14 horas, teremos de encerrar as atividades desta plenária em razão das atividades parlamentares.

O tempo que temos, 2h30min, é muito pequeno para a totalidade dos destaques e das propostas novas. Peço às pessoas que fizeram destaque que analisem e discutam entre si se a proposta tem identidade, etc. Se a análise e a proposição de destaque se referirem apenas à correção de texto, isso será feito rapidamente, para não perdermos a análise do conteúdo e o mérito dos itens. Gostaria que as pessoas dedicassem seu tempo muito mais à análise do conteúdo e mérito que à forma. Quanto à forma, junto com a assessoria e a consultoria, vamos resolver. Em relação aos destaques, vamos deixar que apenas duas pessoas os encaminhem: um a favor, e outro, contra. Solicito às pessoas que destacaram o mesmo item que trabalhem para formular uma proposta única, porque iremos ganhar com isso.

Embora considere importante a solicitação do Guido, não temos o privilégio de contar com 30 minutos para fazer essa discussão. A não ser que haja insistência do Guido, vamos...

O Sr. Guido Pereira da Silva - Quero apenas fazer uma pequena consideração. Perdemos muito tempo lendo introduções que não deveriam estar constando do relatório. Precisamos aprender a fazer isso. Perguntas têm de ser imediatas. Introduções de 10 linhas ou de 14 linhas não podem entrar nas nossas discussões. Há pessoas que fazem questão de apresentar um relatório com uma introdução enorme.

O Sr. Presidente - Guido, você está fazendo o mesmo jogo que condena. Vamos para a frente.

O Sr. Jorge - Não seria melhor utilizarmos a taquigrafia? Não vejo como conciliar os destaques. Tenho alguns que mudam a redação. Por meio da taquigrafia, não há como ele transformar isso e ler os destaques mudados? Com isso, ganharemos tempo.

O Sr. Presidente - A nossa consultoria afirma que não há como. De imediato, não.

O Sr. Laerte Santos de Oliveira Brasil - Quero trazer uma sugestão: que as pessoas que têm destaque falem ao microfone e levem a mudança para a Mesa, que colocaria em votação imediatamente.

O Sr. Presidente - Esse seu encaminhamento já foi acolhido por nós.

Chamo a atenção da plenária: todos que fizeram destaque que o encaminhem à Mesa, porque só haverá encaminhamento de discussão e votação das matérias disponíveis para a Mesa, até para acelerarmos as atividades. Quem tiver matéria pronta, pode entregar à Tânia, que está no corredor, em pé. Coloquem o número do item destacado e da proposta.

Vai entregar aqui e vamos apresentar. O que vai falar vai defender, vai se posicionar em relação à proposta. Ele não vai apresentar proposta nova. A proposta nova vai ser apresentada agora. O conteúdo do destaque não vai ser apresentado oralmente, mas por escrito. Depois, vamos lê-lo. A pessoa que se inscreveu para fazer o destaque irá ao microfone para fazer a defesa do conteúdo.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Podíamos ter um consenso em relação ao tempo. Estamos notando que há vários destaques que não mudam o conteúdo central do texto, só o reformulam, de forma que a redação fique mais visível, frise mais o texto.

Queremos propor que a Mesa já detectasse esse tipo de propostas e que, automaticamente, fossem aprovadas, sem precisar haver discussão em Plenário. Que fossem a Plenário somente quando houvesse modificação de conteúdo. Até a própria relatoria, que será formada hoje, poderá ajudar nessa contextualização. Então, só irá a Plenário o que tiver contradição de conteúdo. No restante, a melhor redação será acoplada automaticamente, sem necessidade de discussão.

O Sr. Presidente - Esse tem sido o entendimento da Mesa. O desafio está posto para o pessoal da plenária, que terá de encaminhar as proposições, para efeito de análise e apresentação. Propostas de mudança de forma serão resolvidas aqui. O que queremos discutir com o Plenário é o conteúdo, o mérito.

O Sr. Rogério - Endosso essa proposta do Paulo. Acho-a muito plausível. Todos os destaques que fiz do ponto de vista da questão da intersectorialização das políticas públicas se parecem, se complementam, parecem que têm o mesmo conteúdo. Na realidade, entendo que o que o Paulo está propondo é que tudo que envolva a intersectorialidade poderia estar consolidado e haver uma proposta única. Com isso, ganharíamos tempo. Acho plausível sua proposta.

O Sr. Presidente - Vamos às propostas novas.

O Sr. João Tarcísio - Qual é a possibilidade de se fazer uma coisa mais simples e objetiva? Temos a intenção de fazer alguns destaques, mas, talvez, fosse preciso nos reunirmos para ver se não é a mesma proposta que está seguindo com V. Exa. Posso escrever uma coisa, o outro companheiro que está com o mesmo destaque escrever outra coisa. Se nós nos reuníssemos, pelo menos, por 5 minutos, seria muito importante.

O Sr. Presidente - João, o problema é que uma pessoa que tenha feito diversos destaques, por exemplo, não tem como cumprir esse ideal. Isso seria ótimo, mas vejo que algumas pessoas fizeram destaques em diferentes itens e não têm como se reunir nesse tempo para estabelecer compatibilidade de propostas. Por isso, nossa sugestão é de que todos os destaques sejam encaminhados por escrito. Aqui, teremos condições de aproximar as proposições.

O Sr. João - Minha preocupação é o esporte, porque acho que ele é a salvação para...

O Sr. Presidente - Mas vamos ter que conviver com essas dificuldades aqui. Acho que é o que podemos fazer.

O Sr. João - Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Como estou percebendo que algumas pessoas ainda estão elaborando seus destaques, vamos conceder mais 9 minutos, até 15 para meio-dia, para efeito de sistematização de propostas de destaques. Vencido esse prazo, vamos encerrar o recebimento de propostas para, depois, começar o processo de votação. Vamos dar um tempo para quem quiser se aproximar de seu grupo e discutir algumas questões que considerarem mais importantes.

A Sra. Kika - É pouco 15 minutos. São vários destaques. Assim, as pessoas não conseguirão formatar todos os textos.

O Sr. Presidente - Kika, duas horas também é pouco tempo para nós. O problema é que temos pouco tempo. Reconheço essa dificuldade, mas esse é o nosso limite.

A Sra. Kika - Acho que é um trator que está passando no final do túnel em cima da gente.

O Sr. Presidente - Qual é a sua proposta?

A Sra. Kika - Gostaria apenas de colocar que algumas pessoas têm destaques em vários locais e não poderão se reunir com todo mundo ao mesmo tempo.

O Sr. Presidente - Qual é a sua proposta?

A Sra. Kika - A proposta é que o prazo é curto, e a luz no final do túnel é o trem.

O Sr. Presidente - Kika, isso é uma constatação. É a minha também. O que eu quero é uma proposta.

O Sr. Marcos - A nossa proposta, Deputado, é que nesse segundo encaminhamento não fazem sentido os destaques pedidos nos itens. Praticamente não faz sentido manter os destaques porque eles foram feitos e, agora, a Mesa encaminha uma proposta que está entregando as propostas dos destaques. Acho que não faz sentido manter os destaques. Eu, por exemplo, não vou encaminhar minhas propostas. Vou manter os destaques. Vou fazer questão de discutir os destaques que fiz. Estamos perdendo tempo. Enquanto as pessoas estão fazendo propostas, poderíamos estar discutindo item por item o que destacamos aqui. Acho que o encaminhamento...

O Sr. Presidente - Marquinhos, vamos cumprir esse encaminhamento seu também na atividade.

A Sra. Maria Natividade - Queria um esclarecimento em relação às propostas novas. V. Exa. havia dito anteriormente que já começaríamos com as novas. Então, eu iria propor...

O Sr. Presidente - Já recebemos algumas propostas novas e, se alguém ainda tiver propostas e quiser anunciá-las, nós estamos abertos para recebê-las e vamos informá-las à plenária.

Quero anunciar a presença em Plenário de nosso colega Deputado Fábio Avelar.

Está vencido o prazo para a apresentação à Mesa dos destaques relativos ao mérito, que sugerem mudança de conteúdo. Os destaques supressivos serão apresentados oralmente e colocados em votação.

Em votação, a síntese dos trabalhos dos grupos temáticos, salvo destaques. Aqueles que estiverem de acordo com a proposta queiram se manifestar, erguendo a mão ou o cartão de inscrição. (- Pausa.) Os que forem contrários ao relatório, salvo destaques, queiram se manifestar. (- Pausa.) Alguma abstenção? (- Pausa.) Aprovado, sem abstenção e sem voto contrário.

Começaremos a votação dos destaques. Faremos um esforço para que esse encaminhamento e as votações sejam mais proveitosos para vocês. Há dificuldade de sistematização das propostas, e, em consideração ao grande número de propostas e à sua diversidade, criaremos as condições necessárias para que vocês se manifestem.

Convidaremos cada um dos que formalizaram os destaques.

Começamos com a questão nº 2 do Grupo I. Seria pertinente ouvirmos o encaminhamento do Roges. Se vocês acolherem seu encaminhamento, faremos a votação como ele propõe. Se for diferente, vamos acolher a determinação majoritária da plenária. Com a palavra, o Roges, para destacar a questão nº 2.

O Sr. Roges - Fiz uma série de destaques - nos nºs 2, 13, 16, 45, 128 e 131 - que remetem para o conceito de intersectorialidade. Entendo que todos os itens a que me referi se complementam, não entram em contradição, pelo contrário. Para não perdermos muito tempo nesses destaques, sugiro que sejam remetidos para a Comissão de Sistematização da consolidação das propostas, da qual muitos farão parte, e se faça uma redação coesa, eficaz, completa e clara sobre o que se está colocando, porque aqui está muito solto, não tem muito sentido.

Esta é a minha proposta para que possamos ganhar tempo, já que não há contradição e elas se complementam. Essa comissão tem competência para fazer esse tipo de trabalho.

O Sr. Presidente - A proposta, Roges, é para que a comissão seja a coordenadora do seminário?

O Sr. Roges - Pode ser.

O Sr. Presidente - Então, ela já está constituída para sistematizar as questões que vocês encaminharem. Alguém é contrário ao encaminhamento de Roges? (- Pausa.)

O Sr. André Luiz Felipe do Monte - O companheiro está sugerindo que a comissão que irá formalizar o documento final agrupe os seus destaques e faça uma apresentação única, resumindo o que ele disse. Acho que isso é muito individual, é uma questão dele. Outras pessoas

podem fazer destaques que não sejam apenas relativos à modificação, à substituição, à supressão, como por exemplo, podem falar que retiram o seu destaque baseado nisto, baseado naquilo.

O Sr. Presidente - O que o Roges quer dizer é que há uma série de destaques inter-relacionados. Ele propõe que, feita a análise dos destaques - logicamente todas as pessoas que inscreveram destaques, terão a oportunidade de propor alguma alteração -, a organização, para efeito de agilidade, seja transferida para a comissão de sistematização, para a comissão organizadora. É claro que, se houver supressão, vamos encaminhar a votação, assim como se houver alteração de conteúdo. Mas em vez de tratar destaque na ordem que está aqui, ele vai apresentar uma análise para o conjunto dos destaques que fez de questões diferenciadas em um único bloco. Votaremos também em um único bloco. A redação final fica a cargo da comissão organizadora. Alguém contrário a esse encaminhamento? (- Pausa.)

Vamos dar início à discussão dos destaques de maneira agrupada. Quando votarmos o conjunto de destaques apresentados no primeiro momento, todos aqueles destaques já sairão. Por exemplo, se o Roges apresentar os destaques 2, 13, 25 em um único bloco, quando se chegar ao 25, já teremos votado. Está claro? (- Pausa.)

Vamos ao item 2 e seus correlatos para análise, apreciação e votação do Plenário. A Maria Hilda e o Roges apresentaram destaque.

Não insistimos na forma, a comissão organizadora está à disposição de todos para estabelecer e receber sugestões de forma de redação, e não de conteúdo. Vamos discutir aqui conteúdo.

Maria Hilda, a senhora está pedindo mudança de expressão. A senhora entende que essa é uma questão de redação?

A Sra. Maria Hilda - De conteúdo.

O Sr. Presidente - Então, com a palavra, a Sra. Maria Hilda, para discutir o destaque nº 2.

A Sra. Maria Hilda - Eu, que sou do meio rural, considero que a violência não é apenas urbana; portanto, de início, quero deixar essa reflexão a todos.

Com relação ao item 2, proponho substituir a palavra "redimensionamento", de que eu mesma faço muito uso, mas que não acho muito objetiva, por "organização e ampliação". Dessa forma, fica proposta uma ação efetiva. Obrigada.

O Sr. Presidente - Roges está dizendo que sua proposta pode ser contemplada nessa sugestão. Há alguém que queira fazer encaminhamento contrário à proposta da Maria Hilda? (- Pausa.) Em votação. Aqueles que estiverem de acordo levantem seus crachás. (- Pausa.) Aprovada.

Roges, você tem uma proposta de agregação de outros itens ao item 2? Depois seria só uma questão de sistematização.

O Sr. Roges - Com a observação da Hilda, fica mantida a minha proposta de encaminhamento.

O Sr. Presidente - Quais são os itens que quer agregar ao item 2, para que já possamos fazer o encaminhamento?

O Sr. Roges - Ao item 2 ficariam agregados, com melhor redação, os itens 13, 16, 45, 128 e 131, que se referem à intersectorialidade.

O Sr. Presidente - Você está propondo uma mudança de redação ou apenas a agregação dos itens?

O Sr. Roges - Uma agregação, com melhor redação.

O Sr. Presidente - Melhor redação, mantendo o conteúdo?

O Sr. Roges - Com o mesmo conteúdo.

O Sr. Presidente - Há alguém que tenha algum questionamento relativo ao conteúdo desses itens, que queira mudar o conteúdo dos itens referidos? Com a palavra, Maria Hilda.

A Sra. Maria Hilda - No item 128, que diz "intersectorialidade nos órgãos gestores da saúde, mas também na atuação junto à sociedade", acrescentaria "na Capital e no interior, inclusive o meio rural".

O Sr. Presidente - Para facilitar e agilizar o processo, no momento da apresentação do item, vamos submetê-lo à votação apenas se alguém se manifestar contrariamente; do contrário, vou entender como o reconhecimento e aprovação do Plenário.

Há alguém contrário à proposição da Maria Hilda quanto ao item 128? (- Pausa.) Acatamos a proposição. Por favor, Maria Hilda.

A Sra. Maria Hilda - Posso dispensar a consideração que faria quanto ao item 131.

O Sr. Presidente - Então, vamos colocar em votação, em bloco, como proposto pelo Roges, o conteúdo dos itens 2, 13, 45, 128 e 131, destacadas, e do item 16, que já foi aprovado, pois não houve destaque a ele. Em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (- Pausa.) As propostas estão aprovadas; ficamos na dependência apenas de sua sistematização em uma única redação.

Destaque da proposta nº 3. O Arruda retira o destaque. Alguém quer manter o destaque da proposta nº 3? Destaque da proposta nº 4. O Garcia retira o destaque.

A Sra. Maria Hilda - Gostaria de acrescentar "na capital e interior", inclusive meio rural. Não podemos criar espaços comunitários de lazer somente para as cidades.

O Sr. Presidente - Alguém é contrário ao encaminhamento da Maria Hilda?

A plenária acata o seu encaminhamento. O encaminhamento da Maria Hilda é para incluir o meio rural. O seminário é sobre violência urbana e saúde.

A Maria Hilda está propondo que, apesar de o tema da discussão ser violência urbana e saúde, seja incluída a questão rural. O plenário tem pleno direito de rejeitar. O microfone ficará aberto para o debate. Poderão ser oferecidos 3 minutos para quem for contrário ao encaminhamento da Maria Hilda, considerando-se que a proposta nº 4 já é matéria vencida, já foi aprovada.

O Sr. Jorge Ramos - Para complementar a sugestão da Maria Hilda, estende-se tudo o que se referir ao urbano também ao rural, respeitado o limite da capacidade de cada município. Alguns municípios da área rural não têm recursos para construir uma praça. Deveriam ser respeitados o limite de endividamento e a capacidade de investimento de cada município. Tudo que for urbano, estende-se ao meio rural, respeitada a capacidade de cada município.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Deputada Federal Maria do Carmo Lara.

A Deputada Federal Maria do Carmo Lara - Quando discutimos violência urbana, foi dito que uma das causas desse tipo de violência é o êxodo rural. Desde a década de 70, a população tem saído da área rural por vários motivos, vindo para a área urbana.

Não ter conseguido lugar para morar, nem emprego, etc., contribuiu para a violência, para a pobreza. Quando se fala em equipamento de lazer, de saúde, ninguém é contra à instalação desses equipamentos na área rural. Mas estamos discutindo um tema específico. Na redação final essa questão deveria ser contemplada no início, pontuando-se que uma das dificuldades que nós, do meio urbano, estamos vivendo; hoje, é que o Brasil, apesar de ser um País com terras e uma cultura extremamente rural, tem a maioria da população concentrada nos meios urbanos, nas regiões metropolitanas, e que precisamos ter políticas públicas que valorizem a área rural. Aí vem a reforma agrária, o apoio ao sem-terra, ao pequeno e ao médio agricultor. É necessária uma fala geral para pontuar isso, até porque estamos discutindo violência urbana. Não somos contrários a que se coloquem esses equipamentos na área rural, só que não tem sentido a forma como o assunto está sendo tratado aqui, considerando-se o tema central do seminário. Queria fazer essa ponderação, para que seja incluída na justificativa ou na fala inicial do documento a ser redigido.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, a Maria Hilda.

A Sra. Maria Hilda - Perguntaram de onde sou, e me identifiquei. Moro em Belo Horizonte há 18 anos. Sou natural de Santa Rita de Caldas, Sul de Minas, nascida no meio rural. Quero considerar, Maria do Carmo, a sua reflexão em termos de abrangência global. No entanto, eu mesma saí do meio rural por questão de unidade escolar. O êxodo rural não é só por conta do Movimento dos Sem-Terra. Hoje temos que defender uma política de atendimento ao cidadão do meio rural. Existe uma discussão em torno da grande extensão territorial em termos de Brasil, e vemos o fazendeiro comprar laranja no mercado. Não quero polemizar e não precisamos ficar pontuando questão por questão, mas não abro mão do princípio de que o pessoal da roça deve ser respeitado. Muito obrigada.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - É só uma proposta de encaminhamento. Sou de Pouso Alegre, perto da sua terra, e, quando se coloca "criação de espaços comunitários que proporcionem lazer, cultura, arte e orientação", compreende-se qualquer lugar onde esses espaços sejam necessários. Não dá para fazer essa polemicização. Fica implícito que tudo o que queremos colocar aqui, visando a tratar dessa questão da violência no setor urbano, considera o aspecto da necessidade local. Isso não quer dizer que nós, do setor mais interiorano, seja do Estado de Minas, Rio de Janeiro ou Espírito Santo, não estejamos sendo contemplados. Isso está claro. Podemos não criar essa dicotomia, que causa um impacto, mas dizer onde cada providência é necessária, como está no texto. Criar onde? Onde for necessário. Não há essa discussão. É óbvio que essa contrapartida que a companheira coloca é uma reivindicação, porque, ao se criarem esses recursos na roça, está-se mantendo a pessoa no campo. Mas, na realidade, aqui não está havendo discriminação. Podíamos adotar essa metodologia, senão será estabelecida vai ficar uma dicotomia que não precisaria haver, já que existe a necessidade e todos aqui concordam que ela existe também nos menores centros.

O Sr. Presidente - No processo de encaminhamento, de defesa, de votação, vamos fazer esse ajuste, obedecendo ao encaminhamento dos companheiros que se manifestaram.

Quem é o autor do destaque ao nº 5? Por favor, Maria Hilda.

A Sra. Maria Hilda - Temos aqui "diálogo com as comunidades para criar espaços que atendam às suas necessidades". É um acréscimo: "e direitos".

O Sr. Presidente - É incluir a expressão "e direitos". (- Pausa.) De acordo, acolhemos e passamos para o destaque seguinte.

Arnaldo é o autor do Destaque nº 8.

O Sr. Arnaldo - Está desta forma: "Mudança da forma tradicional de tratar a doença (que gera violência, pois é centrada na recuperação do doente) para um modelo de promoção da saúde e da prevenção". Estamos fazendo essa proposta: "Mudança da forma tradicional de tratar os usuários do serviço de saúde que focam somente a doença para um modelo de promoção da saúde e da prevenção que também incorpore a questão da saúde mental".

O Sr. Presidente - Alguém contrário?

O Sr. Roges - Também pedi destaque nesse item porque o nº 8 nos remete para o nº 18 e para o nº 51. Eles se complementam. Então, aproveitando a ementa do colegia, gostaria que os outros itens pudessem ser suprimidos ou pudessem estar na contemplação do jogo.

O Sr. Presidente - Agregados.

O Sr. Roges - O conteúdo que passa por aqui está coberto de razão. É a lógica tradicional em que se coloca a prescrição, o medicamento e o usuário. Então, essa forma tem uma tradição muito grande, e parece que o tratamento passa tão-somente pela cura, pela recuperação, e não tão-somente pela escuta do paciente ou do cliente, assim como pela excessiva medicação. Então, sugerimos que passe pela escuta, pelo acolhimento, que invertam essa prescrição exagerada, medicamentosa, que se coloca a questão da saúde de um ponto de vista mais amplo.

O Sr. Presidente - O Roges acolhe o encaminhamento do Arnaldo e propõe agregar os itens 18 e 51, em uma redação única.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Quando o Roges pede a supressão do item 18... Roges, não está contemplado. Sabe por quê? Porque estamos pedindo a racionalização dos usos do serviço do SUS. Então, não seria suprimir o 18, seria condensar em um só.

O Sr. Presidente - Agregação do 8, 18 e 51, em uma redação única.

A Sra. Jovina - Quería ver se existe a possibilidade de se acrescentar nessa proposta ou em outra o tratamento dentário para os carentes, também uma forma de violência, quando a pessoa fica toda desdentada, com dor de dente. Era essa a minha proposta.

O Sr. Presidente - A Jovina está propondo incluir nesse conceito que está sendo expresso o tratamento odontológico. Vocês concordam? Alguém discorda do encaminhamento dela?

A Sra. Carmem - Gostaria de colocar a introdução da acupuntura como uma forma de se reduzir medicação excessiva, até hospitalização. Digo isso porque, há dois anos, tive oportunidade de contatar um médico italiano formado em acupuntura em países do oriente. Ele me disse que a acupuntura que ele desenvolvia curava até câncer, de uma maneira mais econômica, sem tanta dor nem tanto sofrimento para o paciente. Então, que a acupuntura seja levada, seja estendida a outros pontos porque realmente é uma coisa positiva.

O Sr. Presidente - Fizemos a leitura pausadamente e demos a oportunidade para todos se inscreverem nas diferentes questões para destaque. Ela não está inscrita no destaque. Na próxima vez, não abriremos essa oportunidade.

Como ela já apresentou, como uma proposta nova que, eventualmente, pode ser agregada ao setor, sugeriria, caso seja acatado seu encaminhamento, em vez de "acupuntura", "tratamentos alternativos", porque não é só a acupuntura que garante a opção ao tratamento alopático. Todos estão de acordo? Como foi colocado no texto, na sistematização das questões 8, 18 e 51, atendimento à saúde mental, tratamento odontológico e, também, medicina alternativa ou tratamento alternativo.

O Sr. Roges - Gostaria de substituir "tratamento alternativo" por "tratamento multiprofissional".

O Sr. Presidente - Trata-se somente de uma questão de redação. Queremos apenas saber se todos admitem esse encaminhamento. Alguém contrário? Com a palavra, Adriano.

O Sr. Adriano - Gostaria de acrescentar como minha sugestão ao item 5 a palavra que faltou: deveres.

O Sr. Presidente - Desculpe-nos, Adriano, mas estamos discutindo as questões 8, 18 e 51; na questão 18, houve o acréscimo da Jovina, que tem a previsão orçamentária para o Ministério da Ciência e Tecnologia somente para explorar a biodiversidade, pesquisa de produção de medicamentos, somados ao atendimento dentário e aos carentes. Em meu entendimento, a Jovina havia proposto, inicialmente, o tratamento odontológico, que foi acolhido. Mas, agora, ela coloca um dado novo em sua proposta, feita por escrito. Encaminharei, para efeito de ser ou não acolhida, a seguinte proposta, da Jovina: "Que tenha previsão orçamentária para o Ministério da Ciência e Tecnologia somente para explorar a biodiversidade e a pesquisa sobre produção de medicamento". Nos itens 8, 18 e 51, o Plenário está de acordo com o acréscimo desta proposição?

O Sr. Denilson Martins - Questão de ordem, Sr. Presidente. A proposta da companheira pode ser contemplada no item 80.

O Sr. Presidente - Mas a proposição é para o item 18. No momento da sistematização, poderá ser colocada em outro item. Mas, para efeito do encaminhamento em relação ao destaque do item 18, vocês acolhem a proposição da Jovina relativa à garantia de recursos orçamentários para Ciência e Tecnologia somente para explorar a biodiversidade e a pesquisa sobre produção de medicamento? Os que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado.

Item 9, destaque de Maria Hilda.

A Sra. Maria Hilda - Aqui temos "desburocratização e descentralização da gestão do SUS, com a redução de normas e portarias do Ministério da Saúde". Eu acrescentaria: "e de todos os níveis de poder público", porque existe uma burocratização no encaminhamento das normas e das portarias do Ministério da Saúde; temos normas que alcançam Estados e municípios; não são, portanto, apenas em nível federal. Eu acrescentaria essa desburocratização em todos os níveis do poder público.

O Sr. Presidente - O Plenário acolhe? Com a palavra, o Roges.

O Sr. Roges - Gostaria de fazer uma observação. Quando se fala da desburocratização e da descentralização da gestão do SUS, é no que temos nos empenhado o tempo todo. Entendo até que podemos pensar que, na desburocratização, podemos fazer uma redução de normas. Mas, geralmente, quem norteia tudo sem ferir a autonomia dos municípios é o Ministério da Saúde. Poderíamos dizer desburocratização e descentralização da gestão do SUS com a redução de normas e portarias do Ministério da Saúde, avaliadas pelo Conselho Nacional de Saúde. Caso contrário, tudo ficará solto. Temos de pensar sobre isso. Não estou de acordo com a observação da companheira, a não ser que conste "avaliação do Conselho Nacional de Saúde".

O Sr. Presidente - Você não mantém o texto, Roges.

O Sr. Roges - Mantenho o texto, se se incluir "avaliação do Conselho Nacional de Saúde".

O Sr. Presidente - É uma proposta diferente.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Não ficou claro isso, Roges. Corremos o risco de, com a regionalização da saúde, haver normatização do Estado também, o que é muito complicado para os municípios que estão gerindo as políticas. A proposta colocada pela companheira ficará mais completa com o acréscimo "desburocratização". O grande problema que temos, hoje, é o número de normas que o Ministério baixa, rompendo toda a discussão do SUS nas outras esferas também. Não é somente o Conselho Nacional que precisa ser ouvido, mas os municipais e estaduais também. Mas essa não é a ótica da proposta. Essa foi feita no Grupo I, que diz: "a dificuldade que tem, hoje, de manter a gestão dos municípios, tendo em vista o excesso do número de normas - são sete diariamente - e portarias pelo Ministério da Saúde." A proposta é muito mais do que a companheira coloca. E ela ainda prevê o futuro, dizendo que o Estado começará a normatizar também.

O Sr. Eni Carajá - Como estamos num seminário sobre violência urbana e saúde pública, não podemos apontar, neste caso, para todos os níveis do poder público, o que é muito expansivo. São muitas resoluções e normas. Proponho que conste "no Ministério da Saúde", como está, e também "e demais órgãos do SUS", porque abrangerá o Estado e os municípios.

A Sra. Maria Hilda - Entendo que a posição do companheiro é minha também. O conteúdo é o mesmo. Não quero aceitar abuso do Ministério da

Saúde, mas a palavra "normas" já está aborrecendo Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Os companheiros entendem que a proposição tem o mesmo conteúdo e mérito? Então a questão é com relação à redação. Está aprovado o encaminhamento? Com a palavra, Roges.

O Sr. Roges - Houve uma observação minha e outra do Eni Carajá.

O Sr. Presidente - De acordo com a Maria Hilda, todas as considerações que foram feitas são idênticas ou semelhantes à dela.

O Sr. Teodorico - A questão colocada pela Maria Hilda, que o Eni Carajá destacou, da descentralização, não é sinal de democracia em todos os momentos. Deve ser colocado da forma como o Eni Carajá destacou na área da saúde, etc.

O Sr. Presidente - Roges, Maria Hilda e Eni, no momento oportuno vocês se acertem e entrem em consenso.

O Sr. Roges - Deputado, já chegamos a um acordo. O que quero acrescentar não atrapalha a proposta da Maria Hilda: que essa redução de normas fosse acompanhada pelos conselhos, em suas diversas esferas. Caso contrário, não há como fiscalizar. Quem vai fiscalizar o que está reduzindo o quê? Acho que o órgão competente são os conselhos.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Estamos nos esquecendo de discutir o que o Estado está fazendo. Não sei se todos os órgãos vão discutir a questão da entrada dos níveis. Essa é a divergência. Neste momento, há um excesso de normatizações, de discussões na esfera estadual. Fechar órgão é uma coisa, não colocar a esfera estadual é outra. Não colocar a esfera estadual é um complicador para nós.

O Sr. Presidente - Está difícil a Mesa fazer o encaminhamento, porque não há o texto formulado. É difícil também para o Plenário compreender isso. Vou fazer um apelo para que formulem o texto a ser apresentado ao Plenário. Para dar continuação ao trabalho, vou pedir ao Eni, à Maria Hilda, ao Paulo e ao Roges que formulem um texto, para que possa ser encaminhado à votação.

Vamos passar à seguinte.

O Sr. José Guilherme - É muito difícil encaminhar um debate, procurando pêlo em ovo. Gostaria que fizessemos encaminhamentos concretos e que, em toda proposta encaminhada pela Mesa, onde houvesse divergência, isso fosse acertado, se chegasse a um consenso. Fica difícil para nós. Parece que ficamos como expectadores somente. Quanto já votamos até agora? Se vimos com o propósito de deliberar sobre algo, isso não está ocorrendo. Estamos apenas fazendo um debate que não vai chegar a lugar nenhum. Solicito à Mesa que faça o encaminhamento, de forma que possamos participar ativamente.

O Sr. Presidente - O encaminhamento é esse. Por isso, estou solicitando a formulação do texto a ser apresentado ao Plenário para votação ou debate.

Vamos para o item seguinte. Retorno, depois, para encaminhar, com o texto correto.

A Maria Hilda pediu destaque para o item 10. O item 10 diz o seguinte: "atualização dos códigos de ética profissionais". Ela quer acrescentar o seguinte: "em todas as modalidades e níveis de organização do trabalho". O Plenário concorda? (- Pausa.) Alguém é contrário?

O Sr. Adriano - Não estou contra. A atualização de códigos de ética de níveis profissionais tem que discriminar todos os profissionais da área. Quando se pensa em discriminação, pensa-se somente na área de saúde. Acho que o profissional liberal, seja advogado, seja engenheiro, seja quem for, entra em todos os códigos. O engenheiro poderá praticar um ato, e outro não ter condições de criticá-lo.

A Sra. Maria Hilda - Estou defendendo minha proposição, porque coloco a questão da garantia de códigos de ética não somente para a saúde, mas também para todos os níveis e modalidades da organização do trabalho. Isso pega educação, pega o trabalho liberal. Considero que fica contemplada a preocupação do companheiro.

O Sr. Presidente - Há alguém contrário a esse posicionamento? (- Pausa.) Aprovado.

Vamos em frente, ao item 12, também da Maria Hilda.

A Sra. Maria Hilda - Aqui temos incentivo ao controle social nas três esferas do Governo, salientando o caráter propositivo, fiscalizador e avaliador dos conselhos. Acrescento: "com garantia de encaminhamentos legais competentes e implementação de ações publicamente recomendáveis". Temos as chamadas "novelas das pizzas". Se há uma sindicância, uma apuração, tudo acaba no "amém-amém".

Então, você tem um processo fiscalizador com garantia de encaminhamentos legais competentes e implementações de ações publicamente recomendáveis. É o acréscimo.

O Sr. Presidente - Alguém contrário? (- Pausa.) Então, aprovado. Vamos em frente. Proposição nº 15.

O Sr. Eni Carajá - Existe um acordo na nº 9...

O Sr. Presidente - Então, vamos retornar ao nº 9, com a leitura da proposta.

O Sr. Eni Carajá - Vou ler a proposta: "Desburocratização e descentralização da gestão do SUS com a redução de normas e portarias do Ministério da Saúde e das demais instâncias do SUS, com a participação dos conselhos de saúde".

O Sr. Presidente - Alguém contrário? (- Pausa.) Então, também está aprovada a 9. Nº 15. Destaque da Maria Hilda. Quem mais?

A Sra. Maria Hilda - Na 15, temos: "Humanização do tratamento dispensado aos pacientes". Normalmente, os pacientes têm o acompanhamento de seus familiares. Então, eu acrescentaria: "Humanização do tratamento dispensado aos pacientes e aos seus familiares". Por familiares, entendam-se acompanhantes. Já vimos situações muito pesadas...

O Sr. Presidente - Contrário...

O Sr. José Guilherme - José Guilherme, Conselho Estadual de Saúde de São Paulo. Não é que eu seja contrário, mas não é essa humanização no sentido que a companheira quer dar, do acompanhamento simples e puro do parente junto ao paciente. A humanização que é tratada aí - e tenho a plena certeza de que foi isso que o grupo propôs - é a humanização na regulação do sistema: o paciente mais o trabalhador. É a humanização que vem sendo discutida desde a 11ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida no ano passado. Faço um apelo para que essas questões mais minuciosas sejam esclarecidas na apresentação da proposta. Eu até entendo um destaque como esse, mas este não é o fórum para sua formulação. A humanização tratada aqui é a que estamos discutindo há mais ou menos dois anos e que foi proposta pelo Conselho Nacional de Saúde no País inteiro por quem luta pela implementação do Sistema Único de Saúde.

Então, não se trata de ser contrário, mas de entender o que é essa humanização na saúde.

O Sr. Presidente - José Guilherme, para esclarecimento do Plenário, o encaminhamento da Maria Hilda contraria sua interpretação? (- Pausa.) Certo. Então, você está defendendo a manutenção do texto. Maria Hilda... (- Pausa.) Então, vou colocar em votação.

A Sra. Maria Hilda - Quero entender uma coisa. Fiz a leitura baseado no que ele disse. Entendi que tive essa compreensão em minha exposição também, sob o enfoque de abrangência.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Deputado, acho que a posição de ambos está certa. Mas existe um item futuro que deixa o horário livre aos acompanhantes para visitas nos hospitais. Acho que isso já está contemplado. Poderíamos retirar a proposta, tendo em vista que se focaliza a idéia central, e ela contempla a humanização secundária aos acompanhantes e aos parentes numa redação final, porque não estou encontrando aqui a proposta que trata do livre acesso aos familiares.

O Sr. José Guilherme - Vamos voltar ao bom-senso. Não estamos discutindo a que horas o hospital vai permitir visitas aos pacientes. Isso é uma regra que cabe a cada serviço de saúde. Nisso, os conselhos poderão ajudar muito. O que estamos discutindo é a humanização do tratamento dispensado aos pacientes.

Acredito que o cerne da proposta é o que estamos discutindo há praticamente dois anos: a humanização dos serviços. Como humanizar? Como o paciente não ser destruído pelo trabalhador da saúde? Quando foi proposto na 11ª Conferência, houve por parte de muitos de nós, trabalhadores de saúde, e eu sou trabalhador de saúde, contrariedade a esse tema, porque não entendíamos por que discuti-lo, sem discutir primeiro as condições de trabalho. No entanto, fomos solidários e discutimos a humanização.

Acho que tem de deixar isso muito claro, senão vamos ficar determinando horário de visita de hospital. Isso não existe. Cada serviço estabelece o seu. Não dá para aqui, no fórum, acharmos que dá para cerrar fileira sobre esse tema.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Adelmo, tenho uma redação final que resolve isso: tirar a palavra pacientes e pôr usuário do SUS, que é todo mundo.

O Sr. Presidente - Redação final para quê? O José Guilherme fez a defesa de manutenção do texto; a Maria Hilda fez a defesa do acréscimo dos familiares. Vamos colocar em votação, é isso, não há novidade. Acho que todo mundo está esclarecido. As pessoas que estão de acordo com a proposta da Maria Hilda, com a manutenção do texto, queiram se manifestar, por favor. (- Pausa.) Podem abaixar. As que estiverem de acordo com o texto, tendo o acréscimo proposto pela Maria Hilda, queiram se manifestar, por favor. (- Pausa.) Vocês estão com dificuldades de entender o encaminhamento?

O Sr. José Guilherme - Quando o senhor encaminhou a votação disse que a primeira proposta era da Maria Hilda. Não votei. Acho que tem de colocar em votação novamente. Pode conferir com a mesa.

O Sr. Presidente - Acato. José Guilherme, você está admitindo mudar o texto?

O Sr. José Guilherme - Não é mudar, apenas contemplar vários companheiros que gritaram: vamos colocar a palavra usuários também. Ficaria assim: humanização do tratamento dispensado aos usuários.

O Sr. Presidente - Uma proposta é essa: humanização do tratamento dispensado aos usuários do SUS. Aqueles que estiverem de acordo, queiram se manifestar, por favor. (- Pausa.) Aprovado.

Vamos ao seguinte. Marquinhos destacou a 17 e não formalizou. O que você quer com a 17, supressão?

O Sr. Marquinhos - Não. A 17 traz: combate à violência institucional promovida pelo próprio serviço de saúde. Proponho uma mudança, porque o serviço de saúde não provoca nenhuma violência. Tem de se colocar: pelos próprios gestores públicos e privados.

O Sr. Presidente - Demos um tempo para vocês entregarem propostas de mudança de texto.

O Sr. Marquinhos - Não é mudança, é um acréscimo.

O Sr. Presidente - Mas é necessário que se formalize.

O Sr. Marquinhos - Tudo bem. Realmente é uma mudança.

O Sr. Presidente - Vou acatar seu encaminhamento e submetê-lo à apreciação do Plenário, mas nosso combinado foi que todas as proposições de alteração de texto deveriam ser encaminhadas à Mesa para facilitar e agilizar nossa atuação. O texto original diz o seguinte: Combate à violência institucional promovida pelos próprios serviços de saúde que estão centrados no processo patológico e não levam em consideração as condições de vida do paciente. Por qual alteração, Marcos?

O Sr. Marquinhos - Onde se lê: "serviço de saúde", deve-se ler: "gestores públicos e privados", porque o serviço de saúde não promove violência. Quem promove violência são os administradores.

O Sr. Presidente - Alguém é contrário à proposta de mudança do Marquinhos? (- Pausa.) Não tendo ninguém contrário, vamos acatar o

encaminhamento do Marquinhos.

Com a palavra, o Sr. Geraldo, para apresentar seu encaminhamento em relação ao item 19.

O Sr. Geraldo - Proponho que se acrescente o oferecimento de tratamento ao dependente químico.

O Sr. Presidente - Não é disso que se trata. O item 19 propõe a "Criação de formas legais para identificar se o paciente está alcoolizado ou drogado, pois esses casos representam 50% dos atendimentos à violência."

O Sr. Roges - Sugiro a supressão do texto.

A Sra. Carmem - Além de identificar, seria muito interessante guardar essas informações, para, posteriormente, montarem-se programas específicos. O AAA, por exemplo, faz um trabalho excelente, e estamos vendo o Poder Judiciário utilizando penas alternativas daquele que vai para o Juizado de Pequenas Causas por causa de brigas após ingestão de bebida ou consumo de droga. É muito importante ter esses dados para se combater a violência.

A Sra. Edite - Essa proposta pretende atender a um problema que a saúde enfrenta no dia-a-dia. Grande número de pessoas alcoolizadas e drogadas chegam aos centros de saúde e não podem ser submetidas a exames que medem o nível de álcool no organismo, porque a lei as protege contra a chamada violência de "produzir provas contra si mesmo". Constitui um obstáculo ao atendimento, principalmente em caso de violência, quando esse tipo de prova é altamente necessário.

O Sr. José Garcia - Sugiro que, depois de identificado o problema, uma comissão procure o paciente e faça uma abordagem familiar para cuidar dele.

O Sr. Presidente - Não é disso que se trata. O item 19 propõe sejam criados mecanismos legais para possibilitar a identificação de álcool e outras drogas no organismo de uma pessoa.

O Sr. José Garcia - Mas não vai adiantar nada, Deputado. Sem tratamento, a pessoa vai se embriagar de novo.

O Sr. Presidente - Não é isso que estamos discutindo.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Presidente, tenho uma proposta aqui. Há uma questão de identificar...

O Sr. Presidente - Paulo, esse tema é absolutamente transparente. Não vamos ficar discutindo-o, vamos votar a supressão ou não. Você vai querer a supressão ou a manutenção do texto?

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - A modificação. Na realidade, é uma situação de saúde pública, não é uma questão de polícia.

O Sr. Presidente - Paulo, nosso tempo está-se esgotando, e estamos insistindo em questões que não são pertinentes. O que está aí é uma questão de identificar. Não se está dizendo que é questão de polícia, de médico ou de juiz. Está-se dizendo que criaremos uma legislação. Está-se dizendo que se trata de encaminhamento legal. O Plenário tem de votar sobre isso. Alguém defende a supressão? Alguém defende a manutenção? É isso que vamos fazer, encaminhar a votação.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Defendo a supressão do texto.

O Sr. Marco Antônio - Defendo a supressão do texto. Trabalho em uma unidade de saúde e acho que todo cidadão tem direito ao anonimato. Por outro lado, a unidade de saúde tem todo um mecanismo de acesso aos índices sobre a questão da droga ou do alcoolismo. Como médico, o senhor sabe que, por meio de uma ficha, a unidade tem acesso à taxa de álcool ou drogas. O índice de crescimento ou de queda pode ser mantido na unidade. Mas o paciente deve ser mantido sob anonimato, por isso defendo a supressão do texto.

O Sr. Presidente - Alguém defende a manutenção do texto?

O Sr. Jorge Ramos - Questão de ordem.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Jorge Ramos.

O Sr. Jorge Ramos - No início desta plenária, foi dito que haveria uma proposta, uma defesa e uma réplica; um contra, um a favor. E as pessoas que pediram destaque é que têm direito a fazer proposição. Está-se fugindo totalmente à regra. Não vamos sair daqui nunca. As 14 horas, temos de entregar esse Plenário, e o trabalho vai ficar prejudicado. Aí, chamaremos para a Comissão a responsabilidade de concluir o relatório, sem questionamento.

O Sr. Presidente - Defesa de manutenção do texto.

O Sr. Denilson Martins - Acho que está havendo um erro de interpretação. O texto não proíbe o uso de bebida. Estamos falando sobre as pessoas que se envolvem em acidentes, vão para o hospital, são submetidas a exames, para constatação de teor alcoólico ou de dependência química, para efeito de conteúdo de pesquisa, de estatística, para futuros procedimentos que serão abordados pelo órgão competente. Está claro. Que o texto seja mantido e que seja valorizado o trabalho da comissão.

O Sr. Presidente - Em votação. As pessoas que estiverem de acordo com a manutenção do texto queiram se manifestar. (- Pausa.) As que são contrárias queiram se manifestar. (- Pausa.) Ganhou a manutenção do texto.

Vou seguir o encaminhamento do Jorge. A Mesa está realmente muito tolerante. Vamos ser rigorosos e, se necessário, cortar a intervenção no microfone. Para tanto, solicito a contribuição de todos.

Destaque nº 20. Maria Hilda, André Luiz e Arruda. Se o encaminhamento tiver o mesmo significado, solicito que apenas uma pessoa se

manifeste.

A Sra. Maria Hilda - Coloquei o seguinte: promoção de sindicância e auditorias para aferir a qualidade do atendimento nos hospitais, com efetiva implementação de ações e medidas recomendáveis e encaminhamentos legais competentes. Repete aquela história de não ficar apenas na apuração. Faz-se a sindicância, apura-se o fato, mas fica tudo do mesmo jeito. Sou contra isso. Então, é uma proposta de acréscimo.

O Sr. Presidente - Quero saber se o André concorda, se tem uma proposta diferente.

O Sr. André Luiz Felipe do Monte - Há possibilidade de consenso, Deputado.

O Sr. Presidente - Vou pedir a paciência de todos para que a Maria Hilda trate do Destaque 21.

A Sra. Maria Hilda - O 21 está redigido assim: "(...) combate a toda discriminação de raça e gênero". Sou contrária a essa redação. Proponho substituir "raça e gênero" por "combater toda e qualquer discriminação, resguardando-se o cumprimento do art. 5º da Constituição Federal". Temos discriminação por religião, por política, etc.

O Sr. Presidente - Vocês concordam com a Maria Hilda? (- Pausa.) Então, acatamos o seu encaminhamento.

O destaque 22 diz o seguinte: "(...) estabelecimento de uma política de assistência integral aos portadores de deficiência em decorrência de acidentes de trânsito e de acidentes de trabalho". A Terezinha propõe um acréscimo. Ficaria assim: "(...) estabelecimento de uma política de assistência integral aos portadores de deficiência em decorrência de acidentes de trânsito e de trabalho e de outros que levem a seqüelas". Ou seja, acrescenta outras situações que também podem ser causadoras de acidentes e de seqüelas. Não é isso, Terezinha?

A Sra. Terezinha - É.

O Sr. Presidente - Todos concordam com o encaminhamento da Terezinha? (- Pausa.) Aprovado.

O Sr. Eni Carajá - Uma das preocupações da Terezinha é que o Ministério da Saúde criou uma política de atenção à pessoa deficiente, mas não está tendo recursos para implementá-la. A proposta é garantir o destaque da Terezinha e do Jorge, e acrescentar o seguinte: "(...) com conseqüente ampliação dos recursos para o atendimento". Não adianta garantir a política, se não garantirmos os recursos para o atendimento.

O Sr. Presidente - Recursos de atendimento são parte da política. É apenas uma questão de redação: logicamente, para que uma política de atendimento seja assegurada em toda a sua dimensão, precisa ter financiamento. Mas entendo que essa é uma questão que poderemos resolver na redação final.

Para o item 23, estão inscritos a Maria Hilda e o Jorge.

A Sra. Maria Hilda - Criar é muito fácil: é como fazer um filho; depois, fica por aí. Então, proponho acrescentar-se ao item 23, que diz o seguinte: "criação de centros de convivência de apoio às famílias, que atendam a todas as faixas etárias (crianças, adolescentes, idosos)", o seguinte: "assegurando-se condições efetivas e permanentes para seu funcionamento".

O Sr. Jorge - Retiro meu destaque.

O Sr. Presidente - Acolhido o encaminhamento da Maria Hilda, passamos ao item 26.

O Sr. Presidente - Nos itens 24 e 25, não há inscrições em nenhuma formalização de proposta de mudança. Ouviremos apenas os inscritos. Com a palavra, a Jovina.

A Sra. Jovina - No item 25, "combate à truculência policial", gostaria de acrescentar: "sofrida por eles próprios, dentro dos quartéis, que a repassam para a população".

O Sr. Almir - Fiz uma proposta de mudança na redação do item 25, e o que combinamos foi que, nesses casos, encaminharíamos a proposta por escrito. Foi o que fiz; a proposta deve estar na mesa.

A Sra. Jovina - Só um minuto, por favor. Gostaria de ouvir a opinião sobre o que propus, porque sabemos que, dentro do quartel, o policial sofre truculência, que depois repassa para a família e a população.

O Sr. Presidente - Vejamos a proposição do Almir: "O Estado tem o dever de combater e punir todas as formas da truculenta violência policial e de investir na formação das polícias em direitos humanos, com corte de gênero, raça, sexualidade etc.".

A Sra. Kika - Essa é a minha proposta.

O Sr. Presidente - Certo. Almir, por favor.

O Sr. Almir - Temos a tendência de fazer uma discussão mais apaixonada sobre a questão da truculência policial, colocando de um lado a instituição policial e de outro a comunidade, em uma relação muito tumultuada. Mas, na verdade, constatei em vários relatos de policiais, que eles têm medo de abordar e de ir contra a população, da mesma forma que a população tem medo deles. Ou seja, também têm dificuldades, pois não estão preparados para abordar a população. Assim, para não fazermos uma discussão apaixonada nem radicalizar para um dos lados, a proposta de redação que faço é parecida com essa, para que seja mudada a formação policial.

O Sr. Presidente - Mudança no processo de formação da polícia, ministrando-se matérias como cidadania e direitos civis, com o objetivo de proporcionar maior interação entre a polícia e a comunidade, evitando o abuso de poder e a violência policial.

Parece-me que, com referência ao conteúdo, não há divergências significativas; é apenas questão de redação. Vocês podem ajudar a Mesa nessa redação. Se não houver opinião em contrário, podemos fazer o encaminhamento para acolher essa sugestão.

O Sr. Marco Antônio - Havia destacado a Proposta nº 25.

O Sr. Presidente - O que você propõe em relação ao que já foi apresentado?

O Sr. Marco Antônio - Acho estranho a população falar que um policial é truculento. É importante fazer a reciclagem desse trabalhador, que não tem condições de trabalho, porque muitas vezes o estatuto da própria polícia faz com que ele seja truculento. Ele precisa ter melhores condições de trabalho.

O Sr. Presidente - Marco Antônio, desculpe-me, mas você não estava inscrito para a Proposta nº 25. Sua inscrição não foi formalizada.

O Sr. Marco Antônio - Não estava inscrito, Deputado? Foi falta de atenção da Mesa, porque fui o primeiro a me inscrever.

O Sr. Presidente - A Mesa informou que não há formalização do seu encaminhamento.

Proposta nº 26.

A Sra. Carmem - Solicito a junção das Propostas nºs 26, 65 e 82. Trabalho numa penitenciária e conheço intuitivamente o que ocorre ali dentro. O apoio às famílias dos encarcerados é muito importante. Se o Estado conseguir fazer isso, o retorno desse homem para a sociedade será de 80%.

Não usamos o termo "preso" nem o termo "detento". Usamos a palavra "recuperando". Essa é a política da atual Secretária de Justiça, Dra. Ângela Pace, pessoa maravilhosa com quem tenho o prazer de trabalhar.

Quando o recuperando está dentro da penitenciária, fica aflito sem saber o que está ocorrendo com a sua família. Se o Estado promover algum tipo de auxílio direto a essa família, o recuperando terá tranquilidade para ficar atrás das grades, sem fazer bagunça e cumprir a sua pena em paz.

A Proposta nº 65 fala sobre a socialização e a ressocialização do presidiário, a fim de conter a reincidência. Já estamos fazendo isso, mas é muito difícil, porque essa responsabilidade é jogada somente para o Estado. As empresas privadas devem ser incentivadas a participar disso, porque têm feito muito pouco. A parceria é muito pequena.

A profissionalização do detento não deve ser feita somente através do artesanato. O que adianta formar um carpinteiro, se ele ficará de braços cruzados. É importante que a empresa privada faça parcerias, e seja montada uma política para incentivá-las.

Se trabalhar, o recuperando tem a sua pena reduzida. A cada três dias de trabalho, tem um dia de redução de pena. Seria interessante que o recuperando pudesse fazer o estudo formal, não só o profissionalizante. Conforme o seu rendimento, teria uma redução de pena. Esse estudo formal é muito importante.

O Sr. Presidente - Os itens são 26, 65 e 82. Os que poderão falar são os que se inscreveram, e são vários. Que item vai tratar?

O Sr. Discélio - No item 26 quero acrescentar. Não faço questão da mudança de "encarcerado" para "recuperando", mas que se estenda aos trabalhadores da área e a seus familiares. Aí fica a preocupação de fazer esse trabalho só com o encarcerado ou recuperando.

O Sr. Presidente - Propõe estender o trabalho a que setores?

O Sr. Discélio - Aos trabalhadores do setor e a seus familiares, porque a consequência é igual.

O Sr. Presidente - O que significa? Para policiais, Carcereiros, Delegados?

O Sr. Discélio - Os agentes penitenciários, é a mesma área que está defendendo. Lerei a proposta: "Apoio às famílias dos encarcerados e também dos trabalhadores da área". Quando há rebelião que traz problema aos familiares, não há quem faça esse tipo de trabalho junto a eles. Tem de se estender aos trabalhadores e a seus familiares.

O Sr. Presidente - Proposta da Carmem. Questões 26, 65 e 82. "Apoio às famílias dos encarcerados, ressocialização dos presidiários, profissionalização do detento. O apoio às famílias dos recuperandos é importantíssimo porque dá aos homens atrás das grades certa tranquilidade para ficar lá, cumprindo suas penas em paz, sabendo que seus filhos estão sendo assistidos. A troca de informação entre a família do recuperando e o Estado será fundamental para a elaboração das estratégias necessárias ao bloqueio da reincidência. O programa de profissionalização deverá ser acompanhado de política que incentive o empresariado local a utilizar a mão-de-obra já qualificada. Após o cumprimento da pena, o recuperando deverá ser acompanhado periodicamente pelo Estado, que deverá continuar a dar apoio à família do recuperando, fazendo dessa família uma chave, uma arma garantidora da não-reincidência. Além de cursos profissionalizantes, os cursos formais de educação, de alfabetização, de 1º grau, do 2º grau deverão garantir a redução da pena para aqueles que obtiveram determinado rendimento escolar."

O problema é que estão chegando vários encaminhamentos, e fica inviável dar continuidade a esse tipo de solução porque sacrifica vocês e a nós. Há várias pessoas que desejam manifestar-se sobre esse assunto. Está sendo questionado se é possível se reunirem e discutirem esse tema. Já dissemos que, quando o pessoal se reunir, haverá perda em relação aos outros, não temos como ficar esperando. Já são 13h15min. Apresentaremos a leitura e votarão? Já estou num estágio de constrangimento porque a cada momento aparece situação diferente, exatamente por falta de planejamento desta plenária final, das diferentes formas com que se pode encaminhar.

A Sra. Tânia - Adelmo, proponho que as pessoas que apresentaram destaque do item 26 se reúnam e façam uma proposta só.

O Sr. Presidente - Mas não é só a 26. São a 26, a 65, a 82, são outras, são várias.

O Sr. Arruda - Sobre o item 20, já encaminhamos à Mesa a nova redação.

O Sr. Presidente - Joana.

A Sra. Joana Paranhos - A minha proposta é a seguinte: que se incluam as vítimas do encarcerado, visto que hoje não é só o rico que tem condições de arcar com as despesas que aquele encarcerado lhe causou. Então, seria também para a família das vítimas. Muitas vezes um pai é morto e os filhos ficam desamparados.

O Sr. Presidente - Joana, deixe-me fazer uma consideração. Estamos tratando de um tema. Se puxarmos o fio da meada, trataremos de tudo.

A Sra. Joana Paranhos - Quero que incluam as vítimas...

O Sr. Presidente - Estou colocando uma questão. Vamos trabalhar com a proposição, concretamente. Se houver uma idéia nova, uma proposição nova, estamos aqui para sistematizá-las, para encaminhá-las e, em um outro momento, até para discuti-las. Sei que há muitos problemas: da vítima, do Carcereiro, do Delegado, do policial; há todos os problemas. Estamos tratando dos encarcerados, dos recuperandos, não é mesmo?

A Sra. Joana Paranhos - Sei que os direitos humanos são contra colocar as vítimas também, mas acho de fundamental importância, se estamos tratando de um todo, colocar também as vítimas. Não são só os milionários que são vítimas. Elas existem na favela, em todo canto. Devemos ter coragem para falar o que sentimos. Coragem para falar a verdade. Acho que aos encarcerados, às encarceradas e também às vítimas.

O Sr. Presidente - Vocês tratem de formular a proposição. Há alguém contrário ao encaminhamento da Joana?

A Sra. Leda - Falarei uma coisa que será contestada. Tudo bem que a família do encarcerado tem de ser atendida. E a família da vítima? Como fica? É outro item. No meu bairro há famílias em que a mãe está desesperada, porque perdeu um filho assassinado, e a pessoa está presa. Acolherão essa pessoa. E essa mãe que perdeu um filho? E essa mãe que perdeu uma filha no bairro, assassinada por um bandido? É preciso que os direitos humanos sejam para todos, não só para os bandidos, esquecendo-se das vítimas. Não estamos agüentando mais isso. Concordo que se deve fazer tudo pelo encarcerado, porque eles são gente que um dia deixaram de ser, mas temos de olhar para a vítima. Estamos nos esquecendo dos direitos humanos para as vítimas, do acolhimento às famílias das vítimas dos bandidos que estão encarcerados.

O Sr. Presidente - Esse encaminhamento da Leda é importante. É uma proposta nova. É isso o que estou colocando. Não é nova? Se está tratando do encarcerado de um lado...

A Sra. Jovina - Não encaixa no 25.

O Sr. Presidente - Mas é uma proposta nova, é uma proposta que vocês estão encaminhado no 25, 26.

A Sra. Jovina - A minha angústia, a minha bandeira tem sido os encarcerados. Fiz essa proposta no meu grupo: apoio às famílias dos encarcerados. Considerei que ficou mutilada, porque é apoio ao encarcerado e à família. Seria apoio ao encarcerado no seu processo psicológico, religioso, judiciário, no trabalho, e à família, também, nesses aspectos. E por que não uma cesta básica para aquela família que necessita? Lembramos também o apoio à família do encarcerado e da encarcerada, frisando o homem e a mulher.

O Sr. Presidente - A proposição da Carmem trata dessas questões que você está levantando.

A Sra. Jovina - Outra coisa: privatização das cadeias.

A Sra. Kika - Não é minha vez, nem me inscrevi no item 26, mas tentei fazer um "lobby" com as companheiras e com os companheiros que fizeram essa proposta. Foi colocado: famílias dos homens presos.

Hoje temos um contingente cada vez maior de mulheres envolvidas com o narcotráfico e a violência. Há pouco tempo, houve uma matéria na televisão sobre o assunto. É importante que algumas mulheres que se encontram encarceradas também sejam contempladas.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Questão de ordem. A não ser na questão da privatização, em tudo houve consenso. Não vi nenhuma contradição nessas redações que impossibilite seu encaminhamento.

A Sra. Jovina - Se o Governo não dá conta dessa lástima, vamos privatizar.

O Sr. Presidente - Votaremos cada uma das propostas que aqui estão para não haver confusão. A proposta da Carmem foi lida e pergunto se há alguém contrário a ela. (- Pausa.) Acolhemos, então, a proposta. Carmem já fez sua manifestação, que aqui foi lida.

Estamos tratando de diferenças a serem compatibilizadas. (- Pausa.)

A Sra. Terezinha - Questão de ordem. Nossos destaques estão ficando parados no meio, em todas as conferências. Ontem, minha proposta não entrou no Grupo I. Tratava-se da discussão do corte da verba do orçamento da órtese e prótese.

O Sr. Presidente - Qual é?

A Sra. Terezinha - O Paulo passou para a Mesa.

O Sr. Presidente - Falo de proposta nova, Terezinha.

A Sra. Terezinha - É proposta nova.

O Sr. Presidente - Essa sua angústia é a de todos nós. Mas, pergunto-lhe, qual é a solução? Terezinha, pode fazer o encaminhamento de solução para a questão?

A Sra. Terezinha - Acabaremos por perder tudo novamente.

O Sr. Presidente - A Mesa sistematizará todos os encaminhamentos a serem submetidos à apreciação do Plenário, o que deveria ter sido feito

antes. Não há coordenador que tenha condições de resolver o assunto de maneira acelerada sem que haja um encaminhamento sistematizado. Aqui vieram todos os encaminhamentos, a serem discutidos com vocês, sem nenhuma sistematização. Esse o problema.

A Sra. Cilene - Gostaria de fazer uma inclusão no item 57, que também engloba o item 22.

O Sr. Presidente - O item 57 não está neste bloco. Com a palavra, o Sr. Jorge.

O Sr. Jorge - A plenária está se esvaziando. Temos comissão constituída com a Assembléia, os Conselhos Estaduais de São Paulo, Espírito Santo, Minas, enfim, da região Sudeste. Já são 13h25min. Às 14 horas, teremos de liberar o Plenário, e não haverá condições de esgotar esses trabalhos. Sugiro que suspendamos os trabalhos e que essa comissão, com muita seriedade - como tem feito até hoje -, acate os destaques para fazer avaliação criteriosa, sem prejudicar parte alguma. Poderíamos discutir isso num segundo momento.

O Sr. Presidente - É interessante o seu encaminhamento, mas vamos encerrar às 14 horas, dando oportunidade a outras pessoas. Há manifestações contrárias e diferentes da sua.

Vamos ver se, nesses 25 minutos que temos, conseguimos aproveitar o máximo para discutir o mérito das questões postas.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Alguns encaminhamentos são muito importantes, como a construção do fórum estadual e do fórum macrorregião de violência. Seria bom termos tempo para fazer discussão rápida sobre a formação desses fóruns permanentes, como foi feito em âmbito nacional.

O Sr. Presidente - Há ainda esse encaminhamento do Paulo.

Com a palavra, o Guido.

O Sr. Guido - Vou tentar fazer uma proposta. Se a conferência termina às 14 horas, poderíamos eleger comissão para acompanhar esses trabalhos e fechar a conferência.

O Sr. Presidente - Já temos comissão com representantes de todos os setores presentes. Se suspendermos os trabalhos para votar a formação de outra comissão, estaremos consumindo esse tempo sem acrescentar nada.

O Sr. Guido - A plenária pode terminar às 14 horas, por que essa comissão dará prosseguimento aos trabalhos?

O Sr. Presidente - Exatamente, é a proposta do Jorge.

A proposta de redação do Destaque nº 20: "Promoção de sindicâncias e auditorias permanentes, para atender à qualidade dos atendimentos nos órgãos públicos e conveniados de saúde, com acompanhamento dos respectivos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde, e efetiva implementação de ações e medidas recomendáveis e encaminhamentos legais competentes". O Plenário está de acordo com essa redação? (- Pausa.) Está bem.

Há a proposta do Paulo. Como o tempo restante é de 30 minutos, poderemos continuar com a discussão dos destaques e das novas propostas, que não terminará. Sei da angústia da Terezinha com relação às propostas novas, que serão remetidas à comissão para apreciação. Só de propostas novas são mais de duas dezenas. Podemos discutir o fórum, porque o tempo é suficiente, ou podemos discutir outro assunto que considerarmos essencial. Há ainda a proposta da Carta do Sudeste. Vamos apresentá-la e submetê-la à apreciação do Plenário. Gostaria de ouvir o Plenário para fecharmos a questão.

O Sr. Arruda - Há moções a serem lidas?

O Sr. Presidente - Há duas.

O Sr. Evaristo Garcia - Se possível, gostaria que o 83 e o 95 fossem discutidos. Acho que a universidade acabaria com a violência. O Governo do Estado não tem condições para investir nisso. Dos presidiários, 60% são jovens, de 16 a 25 anos.

O Sr. Presidente - Submeto à apreciação o encaminhamento: leitura das moções, leitura da Carta do Sudeste e encerramento com a discussão do fórum, proposta do Paulo.

O Sr. Jorge - Acho fundamental o referendo da Região Sudeste à Carta de Brasília, que tem grande conteúdo.

O Sr. Almir - O que está em pauta é proposta de carta, não a carta definitiva. A comissão tentará conciliar as propostas aprovadas dos grupos. A carta contemplará esse trabalho.

O Sr. Presidente - Então, a carta ficará remetida à Comissão. Dispensar sua leitura, porque não há sentido ler. Podem lê-la em outro momento. O texto vai ser remetido à comissão. Vamos apresentar referendo à Carta de Brasília.

A Sra. Maria Hilda - Quero fazer um acréscimo. Temos assistido, sistematicamente, ao discurso, principalmente dos candidatos políticos, de que a educação seria a saída para o desenvolvimento. Faço uma recomendação especial quanto à questão da educação.

A Sra. Kika - Li a carta e, embora não tenhamos sido convidados para ir lá, gostaria de destacar a inclusão do setor minorias. A carta não pode ir com esse item.

O Sr. Presidente - Vamos fazer o encaminhamento da votação do referendo à Carta de Brasília, com o destaque da Kika. Os que estiverem de acordo com a Carta, com o destaque da Kika, excluindo as minorias, queiram se manifestar. Os que são contrários queiram se manifestar. Há abstenções? Sem abstenção e sem voto contrário, o Plenário referenda e reconhece a Carta de Brasília. Proponho que a Kika faça o encaminhamento, ou seja, verifique se os companheiros acolhem o seu encaminhamento. Acho que isso é até dispensável. Está propondo que se substitua o termo "minorias" por?

A Sra. Kika - Rever o parágrafo. Onde foi colocado "minorias"....

O Sr. Presidente - O que está propondo é que não se deve utilizar "minorias" para se referir a setores excluídos e marginalizados da sociedade, quaisquer que sejam, negros, idosos, mulheres, crianças. Estão de acordo com esse encaminhamento? Alguém é contra? Referendo a Carta de Brasília, com o destaque acolhido pelo Plenário de que não se deve utilizar o termo "minorias" para as questões referidas.

"Moção de aplauso à Assembléia Legislativa e aos idealizadores - Deputado Adelmo Carneiro Leão, Deputado Edson Rezende, Deputada Maria do Carmo e comissão de organizadores. Parabéns. Jorge Ramos." Os que estiverem de acordo queiram se manifestar. (- Palmas.) Muito obrigado. Os que são contrários. (- Pausa.) Abstencões. (- Pausa.) Votação sem abstencões e sem votos contrários.

Moção de mobilização contra a violência. São vários os seus propositores. Alguns nomes posso ler, mas não consigo explicitar todos, porque são assinaturas.

O Sr. Carlos Roberto de Arruda - Eu propus a moção, e as pessoas que assinaram foram aquelas que assinaram o texto.

O Sr. Presidente - Carlos Roberto de Arruda fez a proposta, e outros são signatários da seguinte moção de mobilização contra a violência: (- Lê:)

"Felizmente, a sociedade está se mobilizando, está se articulando para combater a violência. Devemos nos animar e intensificar os atos de construção da paz, porque, se atuamos na causa, podemos mudar as conseqüências da violência e evitar o caos social que está por vir. A violência urbana tem crescido assustadoramente por conta de uma série de fatores decorrentes da hipertrofia dos agentes do ego, apoiada na falta de perspectiva dos jovens, no desemprego dos pais, etc. Os interesses econômicos se sobrepõem à fome, à miséria, etc., que saltam aos nossos olhos em quase todas as esquinas, ruas e avenidas, nos hospitais, nos presídios, etc., da maioria das cidades. Segundo estimativa do UNICEF, cerca de 2 milhões de crianças morreram em conflitos armados nos últimos dez anos, como vítimas indelévels da violência generalizada.

Nossas crianças e adolescentes, bem como os desempregados, são vítimas de uma violência não declarada, que é magistralmente ofuscada pela ideologia neoliberal da camada dominante. A imprensa tem divulgado com muita propriedade o que acompanhamos com muita tristeza: denúncias, relatos de maus-tratos, assassinatos, impunidades, corrupção, etc., mostrando as vítimas e os autores da violência. Porém, os verdadeiros autores e as verdadeiras causas a imprensa não ousa mostrar. A camada dominante da sociedade, os setores conservadores escondem a verdadeira violência, que é a concentração de renda e a injustiça da má distribuição desta, o desemprego, a ausência de política habitacional, a má assistência à saúde e à educação da massa social majoritária. Portanto, todas as pessoas de bem que ainda não estão corrompidas pela violência exacerbada da concentração desmesurada de renda, que têm consciência do beco sem saída em que a violência nos colocou, devem lutar pela construção da paz para as crianças e adolescentes e promoverem atos, passeatas, etc., em defesa da vida."

Aqueles que estiverem de acordo queiram se manifestar. (- Pausa.) Obrigado. Manifestação dos contrários. (- Pausa.) Abstencões.

O Sr. Garcia - Onde está "etc.", Deputado, gostaria de colocar a seguinte expressão: "o tráfico de menores, que são vendidos para a Europa". Em três anos, foram vendidos 4 mil para extração de órgãos, companheiros.

Está aqui o documento que prova que meninas que terminam o 1º grau são abordadas na porta dos colégios e vão arranjar emprego na França e em outros países. O número chega a 75 mil, entre as que se prostituem e as que são assassinadas para retirada de órgãos. Temos de tomar medidas contra essas ações irregulares.

O Sr. Presidente - Essa denúncia do Garcia pode constar no relatório final, e acho que deve. Como estamos encaminhando proposta de moção assinada por vários companheiros e companheiras nossas, há o impedimento da fala dele. Esta moção está aprovada sem votos contrários ou abstencões.

O Sr. Denilson Martins - Questão de ordem à Mesa. Estou muito preocupado com o prosseguimento da sessão, tendo em vista alguns pontos polêmicos. Por exemplo, no 65, inclusive, temos emendas. Também o 71, 72 e 80 são polêmicos. Estou receoso de que o texto seja aprovado sem que esses itens sejam modificados, melhorados. Predisponho-me a fazer parte da comissão que dará prosseguimento a esse trabalho.

O Sr. Presidente - São tantas as propostas novas que é impossível vermos o que é polêmico ou não. Se há destaque, o entendimento é que há polêmica, problemas. Todos os que estão presentes, tomando conhecimento desses destaques, todos os que fizeram destaques podem oferecer à Mesa, à Comissão que vai dar prosseguimento ao trabalho as suas considerações. Todos aqueles que, analisando mais detalhadamente, com mais tempo, cada um dos relatórios, podem fazer suas considerações.

Acredito que nenhum tema destacado seja encaminhado na forma original. As considerações dos nossos companheiros, daqueles participantes serão anotadas para conhecimento de todos os que receberem o relatório final.

Sabemos da dificuldade e gostaríamos muito de ter tempo suficiente para isso. Se trabalhássemos o dia inteiro, em face da própria característica da plenária, poderia ser muito mais rigoroso, disciplinador, mas aprendi, nesta discussão, que é desta forma, com estas dificuldades, tropeços, com as intervenções até indevidas, que também estamos aprendendo. Este é um processo de aprendizagem que nos impede de avançar em todos os temas, mas nos ensina a ver as limitações, os nossos anseios.

Penso que o entendimento da plenária é o de que nenhum item destacado seja encaminhado sem a devida consideração das pessoas que o destacaram e, mesmo, daquelas que quiserem fazer considerações em relação a esses itens para efeito de apreciação em outros seminários.

A Maria do Carmo Lara já nos colocou que este é um entre muitos seminários que vamos fazer. É contribuição que estão oferecendo.

Ressalto a presença do Deputado Aílton Vilela e a oportunidade para que, nestes 15 minutos finais, possam tratar do fórum. Temos um tempo pequeno. Ao invés de tratarmos do mérito das questões não discutidas, aqueles que quiserem integrar a Comissão, encaminhar documentos, colaboração, tenho certeza de que essa Comissão, que é plural, representativa de todos os setores, de todos os Estados, estará atenta para receber essa contribuição e enriquecer mais o que estão produzindo.

O Sr. José Guilherme - Em meu nome e no do meu companheiro, que viemos de São Paulo, através de delegação do Pleno do Conselho Estadual de Saúde, trago nossos agradecimentos à Assembléia Legislativa, que tão confortavelmente nos acolheu e nos deixou muito à vontade. O seminário, para nós, foi um sucesso, pela sua realização em si.

Quanto aos encaminhamentos, compreendemos que não é fácil, em período curto, discutir temas tão abrangentes quanto a saúde e a violência.

Conselheiros titulares do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo - meu companheiro, representando os usuários e eu, representando os trabalhadores -, colocamo-nos à disposição para discutir no Plenário daquele Conselho as deliberações que não conseguimos concluir esta manhã.

O Sr. Eni Carajá - O CES de Minas Gerais faz suas as palavras do companheiro José Guilherme.

Sugerimos à Comissão que vai fazer a esquematização das propostas que as questões polêmicas e fora da lei, mesmo que com emendas, não sejam consideradas. É o caso da redução da idade das crianças e dos adolescentes. Que tudo o que está no Estatuto da Criança e do Adolescente seja preservado no relatório.

O Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho - Proponho que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, os Deputados Estaduais e Federais que acompanharam nossos trabalhos, os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, as Secretarias, as entidades sindicais e representativas da saúde, da educação, da polícia e dos trabalhadores criem um fórum permanente de trabalho. Que dos conselhos, entidades e instituições que aqui se encontraram tiremos grupos de trabalho para darem seqüência a este fórum.

O Sr. Presidente - Coloco para apreciação do Plenário a sugestão de, a partir deste seminário, o grupo organizador constituir um fórum permanente na defesa da saúde e contra a violência no Brasil, a começar do Sudeste mineiro.

A Sra. Maria Hilda - Este evento foi de extrema importância e conseguiu reunir, sem preconceitos regionais, pessoas de outras partes do País. Vale ressaltar a simpatia dos visitantes.

Preocupam-me algumas propostas relativas à educação. Quando se fala em participação, refere-se muito aos jovens, aos grêmios estudantis e aos pais. Não se fala em alunos e professores.

Quero garantir a discussão efetiva sobre a participação democrática de pais. Não abono a participação de leões-de-chácara.

A criança também é aluno e também deve ser considerada como gente. Com certeza, os pequenos são a garantia do futuro. Além do mais, a escola não é freqüentada apenas por crianças e jovens, mas também por adultos e idosos, que não podem ser abandonados nas propostas da educação e da sociedade.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Adriano.

O Sr. Adriano - Por uma questão de delicadeza e de justiça, agradeço aos Deputados Edson Rezende e Adelmo Carneiro Leão, autores do requerimento para a realização deste seminário. O Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Antônio Júlio, imediatamente prontificou-se a sediar o evento, entendendo sua importância. A equipe da Casa, com a participação direta de Juscelino e Míriam, acompanhou todo o processo. Em nome do gabinete da Deputada Maria do Carmo Lara, Presidente da Subcomissão de Violência Urbana, agradeço. Estamos discutindo o tema da violência urbana, que podemos estender, de maneira mais ampla, para a violência rural. Este foi um seminário vitorioso, de extrema importância para a discussão nacional.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Sr. Garcia.

O Sr. Garcia - Levo à consideração dos senhores um caso que estamos vivendo em Belo Horizonte. A UFMG só absorve 4 mil dos jovens que concluem os estudos na escola pública. Infelizmente, 170 mil não têm como estudar, não têm universidade, não têm como prosseguir seus estudos. Então, viram aviãozinho para vender maconha, vão para o assalto ou viram anjinhos, meninos que tomam os colares das pessoas. Agora já estão mais agressivos. Quebram os vidros dos carros, usam caco de garrafa e assaltam.

Coloquei um adendo na proposta de educação para que o Governo do Estado cuide da UEMG, a fim de absorver uma parte dessas crianças, porque, do total de presidiários, 60% são jovens entre 18 e 25 anos.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Jorge.

O Sr. Jorge - Questão de retratação. Em nenhum momento, tive a intenção de acusá-lo no que diz respeito à contagem de votos. Desculpe-me se foi esse o entendimento. Principalmente em nome dos conselhos municipais, agradecemos. Vamos continuar na luta até o fim dos nossos dias.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Arnaldo.

O Sr. Arnaldo - O Conselho Municipal de Saúde faz suas as palavras do companheiro do Conselho Estadual e coloca-se à disposição para engrossar esse fórum, agradecendo a receptividade.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Helbert.

O Sr. Helbert - Sou do Conselho Estadual de São Paulo. Peço ao pessoal de Belo Horizonte e das cidades da região que faça o fórum popular de saúde, que é independente. Está aberto para todos os segmentos da sociedade, para quem quiser participar, inclusive os políticos. É ele que dá base para a luta dos conselhos locais e municipais. Em São Paulo vamos criar o fórum regional.

Sugiro articulações para se criar esse fórum de saúde, para discutirmos essa questão. Enquanto existirem pessoas com boas intenções, querendo ajudar, vamos dar as mãos e trabalhar, pois só assim venceremos esse desafio.

O Sr. Presidente - Obrigado.

O Sr. Guido - Peço aos Deputados que acompanhem com carinho as propostas do Grupo 2, porque muitas delas serão lei.

O Sr. Presidente - Todos iremos acompanhá-las com carinho.

O Sr. Roosevelt - A psicóloga Raquel Mourão, que não se encontra presente, pediu que informasse que será realizado o Seminário Metropolitano de Sensibilização em Violência de Gênero e Saúde no dia 23/5/2002, de 8h30min às 18 horas, no auditório do 2º andar.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Silene, que, infelizmente, não teve a oportunidade de fazer a defesa do seu destaque, mas a Comissão terá o compromisso de responder-lhe à altura.

A Sra. Silene - Moro no Padre Eustáquio, região Noroeste de Belo Horizonte. Quero fazer uma denúncia em público. Quando a pessoa é acidentada, entra com processo no Fórum. Entrei com um processo em 1984, e só em 2000 o Juiz deu o veredicto a favor da minha filha. Mas o Juiz me disse que a família era obrigada a procurar o réu. Onde chegaremos com isso?

O Sr. Presidente - A Comissão de Direitos Humanos está à sua disposição para acolher a sua denúncia e encaminhá-la da melhor maneira possível.

A Sra. Paulete - Deputado Adelmo Carneiro Leão, agradeço em nome da nossa equipe da Delegacia de Polícia de Divinópolis. A nossa proposta para dar mais importância ao profissional que trabalha lado a lado com a violência foi encaminhada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Maria.

A Sra. Maria da Natividade - Em nome da Comissão Intersetorial do CNS, que trata de violência e trauma, agradecemos a esta Casa, na pessoa do Deputado Adelmo Carneiro Leão, à nossa querida Deputada Federal Maria do Carmo Lara, a todos dos conselhos e da sociedade organizada. Continuaremos unidos com a sociedade, com o parlamento e com todas as pessoas que tiverem a intenção firme de contribuir para diminuir, quem sabe até minimizar, as ações da violência sobre a saúde do povo brasileiro. Agradeço especialmente aos técnicos, aos funcionários desta Casa, ao CNS e aos funcionários do gabinete da Deputada Federal Maria do Carmo Lara pelo apoio que nos foi dado na realização deste evento. Que tenhamos a consciência do dever cumprido. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Natividade. Com a palavra, Maria do Carmo.

A Deputada Federal Maria do Carmo Lara - Vou usar este momento para, também, agradecer. Agradecer, de imediato, à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, que delegou poderes para que pudéssemos iniciar os trabalhos do seminário da Região Sudeste. Prontamente, o Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio, abriu a Assembléia Legislativa de Minas para acolher a Região Sudeste, em conjunto com os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Edson Rezende, das Comissões de Saúde e de Direitos Humanos, que se colocaram à disposição para contribuir para a realização deste seminário, bem como toda a equipe desta Assembléia: o Juscelino, a Miriam, todos os técnicos e funcionários. Acima de todos esses agradecimentos, agradeço a todos que estiveram presentes e colaboraram. Minas realizou o primeiro seminário regional. Com certeza, demos o passo inicial para que os outros seminários sejam realizados também. No final do ano a Comissão de Desenvolvimento Urbano fará realizar a III Conferência das Cidades, em Brasília, e este ano o tema proposto é A Violência Urbana e Segurança Pública na Cidade. Esse tema vai se somar a todos os resultados das conferências regionais. Então, em novembro, provavelmente, vamos estar juntos e contribuir com a constituição dos fóruns regionais ou estaduais, o que for necessário.

Agradeço, de coração, a meu Estado, Minas Gerais, à Assembléia Legislativa e a todos os Deputados e pessoas que contribuíram, bem como ao Conselho Nacional de Saúde, que é o grande parceiro nesta nossa caminhada. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputada Maria do Carmo Lara. Peço desculpas a todos pelas falhas cometidas, mas asseguro-lhes que essa forma de atuação foi para mim um aprendizado importante para cada vez servir melhor e mais ao interesse público e ao interesse das grandes e valorosas causas pelas quais lutamos.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais agradeço a presença, o trabalho, a contribuição de cada um de vocês; e, de um modo muito especial, agradeço à Assessoria da nossa Assembléia Legislativa, um corpo técnico dedicado, comprometido, que vai, com seu trabalho, aprimorar também o que produzimos aqui. Agradeço a todos os que foram convidados e atenderam ao chamado, dando valiosa contribuição para avançarmos na defesa da vida, no combate à violência e na promoção da saúde, para fazer deste nosso Estado e da nossa região um espaço de dignidade e de cidadania, de solidariedade e de compromisso com a vida. Em nome da Assembléia Legislativa agradeço a todos vocês e quero destacar a presença sempre intensa, atuante, da Terezinha, do Garcia, da Maria Hilda, do Roges, de todos que vieram participar e nos ajudar nessa grande empreitada. Que Deus os abençoe, proteja e fortaleça!

- O Documento Final, elaborado pelos grupos de trabalho, é o seguinte:

- A sistematização das propostas oriundas do Seminário Regional Violência Urbana e Saúde Pública está sendo feita pela comissão organizadora do evento, juntamente com técnicos da Assembléia Legislativa. O relatório final será publicado em data posterior e encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados e ao Conselho Nacional de Saúde.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta reunião, a Presidência a encerra, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 250ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 20/6/2002

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Rêmoló Aloise; aprovação - Inexistência de quórum para votação de propostas de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar - Discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.254 e 1.937/2002; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.948/2002; aprovação com as Emendas nºs 1 a 8 e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.936/2002; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.017/2002; aprovação - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.759/2001; não-recebimento de emenda do Deputado Álvaro Antônio; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Antônio Andrade; aprovação do requerimento; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1; votação da Emenda nº 1; rejeição; declaração de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Durval Ângelo - Edson Rezende - Ermano Batista - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - João Batista de Oliveira - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.759/2001 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.254/2000, do Deputado João Paulo, que dispõe sobre a proibição do uso de telefones celulares dentro de salas de aula, teatros, cinemas, igrejas e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. (- Pausa.) Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.937/2002, do Governador do Estado, que prorroga o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 11.548, de 27/7/94, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Palma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. (- Pausa.) Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.948/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça; com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e com as Emendas nºs 2 a 8, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça; com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e com as Emendas nºs 2 a 8, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 8. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.948/2002 com as Emendas nºs 1 a 8 e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.936/2002, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.437, de 30/12/99, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.936/2002 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.017/2002, do Deputado Antônio Júlio, que revoga dispositivos da Lei nº 10.848, de 3/8/92, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Presidência vai suspender a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.759/2001, do Governador do Estado, que fixa jornada de trabalho para os segmentos das classes que menciona, do Quadro Especial da Secretaria de Estado da Saúde - Anexo I - 0, de que trata o Decreto nº 36.033, de 14/9/94, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão

de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- A Mesa, nos termos do inciso I do art. 228 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

Emenda ao Projeto de Lei nº 1.759/2001

Acrescente-se onde convier:

"Art. - O ocupante de cargo efetivo ou detentor de função pública de Auxiliar Administrativo I-II-III, Técnico Administrativo I-II-III, Analista da Administração I-II-III, Técnico da Educação I-II-III e Analista da Educação, constante no inciso III - Anexo I-G - Secretaria de Estado da Educação, poderá, no período de 30 dias, contados a partir da publicação desta lei, optar pela jornada de trabalho de 8 horas diárias."

Álvaro Antônio

Justificação: A emenda objetiva oferecer uma nova oportunidade de opção pela ampliação da jornada de trabalho para o funcionário do Quadro Especial da Secretaria de Estado da Educação e Superintendências Regionais de Ensino. Considerando o art. 25 da Constituição Estadual e o art. 90 da Lei nº 869, de 1952, que impedem o acúmulo de cargos técnicos, nada mais justo, em se tratando de dedicação exclusiva, que esses funcionários tenham uma nova oportunidade.

Não haverá grande impacto financeiro para o erário público, pois calcula-se sejam 66 os funcionários pretendentes ao benefício.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Andrade, solicitando a inversão da preferência na votação de modo que o projeto seja votado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do projeto, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.759/2001 na sua forma original. À Comissão de Administração Pública.

Declaração de Voto

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, invocando o testemunho de V. Exa. como Presidente desta Casa, do Líder do Governo e de servidores da SETASCAD, gostaria de explicar aos servidores, com a concordância de V. Exa., que, para que pudéssemos ter a votação neste momento, eu, o Deputado Álvaro Antônio e o Deputado Arlen Santiago tivemos de retirar algumas emendas, para que a tramitação não sofresse solução de continuidade em face dos prazos desta Casa e para que o projeto pudesse ser sancionado pelo Governador. Fiz um acordo com o Líder do Governo e com o Presidente desta Casa quanto à necessidade de convencermos o Colégio de Líderes desta Casa - e isso vai depender de uma mobilização dos servidores - e de apresentarmos as emendas em 2º turno, já que não são pertinentes ao assunto. O projeto é da saúde, mas tentamos resolver um problema que hoje é comum em algumas secretarias. Já tenho a compreensão do Presidente desta Casa e do Líder do Governo, mas quero me fazer compreender também pelos servidores da SETASCAD, pois sou um instrumento deles neste momento. É bom que os servidores da saúde saibam, ainda, que seus colegas servidores de outras secretarias também têm problemas. Estou me referindo ao problema da jornada de 8 horas. A SETASCAD tinha um quadro técnico com cerca de 800 funcionários, mas hoje conta com apenas quatrocentos e poucos, em razão do desalento e da falta de incentivo decorrentes da questão salarial e da jornada de trabalho.

Foi por isso que esses competentes servidores, imbuídos do melhor propósito, solicitaram essa emenda, que lhes daria a possibilidade de continuar em sua carreira como servidores públicos da Secretaria do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente. Entretanto, estamos diante de uma dificuldade técnica, que é a admissibilidade de nossas emendas, uma vez que o projeto trata da saúde. Além disso, há os prazos fatídicos para aprovar em 2º turno esse projeto aprovado agora em 1º turno. Queremos dizer aos servidores da SETASCAD que há dois encaminhamentos a fazer. Primeiro, tentar convencer o Colégio de Líderes a admitir essa matéria. É preciso fazer um trabalho com todos os Líderes desta Casa. Considero esse encaminhamento difícil. Em segundo lugar, o Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, comprometeu-se comigo - e vai falar com os senhores daqui a pouco - a levar esse assunto ao Governador do Estado, para mostrar que essa questão precisa ser corrigida pela Secretaria de Estado do Trabalho. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos nossos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 106ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 2/7/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.097/2002, do Deputado Bené Guedes; 2.159/2002, do Deputado Eduardo Brandão; 2.184 e 2.195/2002, do Deputado Miguel Martini; 2.202/2002, do Deputado Pastor George; 2.219/2002, do Deputado Olinto Godinho; 2.223/2002, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.220 e 2.221/2002, do Deputado Antônio Júlio; 2.225/2002, do Deputado Paulo Piau; 2.231/2002, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da CPI dos Cartórios, a realizar-se às 10 horas do dia 2/7/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os depoentes Alexandre Toledo, Presidente da Construtora Arco Engenharia e Comércio Ltda.; Adgar Hamilton de Mattos, Presidente da Construtora Canopus Empreendimentos e Incorporações Ltda e Ney Moreira Bruzzi, Presidente da Construtora Caparaó S.A.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 95ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 2/7/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.416/2001, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 3.428/2002, do Deputado Marco Regis.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 93ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 2/7/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 85ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 14h30min do dia 2/7/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, com os convidados mencionados em pauta, a não-aprovação, pelo Conselho Estadual de Saúde, da prestação de contas da Secretaria de Saúde, referente ao ano de 2001.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 94ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 3/7/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, o processo de validação dos cursos ministrados pelo Colégio Opção, na Região Norte de Minas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 88ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 3/7/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.585/2001, do Deputado Marco Regis; 1.974/2002, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Especiais da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões especiais da Assembléia para as 8h30min e 14 horas do dia 1º/7/2002, destinadas à realização do Seminário Legislativo "Águas de Minas II".

Palácio da Inconfidência, 28 de junho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Prostituição Infantil

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Pinto Ribeiro, Elbe Brandão, Márcio Kangussu e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 2/7/2002, às 10h30min e às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o Relatório Final.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2002.

Rogério Correia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Membros para Integrarem o Conselho Estadual Educação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eduardo Brandão, Arlen Santiago, Paulo Piau e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/7/2002, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de emitir parecer sobre a indicação dos professores para integrarem o Conselho Estadual de Educação. Convidados: Srs. Antônio Valadão Cardoso; Diva Chaves Sarmento; Gilson Soares; Irene de Melo Pinheiro; Magda Mara Assis.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2002.

Ermano Batista, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.186/2002

Comissão de Defesa do Consumidor

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Eduardo Brandão, determina o reembolso do valor pago por ingresso para evento cultural ou esportivo realizado em espaço de propriedade do Estado, no prazo de até seis horas antes do evento.

O exame preliminar da matéria pela Comissão de Constituição e Justiça resultou em parecer por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Vem o projeto a esta Comissão a fim de receber parecer quanto ao mérito, nos termos do disposto no art. 102, IV, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela visa a determinar que ingressos adquiridos para eventos culturais ou esportivos realizados em espaços de propriedade do Estado ou por ele patrocinados possam ser devolvidos no prazo de até seis horas antes do evento.

A Lei nº 8.078, de 11/9/90, que contém o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, estabelece, em seu art. 49, que cabe ao consumidor o direito de arrependimento e, em consequência, o direito de ressarcimento imediato dos valores expendidos.

A norma em foco em nada interfere na liberdade de iniciativa constitucionalmente consagrada no art. 170 da Constituição da República. Muito diferente seria se a proposta em análise estendesse seus comandos a eventos realizados com recursos inteiramente privados ou em espaços particulares.

Com base nos princípios da razoabilidade e eficiência, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou a Emenda nº 1 ao projeto de lei.

Nesse aspecto, não se pode confundir o direito do consumidor individual à desistência da aquisição de um produto com a possibilidade de se reverter uma empreitada mal sucedida de um cambista.

A Emenda nº 1 objetivou, acertadamente, preservar o Estado de uma ação nefasta que poderia ser perpetrada pelos atravessadores de plantão e impediu-lhes de realizar negócios com maior segurança.

A matéria é oportuna, pois considera os princípios norteadores das relações de consumo, facultando o direito de arrependimento ao consumidor individual que, por um problema pessoal ou por insatisfação com o produto, desista de assistir ao evento para o qual adquiriu o ingresso, desde que o faça no prazo mínimo determinado.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.186/2002 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2002.

João Paulo, Presidente - Doutor Viana, relator - Agostinho Patrús.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 1.759/2001

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Governador do Estado, que o encaminhou a esta Casa através da Mensagem nº 216, de 2001, o Projeto de Lei nº 1.759/2001 objetiva fixar jornada de trabalho para os segmentos de classes que menciona do Quadro Especial da Secretaria de Estado da Saúde - Anexo nº I-O, de que trata o Decreto nº 36.033, de 14/9/94, e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 15/9/2001, o projeto foi aprovado no 1º turno e vem agora a esta Comissão a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

A matéria em questão revela o inequívoco interesse do Governo em promover a valorização do servidor público envolvido na gestão do componente estadual do Sistema Único de Saúde - SUS. Trata-se de medida que atende ao disposto no art. 30, § 1º, da Constituição do Estado, com relação à política de pessoal. No que se refere especificamente ao servidor que trabalha na área de saúde, a pretensão é respaldada pelo Título IV da Lei Federal nº 8.080 - Lei Orgânica da Saúde -, de 19/9/90, que aponta o papel estratégico da administração de recursos humanos para o funcionamento do SUS.

Percebe-se, ainda, que a adoção da modificação proposta favorecerá a realização de ações e serviços públicos de saúde mais eficientes pelo Estado, na medida em que determinadas classes de servidores terão melhores condições de trabalho. Mesmo que o foco central da proposição sejam segmentos que se ocupam de atividades administrativas, é inegável seu impacto positivo sobre a gestão do SUS. As atividades exercidas no âmbito deste exigem do servidor níveis de dedicação e especialização que justificam um tratamento diferenciado no que se refere às condições de trabalho. Foi, aliás, essa constatação que acarretou a edição da Lei nº 14.176, de 16/1/2002, que concedeu aos servidores que atuam na área-fim da Secretaria da Saúde a gratificação de saúde. Observamos, portanto, que a implementação das alterações propostas pelo projeto em apreciação deverá contribuir para a eficiência do SUS.

Cumprе salientar, também, a adequação do projeto às normas financeiras e orçamentárias, conforme manifestação da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária no 1º turno. Há previsão para a abertura de crédito suplementar até o limite de R\$705.840,00, observado o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e produzindo um aumento mensal de despesas de cerca de R\$160.000,00, que poderá ser absorvido pelo aumento de despesas determinado pela Emenda à Constituição nº 29, de 13/9/2000.

Ressalte-se, enfim, que o texto do projeto deve ser aprimorado, a fim de que atinja seu objetivo de forma mais direta, razão pela qual propomos o Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.759/2001 no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentamos.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Concede a servidores administrativos da Secretaria de Estado da Saúde o Adicional da Gestão - SUS e dá outras providências

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica concedido, a partir de 1º de outubro de 2001, aos servidores administrativos, ocupantes de cargos efetivos e detentores de

função pública, lotados no quadro setorial da Secretaria de Estado da Saúde, constantes do Anexo desta lei, o Adicional da Gestão-SUS, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) da base de cálculo a que se refere o parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único - A base de cálculo do Adicional da Gestão-SUS é o valor da remuneração mínima prevista no Anexo I da Lei Delegada nº 41, de 7 de junho de 2000, observada a correspondência entre as exigências de escolaridade e jornada de trabalho para o cargo ocupado ou a função exercida pelo servidor e os padrões estabelecidos na referida lei delegada.

Art. 2º - A parcela correspondente ao adicional instituído por esta lei não comporá a base de cálculo da parcela remuneratória complementar de que trata a Lei Delegada nº 41, de 7 de junho de 2000, do vale-alimentação ou do vale-transporte.

Parágrafo único - Sobre o adicional de que trata esta lei não incidirá nenhum outro adicional, gratificação ou vantagem devidos ao servidor.

Art. 3º - A diferença na remuneração dos servidores a que se refere esta lei, relativa aos meses de outubro de 2001 a junho de 2002, decorrente do disposto no art. 1º, será paga em três parcelas mensais sucessivas, sendo a primeira delas devida quando do pagamento relativo ao mês de julho de 2002.

Art. 4º - Fica criada, na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, uma Diretoria Regional de Saúde com sede no Município de Pará de Minas.

Parágrafo único - A descrição, a competência e a área de jurisdição da unidade administrativa de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto.

Art. 5º - Ficam criados, no Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um cargo de Diretor I, código MG-06, de recrutamento amplo, com carga horária de oito horas diárias;

II - oito cargos de AS-SUS Coordenador, código MG-43, de recrutamento amplo, com carga horária de seis horas diárias;

III - cinco cargos de Assessor I, código AS-01, de recrutamento amplo, com carga horária de seis horas diárias;

IV - dez cargos de Assistente Administrativo, código EX-06, sendo oito de recrutamento amplo e dois de recrutamento limitado, com carga horária de seis horas diárias;

V - nove cargos de Assistente Auxiliar, código EX-07, sendo sete de recrutamento amplo e dois de recrutamento limitado, com carga horária de seis horas diárias.

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para atender às despesas decorrentes do disposto neste artigo, observado o previsto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 março de 1964.

Art. 6º - Para atender às despesas decorrentes da execução desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de R\$705.840,00 (setecentos e cinco mil oitocentos e quarenta reais), observado o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Lei nº de 2002)

Classes	Base de cálculo Nível de escolaridade/ jornada de trabalho (Anexo I da Lei Delegada nº 41, de 7 de junho de 2000)	Base de cálculo Remuneração mínima (Anexo I da Lei Delegada nº 41, de 7 de junho de 2000) (Valor em reais)	Adicional da Gestão - SUS (Valor em reais)	
Analista da Administração/cargos de outras carreiras	3º grau 30 horas	750,00		225,00
Técnico Administrativo Auxiliar Administrativo	2º grau	500,00	30%	150,00

	30 horas			
Agente de Administração	1º grau	450,00		135,00
Motorista	Elementar	400,00		120,00
Oficial de Serviços Gerais				
Ajudante de Serviços Gerais				

Sala das Comissões, 27 de junho de 2002.

Eduardo Brandão, Presidente - Cristiano Canêdo, relator - Hely Tarquínio - Rogério Correia.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 27/6/2002, as seguintes comunicações:

Do Deputado Marcelo Gonçalves, notificando o falecimento da Sra. Neusa Victor de Oliveira, ocorrido em 16/6/2002, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Mauri Torres, notificando o falecimento do Sr. Antônio Martins Guerra, ocorrido em 25/6/2002, em Nova Era. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/6/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.145, 2.171, 2.176, 2.215, de 2001, 2.232, 2.283, 2.314, 2.315, 2.316, 2.317, de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelino de Carvalho

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Ana Flávia Oliveira Martins do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Carla Janaína Moreira de Paiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Glória Mariana de Alcântara Lima do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Jeferson Leite do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Juliana Moreira de Paiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Maria Lúcia de Souza do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Paulo Christian Leão Ribeiro do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Silvana Ferreira Barcelos do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Suzana de Paiva Rodovalho Rosa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Amarildo Valadares Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Ana Flávia Oliveira Martins para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Carla Janaína Moreira de Paiva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Glória Mariana de Alcântara Lima para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Jeferson Leite para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Juliana Moreira de Paiva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Savio Elias da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Sebastião da Silva Soares para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Vagner César Duarte para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Cabo Morais

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Jane Andréia da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Solange Lopes Rodrigues do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 4 horas;

nomeando Nélio Castro Brito para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Solange Lopes Rodrigues para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Cristiano Canêdo

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Alexandre Augusto da Silva Canêdo do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Erlon Fernandes de Paula do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Juliana Pires Antunes do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Alexandre Augusto da Silva Canêdo para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Juliana Pires Antunes para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas.

Gabinete do Deputado Eduardo Brandão

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Alberto Balabram do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Antônio Moreira de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Ayecha Tristán Garibaldi do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Clenilde Aparecida Silva Barbosa do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Francisco Luiz Barbosa Filho do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Frederico Augusto Carvalho de Sá do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, João Oscar de Souza Costa do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Vera Lúcia da Silveira Gato do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Alberto Balabram para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Antônio Moreira de Oliveira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Ayecha Tristán Garibaldi para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Francisco Luiz Barbosa Filho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando João Oscar de Souza Costa para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando José Casamajó Torrecilla para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Neli Pereira de Aquino para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Pedro Alves Filho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Silvana Nogueira Vieira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Vera Lúcia da Silveira Gato para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Kemil Kumaira

nomeando Daniela Mendes Soares Leal para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Humberto Leite Navarro Vieira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

nomeando Humberto Leite Navarro Vieira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas;

nomeando Rita de Mattos Carneiro Rolon para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte atos relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 1º/7/2002, Patrícia de Sá Freitas Fernandes do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Administração Pública;

nomeando Frederico Augusto Carvalho de Sá para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Administração Pública.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Mariza César dos Santos do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Sheila Adenaine Martins Aniceto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Domingas Clemência Gonçalves Gomes para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, combinado com o inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, e nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.114, de 17/10/2001, que dá cumprimento ao disposto na Emenda à Constituição Estadual nº 49, de 13/6/2001, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 31/5/93, e conforme o Parecer nº 4.270 de 17/5/2002, da Procuradoria-Geral da Casa, assinou o seguinte ato:

aposentando, por invalidez permanente, com proventos integrais, a partir de 29/3/2002, o servidor Luiz Carlos Biagi Garcia, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, observadas as disposições contidas na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, e no art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.090, de 17/12/90, bem como na Lei nº 9.532, de 30/12/87, aplicada nesta Assembléia Legislativa por força do art. 21 da Lei nº 9.592, de 14/6/88, à vista do disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, no § 2º do art. 3º da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 10/5/2002, Antônio Pedro Nolasco, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete II, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com proventos taxados no cargo de Assistente Administrativo, e conforme a sua situação funcional em 16/12/98.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (Doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (Donatária): Associação dos Moradores do Bairro Pirajá. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensa.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação de atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 28/6/2002, pág. 41, col. 1, onde se lê:

"exonerando Evenio Vilas Boas", leia-se:

"exonerando, a partir de 1º/7/2002, Evenio Vilas Boas".